

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	10
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	51

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	104
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	105
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	106

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.204.620.569
Preferenciais	4.453.438
Total	2.209.074.007
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	19.993.964	18.809.559
1.01	Ativo Circulante	6.291.818	6.293.150
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	773.740	807.202
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.660.947	1.923.169
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.660.947	1.923.169
1.01.02.03.01	Aplicações Financeiras	1.660.947	1.923.169
1.01.03	Contas a Receber	2.309.965	2.272.072
1.01.03.01	Clientes	2.309.965	2.272.072
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	2.309.965	2.272.072
1.01.04	Estoques	40.116	28.545
1.01.06	Tributos a Recuperar	401.341	291.319
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	401.341	291.319
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	158.086	146.243
1.01.06.01.02	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	243.255	145.076
1.01.07	Despesas Antecipadas	106.455	0
1.01.07.01	Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	106.455	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	999.254	970.843
1.01.08.03	Outros	999.254	970.843
1.01.08.03.01	Subvenção CCC	121.653	117.440
1.01.08.03.02	Serviços pedidos	211.348	200.192
1.01.08.03.03	Depósitos judiciais	341	5.497
1.01.08.03.06	Outros contas a receber	665.912	647.714
1.02	Ativo Não Circulante	13.702.146	12.516.409
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.504.245	11.076.433
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	20.206	23.185
1.02.01.03.01	Aplicações Financeiras	20.206	23.185
1.02.01.04	Contas a Receber	211.322	217.165
1.02.01.04.01	Clientes	211.322	217.165
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.272.717	10.836.083
1.02.01.10.03	Sub-rogação da CCC - valores aplicados	334.434	349.930
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	152.532	138.481
1.02.01.10.06	Impostos e contribuições a recuperar	457.252	440.688
1.02.01.10.07	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	43.683	61.251
1.02.01.10.08	Benefício pós-emprego	12.955	12.193
1.02.01.10.09	Outros créditos a receber	3.318	4.364
1.02.01.10.10	Ativo financeiro da concessão	301.073	8.877.170
1.02.01.10.12	Serviços pedidos	38.033	38.033
1.02.01.10.13	Ativos de contrato	861.989	913.973
1.02.01.10.16	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	67.448	0
1.02.02	Investimentos	4.731	5.565
1.02.03	Imobilizado	9.491	11.934
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	9.491	11.934
1.02.04	Intangível	11.183.679	1.422.477

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	19.993.964	18.809.559
2.01	Passivo Circulante	3.672.811	3.329.665
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	30.530	26.064
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	30.530	26.064
2.01.01.02.01	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	30.530	26.064
2.01.02	Fornecedores	1.202.700	1.313.924
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.202.700	1.313.924
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	1.020.088	1.111.437
2.01.02.01.02	Fornecedores risco sacado	182.612	202.487
2.01.03	Obrigações Fiscais	329.927	251.361
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	128.259	68.827
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	62.360	5.792
2.01.03.01.02	PIS/COFINS e parcelamentos	41.179	39.835
2.01.03.01.03	Encargos sociais e outros	20.726	23.200
2.01.03.01.05	Demais obrigações federais	3.994	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	186.591	166.101
2.01.03.02.01	ICMS	186.591	166.101
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	15.077	16.433
2.01.03.03.01	ISS	15.077	16.433
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	526.994	489.150
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	372.253	353.380
2.01.04.02	Debêntures	154.741	135.770
2.01.05	Outras Obrigações	1.572.321	1.239.103
2.01.05.02	Outros	1.572.321	1.239.103
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	702.512	299.251
2.01.05.02.06	Encargos setoriais	79.853	79.548
2.01.05.02.07	Participação nos lucros dos empregados	18.116	44.768
2.01.05.02.08	Valores a pagar da recuperação judicial	204.086	155.691
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	498.357	491.482
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	1.983	91
2.01.05.02.11	Contribuição de iluminação pública	57.492	60.632
2.01.05.02.12	Passivo de arrendamento	8.128	5.288
2.01.05.02.13	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	0	100.644
2.01.05.02.14	Benefício pós-emprego	1.794	1.708
2.01.06	Provisões	10.339	10.063
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.339	10.063
2.02	Passivo Não Circulante	11.069.369	10.300.849
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.341.103	7.707.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.824.832	1.968.891
2.02.01.02	Debêntures	6.516.271	5.738.109
2.02.02	Outras Obrigações	1.684.270	1.642.402
2.02.02.02	Outros	1.684.270	1.642.402
2.02.02.02.04	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	0	116.036
2.02.02.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	266.923	116.329
2.02.02.02.06	Valores a pagar da recuperação judicial	999.859	1.014.917

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.02.02.07	Benefício pós-emprego	81.591	79.512
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	85.588	81.071
2.02.02.02.09	Encargos setorial CCC	117.346	91.218
2.02.02.02.10	Passivo de arrendamento	3.358	8.845
2.02.02.02.12	Obrigações Fiscais Federais	13.934	14.935
2.02.02.02.13	Obrigações Fiscais Estaduais	115.671	119.539
2.02.03	Tributos Diferidos	903.700	810.503
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	903.700	810.503
2.02.04	Provisões	140.296	140.944
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	140.296	140.944
2.03	Patrimônio Líquido	5.251.784	5.179.045
2.03.01	Capital Social Realizado	1.633.752	1.633.607
2.03.02	Reservas de Capital	39.021	37.215
2.03.03	Reservas de Reavaliação	14.328	18.088
2.03.04	Reservas de Lucros	2.796.154	3.496.299
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	774.573	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-6.044	-6.164

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.240.375	6.253.783	3.012.828	5.707.792
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.303.857	-4.377.227	-2.246.940	-4.118.916
3.02.01	Custos com energia elétrica	-1.302.086	-2.348.102	-1.040.564	-1.977.886
3.02.02	Custo de construção	-716.053	-1.502.754	-856.164	-1.575.963
3.02.09	Custo da operação	-285.718	-526.371	-350.212	-565.067
3.03	Resultado Bruto	936.518	1.876.556	765.888	1.588.876
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-258.308	-564.903	-213.060	-402.348
3.04.01	Despesas com Vendas	-67.811	-135.073	-63.653	-120.839
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-80.295	-182.948	-52.401	-100.995
3.04.02.01	Despesas gerais administrativas e amortização	-80.295	-182.948	-52.401	-100.995
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-70.447	-148.863	-67.456	-120.753
3.04.03.01	Perdas por redução ao valor recuperável	-70.447	-148.863	-67.456	-120.753
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-39.755	-98.019	-29.550	-59.761
3.04.05.02	Outras despesas	-39.755	-98.019	-29.550	-59.761
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	678.210	1.311.653	552.828	1.186.528
3.06	Resultado Financeiro	-207.962	-383.851	-127.875	-275.122
3.06.01	Receitas Financeiras	326.606	637.235	273.653	539.414
3.06.02	Despesas Financeiras	-534.568	-1.021.086	-401.528	-814.536
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	470.248	927.802	424.953	911.406
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-83.850	-156.989	-64.273	-157.582
3.08.01	Corrente	-34.638	-63.855	-63.549	-91.693
3.08.02	Diferido	-49.212	-93.134	-724	-65.889
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	386.398	770.813	360.680	753.824
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	386.398	770.813	360.680	753.824
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,17491	0,34893	0,16327	0,34124

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.99.01.02	PNA	0,17491	0,3489	0,16337	0,34105
3.99.01.03	PNB	0,17506	0,34919	0,16308	0,3409
3.99.01.04	PNC	0,17482	0,3488	0,16316	0,34131
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,17491	0,34893	0,16327	0,34124
3.99.02.02	PNA	0,17491	0,3489	0,16337	0,34105
3.99.02.03	PNB	0,17506	0,34919	0,16308	0,3409
3.99.02.04	PNC	0,17482	0,3488	0,16316	0,34131

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	386.398	770.813	360.680	753.824
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.281	3.880	22.511	28.045
4.02.03	Realização da reserva de reavaliação	1.837	3.760	2.149	4.302
4.02.04	Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	-229	-63	-10.489	-12.231
4.02.05	Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	673	183	30.851	35.974
4.03	Resultado Abrangente do Período	388.679	774.693	383.191	781.869

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	418.956	582.645
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.324.572	1.280.068
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	770.813	753.824
6.01.01.02	Amortização	341.621	330.092
6.01.01.03	Baixa de recebíveis incobráveis	13.375	12.428
6.01.01.04	Baixa de intangível, financeiro e contratual	24.606	20.126
6.01.01.05	Atualização do ativo financeiro	-318.444	-209.036
6.01.01.06	Encargos de dívidas, juros, variações monetárias, cambiais líquidas e marcação a valor justo da divi	443.287	278.533
6.01.01.07	Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	154.588	157.965
6.01.01.08	Outros ajustes	15.946	-250.249
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	148.863	120.753
6.01.01.10	Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	20.462	14.430
6.01.01.11	Valores a (receber) pagar de parcela A e outros itens financeiros	-396.499	-28.764
6.01.01.12	Valor justo das opções de compra - vesting period	10.546	3.556
6.01.01.13	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	93.134	65.889
6.01.01.14	Imposto de renda e contribuições sociais correntes	63.855	91.693
6.01.01.15	Atualização e provisão de encargos setoriais	45.239	38.873
6.01.01.16	Rendimentos de aplicações financeiras	-122.316	-151.205
6.01.01.17	Participação nos lucros	15.299	17.959
6.01.01.18	Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	973	1.245
6.01.01.19	Reversão de provisão para perda de estoque	-2.179	10.954
6.01.01.20	Plano de aposentadoria e pensão	1.403	1.002
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-567.596	-388.291
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-200.459	-166.474
6.01.02.02	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	48.995	20.512
6.01.02.03	Plano de aposentadoria e pensão	0	120
6.01.02.04	Contribuição de iluminação pública	-3.140	-72
6.01.02.05	Subvenção CCC	-4.213	-1.600
6.01.02.06	Serviços pedidos	-7.560	-28.139
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-8.895	7.395
6.01.02.08	Almoxarifado	-11.571	-7.786
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recuperar	-28.407	48.588
6.01.02.10	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	-80.611	-43.173
6.01.02.11	Sub-rogação da CCC - valores aplicados	15.496	0
6.01.02.12	Outros créditos a receber	-17.493	-182.800
6.01.02.13	Fornecedores e risco sacado	-145.214	-97.719
6.01.02.14	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	-65.034	-45.032
6.01.02.15	Impostos e contribuições a recolher	17.129	-105.701
6.01.02.16	Encargos Setoriais	-22.402	-33.411
6.01.02.17	Outras contas a pagar	2.652	289.815
6.01.02.18	Participação nos lucros	-41.951	-33.018
6.01.02.19	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	5.916	6.806

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01.02.20	Pagamento de processos judiciais	-20.834	-16.602
6.01.03	Outros	-338.020	-309.132
6.01.03.02	Juros recebidos de aplicações financeiras	86.829	23.176
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos	-56.282	-25.040
6.01.03.06	Juros pagos	-368.567	-307.268
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-734.328	-727.585
6.02.01	Aquisições no ativo contratual	-1.035.016	-1.268.736
6.02.02	Resgate (aplicação) das aplicações financeiras	299.282	541.151
6.02.03	Rendimento de aplicações financeiras	1.406	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	281.910	-908.342
6.03.01	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	771.908	0
6.03.02	Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	-176.866	-891.935
6.03.03	Amortização do passivo de arrendamento	-2.666	-2.625
6.03.04	Amortização de valores pagos de acordos com plano de recuperação judicial	-13.727	-13.728
6.03.05	Dividendos pagos	-296.739	-54
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-33.462	-1.053.282
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	807.202	1.318.174
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	773.740	264.892

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.633.607	37.215	3.496.299	0	11.924	5.179.045
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.633.607	37.215	3.496.299	0	11.924	5.179.045
5.04	Transações de Capital com os Sócios	145	1.806	-700.145	0	0	-698.194
5.04.01	Aumentos de Capital	145	0	-145	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-700.000	0	0	-700.000
5.04.08	Pagamento baseado em ações - Stock option	0	343	0	0	0	343
5.04.09	Pagamento baseado em ações - Matching Shares	0	1.463	0	0	0	1.463
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	770.813	120	770.933
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	770.813	0	770.813
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	120	120
5.05.02.06	Resultados de hedge accounting	0	0	0	0	183	183
5.05.02.07	Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-63	-63
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	3.760	-3.760	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	3.760	-3.760	0
5.07	Saldos Finais	1.633.752	39.021	2.796.154	774.573	8.284	5.251.784

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.624.459	34.092	3.335.040	0	-5.090	4.988.501
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.624.459	34.092	3.335.040	0	-5.090	4.988.501
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.581	-1.093.583	0	0	-1.092.002
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.093.583	0	0	-1.093.583
5.04.08	Valor justo das opções de compra - vesting period	0	872	0	0	0	872
5.04.09	Valor justo das opções de compra Matching shares-vesting period	0	709	0	0	0	709
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	753.824	23.743	777.567
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	753.824	0	753.824
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	23.743	23.743
5.05.02.06	Resultados abrangentes	0	0	0	0	35.974	35.974
5.05.02.07	Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-12.231	-12.231
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	4.302	-4.302	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	4.302	-4.302	0
5.07	Saldos Finais	1.624.459	35.673	2.241.457	758.126	14.351	4.674.066

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	7.933.787	7.185.481
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.579.896	5.729.629
7.01.02	Outras Receitas	1.502.754	1.576.605
7.01.02.01	Receita de construção	1.502.754	1.575.963
7.01.02.04	Outras	0	642
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-148.863	-120.753
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.339.716	-3.980.896
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.850.856	-3.553.849
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-312.462	-310.916
7.02.04	Outros	-176.398	-116.131
7.02.04.01	Subvenção – CCC	-66.471	-47.409
7.02.04.02	Outros	-109.927	-68.722
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.594.071	3.204.585
7.04	Retenções	-341.621	-334.726
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-341.621	-334.726
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.252.450	2.869.859
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	653.477	552.616
7.06.02	Receitas Financeiras	653.477	552.616
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.905.927	3.422.475
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.905.927	3.422.475
7.08.01	Pessoal	104.562	89.243
7.08.01.01	Remuneração Direta	76.121	64.585
7.08.01.02	Benefícios	21.584	18.617
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.857	6.041
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.005.194	1.760.976
7.08.02.01	Federais	1.046.157	880.583
7.08.02.02	Estaduais	958.544	879.762
7.08.02.03	Municipais	493	631
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.025.358	818.432
7.08.03.01	Juros	897.390	692.187
7.08.03.02	Aluguéis	4.272	3.896
7.08.03.03	Outras	123.696	122.349
7.08.03.03.01	Encargos com parte relacionada	3.259	3.309
7.08.03.03.02	Outros	120.437	119.040
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	770.813	753.824
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	770.813	753.824

Comentário do Desempenho

2T26

RELEASE DE RESULTADOS

GRUPO
equatorial



EQTL B3

LISTED NM

[B]³

BRASIL
BOLSA
BALCÃO

Comentário do Desempenho

Brasília, 12 de agosto de 2026 – A Equatorial S.A., *holding multi-utilities*, com atuação nos segmentos de Distribuição, Geração, Comercialização, Serviços, Saneamento e Telecom (B3: EQTL3; USOTC: EQUEY), anuncia os resultados do segundo trimestre de 2026 (2T26).

EBITDA Consolidado Ajustado cresce 0,8%, R\$ 2,9 bilhões no período (vs. 2T25)¹

Robusto crescimento de mercado, Margem Bruta e avanço nos indicadores de perdas

- **Aumento** consolidado do Mercado Fio-B de **4,2%**.
- **Perdas totais consolidadas** abaixo do nível regulatório (17,9%, 1.0 p.p. abaixo do regulatório), com destaque para o enquadramento do Maranhão abaixo do nível regulatório.
- **Equivalência Patrimonial** da **SABESP** atingiu **R\$ 230 milhões** no trimestre.
- **Investimentos consolidados** totalizaram cerca de **R\$ 2,6 bilhões** no 2T26.
- Relação **Dívida Líquida / EBITDA consolidado** na visão *covenant*, encerrou o trimestre em **3,1x** (Ex-ganho de capital da venda da Transmissão a relação Dívida Líquida/EBITDA é de 3,6x).
- **Disponibilidade e Aplicações** do período atingiram **R\$ 10 bilhões, 2,5x** da dívida de **curto prazo**.
- O PMSO Ajustado por Consumidor (12 meses) cresceu **4,0%**, enquanto em uma visão PMSO Ajustado por Consumidor mais Compensações a variação foi de **1,2%**.
- **Ganho de R\$ 355 milhões** após adesão ao **Acordo Gaúcho**, que garantiu desconto de 75% de juros e multas no passivo de ICMS, mapeado como não recorrente.
- Aquisição de **30%** do **capital da Copasa**.
- **R\$ 7,6 bilhões captados** no 2T26, dos quais R\$ 5,1 bilhões foram destinados para aquisição da Copasa e R\$ 2,5 bilhões para as distribuidoras Equatorial GO, CEA e CEEE-D, cujo custo médio ponderado ficou CDI+0,80% a.a. Desconsiderando o segmento de Transmissão no 2T25, o prazo médio em comparação ao 2T25 subiu de 5,3 anos para 5,6 anos.
- Conquista do Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, o mais alto nível de reconhecimento concedido aos inventários corporativos de emissões de gases de efeito estufa e primeiro lugar no prêmio de Melhores ESG da revista Exame.

¹ EBITDA Ajustado líquido de efeitos não-recorrentes e efeito não caixa de VNR e MtM e comparação com visão proforma 2T25 sem o ajuste de custo de remoção no EBITDA.

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS MACROINDICADORES

Destaques Financeiros	2T25	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões				
Receita operacional líquida (ROL)	12.466	13.739	10,2%	1.273
EBITDA Ajustado	2.901	2.925	0,8%	24
Margem EBITDA (%ROL)	23,3%	21,3%	-2,0 p.p.	
Lucro líquido ajustado	668	110	-83,5%	(558)
Margem líquida (%ROL)	5,4%	0,8%	-4,6 p.p.	
Lucro líquido - Mesmos ativos²	553	110	-80,1%	(443)
Investimentos	2.704	2.600	-3,8%	(104)
Dívida líquida	45.000	51.831	15,2%	6.831
Dívida líquida/EBITDA (12m - Covenants)	3,1x	3,1x	0x	
Disponibilidade / Dívida de curto prazo	1,3x	2,5x	1,2x	

² O Lucro Líquido Ajustado – Mesmos ativos desconsidera o resultado de Transmissão no 2T25.

As informações financeiras apresentadas neste documento podem ser consultadas em formato de planilha através deste [link de acesso](#).

Comentário do Desempenho

Sumário

Sumário	3
1. DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO	6
1.1 MARGEM BRUTA AJUSTADA	7
1.2 CUSTOS E DESPESAS	8
1.3 EBITDA	11
1.4 RESULTADO FINANCEIRO	12
1.5 LUCRO LÍQUIDO	13
1.6 ENDIVIDAMENTO	14
1.7 INVESTIMENTOS	15
1.8 ESG (<i>Environmental, Social and Governance</i>)	16
2. DISTRIBUIÇÃO	17
2.1 DESEMPENHO COMERCIAL	17
2.2 DESEMPENHO OPERACIONAL	19
2.3 DESEMPENHO FINANCEIRO	20
2.4 MARGEM BRUTA	20
2.5 DESPESAS OPERACIONAIS E PMSO/CONSUMIDOR	21
2.6 EBITDA	24
2.7 EFEITOS NÃO RECORRENTES EBITDA	26
2.8 RESULTADO FINANCEIRO	26
2.9 LUCRO LÍQUIDO	26
2.10 INVESTIMENTOS	26
2.11 IMPOSTOS	27
3. RENOVÁVEIS	28
3.1 DESEMPENHO OPERACIONAL	28
3.2 DESEMPENHO FINANCEIRO	31
4. SANEAMENTO	35
4.1 DESEMPENHO FINANCEIRO	35
5. EQUATORIAL SERVIÇOS	37
6. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE	38

Comentário do Desempenho

AVISO

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia. As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras “acredita”, “poderá”, “irá”, “continua”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “estima” ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

Critérios contábeis adotados:

As informações estão apresentadas na forma consolidada e de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações financeiras consolidadas apresentadas neste relatório representam 100% do resultado de suas controladas diretas e indiretas e consideram o resultado dos ativos a partir de sua aquisição, exceto quando indicado o contrário para fins de comparabilidade.

As informações operacionais consolidadas representam 100% dos resultados de controladas diretas e indiretas.

Comentário do Desempenho

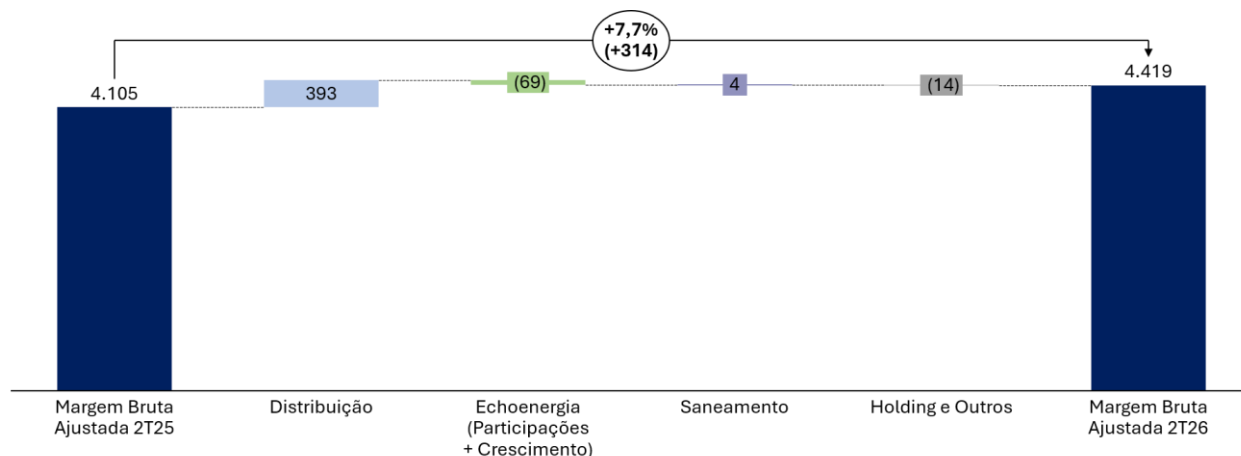
1. DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Demonstração de Resultado	2T25	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões				
Receita operacional bruta (ROB)	16.696	18.812	12,7%	2.116
Receita operacional líquida (ROL)	12.466	13.739	10,2%	1.273
Custos	(8.161)	(8.724)	6,9%	(563)
Margem Bruta	4.305	5.015	16,5%	710
Margem Bruta Ajustada	4.105	4.419	7,7%	314
Custo e despesas operacionais	(776)	(1.359)	75,2%	(583)
Outras receitas/despesas operacionais	24	(196)	-914,4%	(221)
Equivalência patrimonial	311	230	-26,2%	(82)
<i>Sabesp</i>	312	230	-26,2%	(82)
EBITDA	3.553	3.459	-2,6%	(94)
EBITDA Ajustado	2.901	2.925	0,8%	24
Depreciação	(746)	(831)	11,4%	(85)
Amortização de ágio	(81)	(113)	39,5%	(32)
Resultado do serviço (EBIT)	2.725	2.514	-7,7%	(211)
Resultado financeiro	(1.350)	(1.670)	23,7%	(320)
Resultado financeiro ajustado	(1.331)	(1.749)	31,4%	(418)
Lucro antes da tributação (EBT)	1.375	845	-38,6%	(531)
IR/CSLL	(200)	(192)	-4,3%	9
Participações minoritárias	(216)	(168)	-22,4%	48
Lucro líquido Ex Minoritários	959	485	-49,4%	(474)
Lucro líquido Ajustado³	668	110	-83,5%	(558)
Investimentos	2.704	2.600	-3,8%	(104)

³O Lucro Líquido Ajustado do 2T25 considera o resultado de Transmissão, em uma visão mesmos ativos, o valor seria de R\$ 553 milhões.

Comentário do Desempenho

1.1 MARGEM BRUTA AJUSTADA



De forma consolidada, a Margem Bruta ajustada do Grupo Equatorial no 2T26 apresentou um crescimento de 7,7% em comparação ao 2T25, totalizando R\$ 314 milhões, já excluindo os efeitos da receita de construção e os efeitos IFRS (VNR e MtM).

O resultado é explicado, principalmente, pelo aumento da margem bruta do segmento de Distribuição (R\$ 393 milhões), em função do crescimento de margem da Equatorial Maranhão (R\$ 131 milhões), da Equatorial Goiás (R\$ 114 milhões), da CEEE-D (R\$ 93 milhões), da Equatorial Piauí (R\$ 32 milhões), Equatorial Pará (R\$ 23 milhões) e Equatorial Amapá (R\$ 10 milhões), a Equatorial Alagoas apresentou uma leve queda de (- R\$ 10 milhões).

O resultado também foi impactado negativamente pela margem bruta da Echoenergia (- R\$ 69 milhões), enquanto a margem da CSA apresentou leve crescimento (R\$ 4 milhões).

Neste trimestre, a variação da tarifa fio-b e do crescimento de mercado impactaram positivamente a margem da distribuição em R\$ 224 milhões e R\$ 124 milhões, respectivamente.

Na tabela abaixo apresentamos os efeitos não recorrentes ou não caixa da margem bruta:

Não Recorrentes Margem Bruta Ajustada	Distribuição	Echoenergia	Saneamento	Outros	PPAs	2T26 Total
Deduções da receita operacional	(322)	-	-	-	-	(322)
Reversão Multa e Juros - Acordo Gaúcho	(355)	-	-	-	-	(355)
PIS/COFINS - Acordo Gaúcho	33	-	-	-	-	33
Receita Operacional líquida	(322)	-	-	-	-	(322)
Ajustes IFRS (VNR/MtM)	(300)	-	-	26	-	(273)
Margem Bruta Ajustada	(621)	-	-	26	-	(595)

Abaixo o detalhamento dos efeitos não recorrentes que impactam a Margem Bruta:

Deduções da Receita Operacional:

- (i) *Acordo Gaúcho: Ganho de R\$ 355 milhões com reversão de juros e multas fruto do desconto de 75% aplicado na negociação que foi parcialmente compensado por R\$ 33 milhões de PIS/COFINS sobre o ganho (efeito líquido positivo de R\$ 322 milhões);*
- (ii) *Ajustes IFRS (VNR): No segmento de Distribuição, o valor é referente à atualização do ativo financeiro (R\$ 300 milhões), com destaque para as distribuidoras do PA, MA e GO. Com a renovação das concessões do*

Comentário do Desempenho

Pará e Maranhão, em maio de 2026, parcela relevante do ativo financeiro foi reclassificada para ativo intangível. Ainda assim, até a data da renovação, a atualização monetária pelo IPCA sobre essa base gerou impacto relevante no resultado do trimestre;

- (iii) Ajustes IFRS (MtM): Em “Outros” expurgamos o efeito no resultado da marcação a mercado (MtM) dos contratos da comercializadora (R\$ 26 milhões).

1.2 CUSTOS E DESPESAS

Custos Operacionais	2T25	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões				
(+) Pessoal	325	423	30%	98
(+) Material	54	35	-35%	(19)
(+) Serviço de terceiros	758	684	-10%	(74)
(+) Outros	68	86	26%	18
(=) PMSO Reportado	1.204	1.227	1,9%	23
Ajustes - Não Recorrentes (PMSO)	(57)	-	-100%	57
PMSO Ajustado	1.147	1.227	7,0%	80
(+) Provisões	(157)	320	303%	478
(+) Sistemas Isolados e Subv. CCC	41	42	2%	1
(+) Outras receitas/despesas operacionais	(24)	196	-914%	221
(+) Custo de Remoção	71	143	102%	72
(+) Outros Custos Não Caixa	(95)	53	156%	148
(+) Depreciação e amortização	746	831	11%	85
Custos e Despesas Reportado	1.810	2.617	44,6%	807
Ajustes - Não Recorrentes (Provisões)	(9)	-	100%	9
Custos e Despesas Ajustado	1.744	2.617	50,1%	873
IPCA (12 meses)	4,64%			
IGPM (12 meses)	3,16%			

A partir do ano de 2026, os valores de efeito Caixa que antes eram considerados na linha de Outras Receitas/Despesas Operacionais foram evidenciados na linha de **Custo de Remoção**. Essa nova linha se refere ao gasto com serviços de retirada (desativação) de ativos, por exemplo, postes, cabos ou equipamentos da rede elétrica que precisam ser substituídos ou descartados. Vale destacar que essa despesa integra o PMSO real em todos os mecanismos de definição dos Custos Operacionais Regulatórios. Adicionalmente, deve-se notar que essas despesas são diretamente relacionadas ao volume de Capex e à intensidade do processo de unitização e capitalização das obras, ou seja, tendem a variar ao longo do ciclo tarifário conforme a estratégia de alocação temporal de investimentos de cada empresa.

Comentário do Desempenho

Custos Operacionais	2T25	Δ Distribuição	Δ Echoenergia	Δ Saneamento	Δ Outros*	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões								
(+) Pessoal	325	84	4	0	9	423	30,2%	98
(+) Material	54	(19)	0	0	(0)	35	-34,7%	(19)
(+) Serviço de terceiros	758	(62)	(20)	2	7	684	-9,8%	(74)
(+) Outros	68	9	(14)	(1)	24	86	26,5%	18
(=) PMSO Reportado	1.204	11	(29)	2	40	1.227	1,9%	23
Ajustes - Não Recorrentes (PMSO)	(57)	52	5	-	-	-	-100,0%	57
PMSO Ajustado	1.147	63	(24)	2	40	1.227	7,0%	80
(+) Provisões	(157)	50	-	1	427	320	303,4%	478
(+) Sistemas Isolados e Subv. CCC	41	1	-	-	0	42	2,1%	1
(+) Outras receitas/despesas operacionais	(24)	227	-	2	(9)	196	914,4%	221
(+) Depreciação e amortização	746	81	1	2	1	831	11,4%	85
Custos e Despesas Reportado	1.810	370	(28)	7	459	2.617	44,6%	807
Ajustes - Não Recorrentes (Provisões)	(9)	9	-	-	(0)	-	100,0%	9
Custos e Despesas Ajustado	1.744	431	(23)	7	459	2.617	50,1%	873
IPCA (12 meses)				4,64%				
IGPM (12 meses)				3,16%				

*Inclui PPAs e Eliminações

O PMSO Ajustado apresentou aumento de 7% na comparação entre trimestres, passando de R\$ 1.147 milhões para R\$ 1.227 milhões. Como principais efeitos do PMSO Ajustado do trimestre, destacamos:

Distribuição:

- (i) Aumento nas despesas de **Pessoal** em R\$ 84 milhões, refletindo esforços de primarização de equipes, nas distribuidoras do Pará (Regional Sul), Alagoas e Goiás, e de atividades de manutenção da rede, plantão, poda e linha viva (incluindo a unidade de Uruaçu, em Goiás), com aumento de headcount, além de reajustes salariais e benefícios. Este trimestre também refletiu um aumento de aproximadamente R\$ 17 milhões nas provisões para incentivos de longo prazo (ILP) e reajustes contratuais, em grande parte decorrente da valorização das ações da Companhia no período de apuração, que impacta a mensuração desses programas. Desconsiderando esse efeito, o crescimento dessa linha teria sido de 2,8%.
- (ii) Redução de R\$ 19 milhões na linha de **Materiais**, devido a otimização no uso de materiais de manutenção;
- (iii) Redução de R\$ 62 milhões de **Serviço de Terceiros**, reflexo da Primarização das equipes, redução nos serviços de limpeza de faixa e poda, e redução de consultorias;
- (iv) Aumento de R\$ 9 milhões em **Outros**, principalmente em função de doações para o Instituto Equatorial, que no ano passado ocorreram no 3º trimestre.

Echoenergia:

- (i) Redução de R\$ 24 milhões no PMSO Ajustado, devido a reclassificação de parte do PMSO para a linha de Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição;

Vale destacar que, a partir do 2T26, os Encargos de Uso do Sistema passaram a ser registrados diretamente na linha de "Encargos de Uso do Sistema", deixando de registrá-los no PMSO. Os valores do 2T25 foram mantidos conforme originalmente reportados.

Outros (Holding):

- (i) Aumento de R\$ 24 milhões na linha de outros, sendo impactado em R\$ 16 milhões pelo menor volume de processos FUNAC encerrados no PPA de GO no 2T26 em comparação ao 2T25, resultando em uma redução relevante das reversões de contingências reconhecidas.

Comentário do Desempenho

A linha de Provisões apresentou aumento de 303%, principalmente em função da base de comparação do 2T25, que foi impactada pela reversão de provisões relacionadas ao PPA da Equatorial Goiás (R\$ 408 milhões) de processos que foram encerrados com êxito, que estavam classificados como remoto ou provável. No 2T26, a movimentação reflete, principalmente, a evolução da PECLD de R\$ 50 milhões, sendo mais relevante nas distribuidoras do Maranhão, Piauí e Goiás, além da atualização das provisões para contingências e do maior reconhecimento de impairment e PECLD associados às provisões da FUNAC (R\$ 70 milhões). A abertura das explicações para os movimentos de cada segmento está em suas respectivas seções no documento.

Vale ressaltar que neste trimestre houve a revisão e atualização da matriz de PECLD, visando refletir de forma mais tempestiva as variações no perfil de risco da carteira de clientes.

Abaixo o detalhamento do efeito não recorrente/não caixa:

Não Recorrentes / Não Caixa Custos	Distribuição	Echoenergia	Saneamento	Outros	PPAs	2T26 Total
Outros Custos Não Caixa	62	-	-	-	-	62

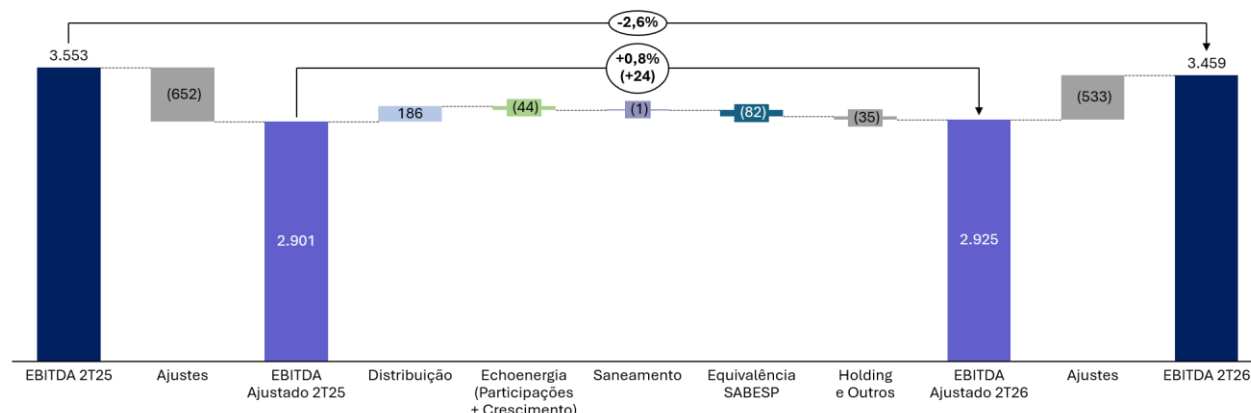
Outros Custos Não Caixa

(i) Contabilização de R\$ 62 milhões nas distribuidoras, referente à baixa de ativos;

O efeito individual por distribuidora pode ser visualizado na tabela de não recorrentes da seção de Distribuição.

Comentário do Desempenho

1.3 EBITDA



O EBITDA reportado da Equatorial atingiu R\$ 3.459 milhões no 2T26, um valor 2,6% inferior aos R\$ 3.553 milhões registrados no 2T25. Na visão ajustada por efeitos não recorrentes e não caixa, o EBITDA alcançou R\$ 2.925 milhões, 0,8% superior ao mesmo período do ano anterior, ou R\$ 24 milhões superior, crescimento explicado principalmente pelo aumento do segmento de distribuição em R\$ 186 milhões, fruto do crescimento da margem bruta.

Em contrapartida, o resultado foi, parcialmente, atenuado pela queda da geração, que impactou o EBITDA da Echoenergia e pela equivalência patrimonial da SABESP, que no trimestre, reduziu R\$ 82 milhões. O EBITDA Ajustado ex. Sabesp apresentou um crescimento de 4,1% na comparação entre os trimestres.

O EBITDA ajustado já contempla os ajustes não caixa e IFRS (VNR e MtM).

A seguir apresentamos a conciliação do EBITDA, conforme Resolução CVM 156/22:

EBITDA	2T25	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões				
EBITDA Equatorial Societário	3.553	3.459	-2,6%	(94)
Ajustes EBITDA	(652)	(533)	-18,2%	118
Não Recorrentes / Não Caixa	(452)	(260)	-42,5%	192
(-) VNR	(208)	(300)	44,2%	(92)
(-) MtM	8	26	220,6%	18
EBITDA Equatorial Ajustado	2.901	2.925	0,8%	24

Os efeitos não-recorrentes ou não caixa que impactaram o EBITDA estão relacionados a seguir.

Não Recorrentes EBITDA	Distribuição	Echoenergia	Saneamento	Outros	PPAs	2T26 Total
Margem Bruta	(322)	-	-	-	-	(322)
Ajustes IFRS (VNR/MtM)	(300)	-	-	26	-	(273)
Margem Bruta Ajustada	(621)	-	-	26	-	(595)
Outros Custos Não Caixa	62	-	-	-	-	62
Ajustes EBITDA	(560)	-	-	26	-	(533)

Os ajustes do EBITDA estão representados nas seções “Margem Bruta” e “Custos e Despesas”. Para maiores detalhes, ver seção de “Distribuição”.

Comentário do Desempenho

1.4 RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro líquido	2T25	Δ Distribuição	Δ Saneamento	Δ Echoenergia	Δ Outros	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões								
(+) Rendas Financeiras	316	39	(0)	5	1	360	14,1%	45
(+) Acréscimo Moratório - Venda de Energia	162	(14)	(0)	(1)	-	147	-9,0%	(15)
(+) Encargos da dívida	(1.612)	(520)	(4)	(25)	43	(2.118)	31,4%	(506)
(+) Encargos CVA	(8)	104	-	-	-	96	-1257,5%	104
(+) AVP - Comercial	(9)	4	(0)	-	-	(4)	-47,9%	4
(+) Contingências	(57)	(27)	(0)	-	1	(82)	43,9%	(25)
(+) Outras Receitas / Despesas	(142)	142	0	8	(77)	(69)	-51,2%	73
Resultado financeiro	(1.350)	(272)	(4)	(12)	(32)	(1.670)	23,7%	(320)
(-/+ Efeitos Não Recorrentes	-	(79)	-	-	-	(79)	N/A	(79)
(-/+ Efeitos Não Caixa	19	-	-	-	(19)	-	-100,0%	(19)
Resultado financeiro ajustado	(1.331)					(1.749)	31,4%	(418)

De forma consolidada, o resultado financeiro reportado da Companhia atingiu R\$ 1.670 milhões negativos contra R\$ 1.350 milhões negativos no 2T25, enquanto resultado financeiro ajustado por efeitos não recorrentes e não caixa no 2T26 foi de R\$ 1.749 milhões negativos, 31,4% maior em relação ao 2T25. A piora no resultado financeiro do trimestre é explicada, principalmente, pelo crescimento do saldo da dívida, em 26,1%, além do crescimento do IPCA, segundo indexador mais relevante na dívida da companhia (0,93% no 2T25 vs 1,42% no 2T26).

Os efeitos não-recorrentes que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

Não Recorrentes Resultado Financeiro	Distribuição	Echoenergia	Saneamento	Outros	PPAs	2T26 Total
Resultado Financeiro	(79)	-	-	-	-	(79)

Abaixo o detalhamento do efeito não recorrente no Resultado Financeiro:

- (i) *Reconhecimento de R\$ 78,5 milhões de reversão de juros e multa por ICMS pago em atraso no período antes da privatização, decorrente de recálculo dos créditos relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS na CEEE-D, referente a períodos anteriores. Esse recálculo resultou em um crédito adicional ao anteriormente contabilizado no montante de R\$ 440,9 milhões, cujo montante de R\$362,4 milhões (líquido da multa e juros indevidamente aplicados) e será devolvido aos consumidores, conforme a regulamentação aplicável.*

Comentário do Desempenho

1.5 LUCRO LÍQUIDO

De forma consolidada, o lucro líquido do período foi de R\$ 653 milhões, enquanto o lucro líquido ajustado foi de R\$ 110 milhões.

Lucro Líquido	2T25	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões				
Distribuição	620	789	27%	169
Echo Participações	(23)	(59)	160%	(37)
Echo Crescimento	(41)	(57)	39%	(16)
Serviços	7	(39)	N/A	(46)
CSA	(47)	(54)	15%	(7)
PPAS	561	-	-100%	(561)
Holding + outros	212	74	-65%	(139)
(=) Lucro Líquido	1.290	653	-49%	(637)
Ajustes Totais	(622)	(543)	-13%	79
Ajustes Distribuição	47	(362)	-874%	(409)
Ajustes Echoenergia	5	-	-100%	(5)
Ajustes Saneamento	-	-	N/A	-
Ajustes Serviços	-	-	N/A	-
Ajustes PPAS e Holding	(561)	-	-100%	561
Ajustes PNs - Não caixa	19	-	-100%	(19)
Ajustes IFRS (VNR e MtM)	(132)	(180)	37%	(49)
(=) Lucro Líquido Equatorial Ajustado	668	110	-83,5%	(558)
(=) Lucro Líquido	1.290	653	-49,4%	(637)
<i>(-) Participações Minoritárias</i>	<i>(216)</i>	<i>(168)</i>	<i>-22,4%</i>	<i>48</i>
(=) Lucro Líquido Ex Minoritários	959	485	-49,4%	(474)
Lucro Líquido Ajustado - Mesmos ativos	553	110	-80,1%	(443)

As participações minoritárias da companhia são afetadas pelo direito econômico dos dividendos no ano em curso conferido às ações PN emitidas na Equatorial Distribuição, e por isso não refletem a participação econômica existente na Equatorial. O Lucro Líquido Ajustado por minoritários, para uma visão mais aderente, deve levar em consideração: (i) as participações minoritárias das empresas do grupo, que no trimestre atingiram R\$ 60,8 milhões e (ii) o valor da atualização das PNs por CDI, que no trimestre registrou R\$ 38,3 milhões. Efetuando estes ajustes, o Lucro Líquido Ex Minoritários seria de R\$ 553,9 milhões.

Abaixo apresentamos os efeitos não recorrentes e não caixa que impactaram o lucro da companhia:

Não Recorrentes Lucro Líquido	Distribuição	Echoenergia	Saneamento	Outros	PPAs	2T26 Total
Ajustes EBITDA (Margem + Custos)	(322)	-	-	-	-	(322)
Ajustes Resultado Financeiro	(79)					(79)
Impostos	38					38
Ajustes IFRS (VNR / MtM) líquido de impostos	(198)			17		(180)
Ajustes Totais Lucro Líquido	(560)	-	-	17	-	(543)

A linha de impostos ajusta o valor do trimestre para a incidência de impostos sobre o resultado recorrente, e a linha de Ajustes IFRS traz os efeitos não caixa já líquidos de impostos.

Abaixo o detalhamento do efeito não recorrente no Lucro Líquido:

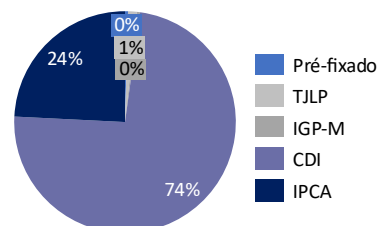
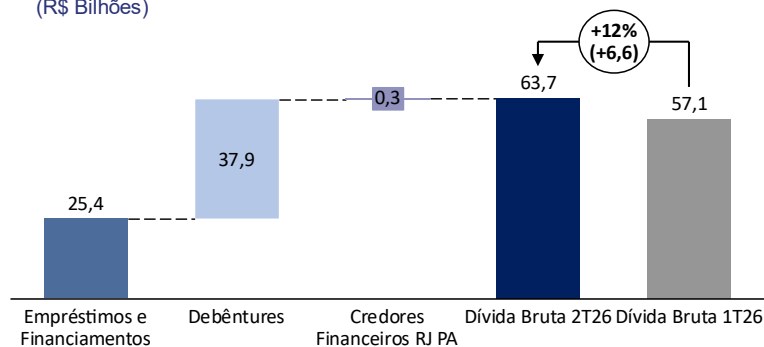
Comentário do Desempenho

- (i) Não recorrente de impostos em Alagoas de R\$ 38 milhões, refere-se a reversão de reconhecimento de ativo fiscal diferido de IRPJ/CSLL, após identificação de lançamento indevido na rubrica de ativo em curso, ainda não incorporados à base de ativos.

1.6 ENDIVIDAMENTO

No trimestre, a dívida bruta consolidada, considerando empréstimos e financiamentos, credores financeiros da recuperação judicial (líquido de ajuste a valor presente) e debêntures, atingiu R\$ 63,7 bilhões, representando um aumento de 12% em relação ao 1T26, principalmente pela tomada de financiamento de R\$ 5,1 bilhões para a aquisição de 30% da Copasa por R\$ 5,6 bilhões. Para abertura mais detalhada da dívida, visite o website de RI, na seção: Informações Financeiras – Dados Operacionais e Financeiros.

Build-up Dívida Bruta (R\$ Bilhões)



Build-up Dívida Líquida / EBITDA* Visão Covenants

Os covenants da Equatorial consideram o EBITDA 12m das aquisições da companhia e desconsidera parte das dívidas de RJ

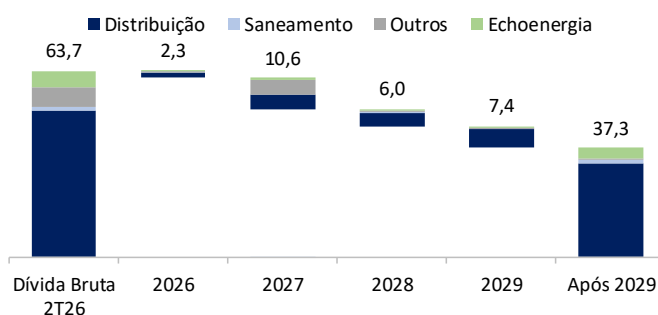
Build-up - Covenants	
Dívida Bruta	63,7
(-) Ajustes Covenants	1,9
(-) Disponibilidades	10,0
Dívida Líquida	51,8
EBITDA Covenants	16,8
Dívida líquida / EBITDA	3,1x

Prazo e Custo Médio

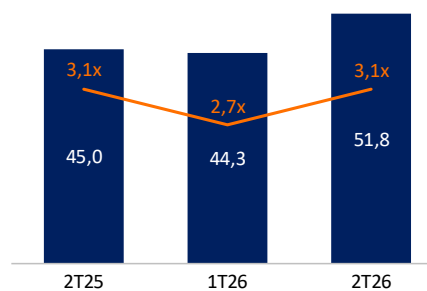
5,6 anos / 14,15% a.a.

Referente ao custo médio do passivo incorrido no período

Cronograma de Amortização (R\$ Bi)



Histórico Dívida Líquida / EBITDA Visão Covenants (R\$ Bi)



A dívida líquida apurada para fins de *covenants* atingiu R\$ 51,8 bilhões, implicando numa relação dívida líquida/EBITDA de 3,1x e desconsiderando o ganho de capital da Transmissão, a relação dívida líquida/EBITDA fica em 3,6x. A abertura

Comentário do Desempenho

do quadro de *covenants* apresenta o EBITDA da Equatorial somado pela equivalência patrimonial das suas investidas, sendo 15% na SABESP e 30% na Copasa, referentes aos últimos 12 meses.

Nos últimos 12 meses a parcela da dívida do grupo indexada ao CDI registrou um custo de 15,44% a.a., ou CDI + 0,57% a.a., enquanto a parcela da dívida indexada ao IPCA registrou um custo médio de 10,39% a.a., ou IPCA + 5,41% a.a..

A cobertura de caixa com relação às obrigações de curto prazo da Companhia foi de 2,5x no 2T26, ficando bem acima do 2T25, em virtude do trabalho de alongamento das dívidas que reduziu os vencimentos no curto prazo.

1.7 INVESTIMENTOS

Investimentos	2T25	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões				
Distribuição	2.674	2.527	-5%	(147)
Ativos elétricos	2.101	1.933	-8%	-168
Obrigações especiais	430	460	7%	31
Ativos não elétricos	144	134	-6%	-9
Renováveis	11	48	341%	37
Ativos Operacionais	21	48	126%	27
Projetos em desenvolvimento	(10)	(0)	-	10
Saneamento	13	12	-7%	(1)
Outros	6	13	110%	7
Total Equatorial	2.704	2.600	-3,8%	(104)

As informações relativas aos Investimentos realizados consideram 100% dos nossos ativos nos períodos reportados. Os novos ativos, são considerados a partir de suas respectivas consolidações.

No 2T26 os investimentos consolidados somaram cerca de R\$ 2,6 bilhões, volume 3,8% inferior ao registrado no 2T25.

A redução dos investimentos entre trimestres é reflexo do volume investido no segmento de distribuição, em especial na linha de ativos elétricos, que registrou uma queda de 8%, influenciada por fatores como o menor volume de aquisições de materiais para estoque, alinhada com a estratégia de priorizar a utilização dos estoques existentes e redução na linha de adiantamentos a fornecedores, refletindo a menor necessidade de desembolsos antecipados para aquisição de serviços em relação ao mesmo período de 2025.

A linha de Obrigações Especiais apresentou um aumento relevante devido a maiores investimentos no PLPT (Programa Luz para Todos). O maior impacto absoluto foi observado na Equatorial Piauí, com um aumento de R\$ 24,41 milhões, principalmente devido ao crescimento do volume financeiro em PLPT Remoto, impulsionado pelo aumento da quantidade de ligações, e à previsão de 15 mil ligações no PLPT para 2026.

Os investimentos em ativos não elétricos no segmento de distribuição totalizaram R\$ 134,24 milhões, representando 5,3% do CAPEX total de distribuição no 2T26. Nesta linha, destacam-se os investimentos em Projetos Estratégicos, que somaram R\$46 milhões.

Para maiores detalhes, ver seção de “Distribuição”.

Comentário do Desempenho

1.8 ESG (Environmental, Social and Governance)

O Grupo Equatorial encerra este trimestre reafirmando seu compromisso com a agenda ESG, com avanços nas frentes ambiental, social e de governança que consolidam a sustentabilidade como pilar estratégico do negócio.

No campo ambiental, destaque para a conquista do Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, o mais alto nível de reconhecimento concedido aos inventários corporativos de emissões de gases de efeito estufa. A certificação atesta que o inventário de emissões do Grupo é completo, segue os critérios metodológicos do programa e passou por verificação independente de terceira parte, resultado do trabalho conjunto da Gerência de Meio Ambiente com as demais áreas da companhia. O inventário foi registrado no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol e estará disponível para consulta no site da Fundação Getúlio Vargas a partir de agosto de 2026.

Na frente de governança e reputação corporativa, o Grupo Equatorial conquistou o 1º lugar na categoria Energia da edição 2026 do prêmio Melhores ESG, da revista Exame, em cerimônia realizada em São Paulo no fim de maio. A premiação avaliou 16 categorias setoriais com metodologia desenvolvida em parceria com o Ibmecc, combinando avaliação técnica, exposição midiática e validação institucional.

Ainda em junho, foi divulgado o Relatório de Sustentabilidade 2026 do Grupo Equatorial, documento que apresenta melhorias substantivas em relação à edição do ano anterior, reforçando a transparência e o aprofundamento das informações relacionadas às práticas ESG da companhia.

No pilar social, o semestre também registrou um aumento de R\$ 2,3 milhões nos investimentos sociais privados em comparação ao mesmo período do ano passado, reflexo do fortalecimento das iniciativas conduzidas pelo Instituto Equatorial. Entre elas, ganhou destaque a certificação da primeira turma maranhense do projeto Energia Feminina: 112 mulheres em situação de vulnerabilidade social concluíram a capacitação em empreendedorismo, gestão financeira, marketing digital e eficiência energética, promovida pelo Instituto Equatorial em parceria com o CIEDS. Da primeira fase, 52 empreendedoras foram selecionadas para a segunda etapa do programa, que contará com incubação de negócios e aporte de capital semente, culminando em uma feira de exposição de produtos ao final de seis meses.

Saiba mais sobre nossos indicadores, disponibilizados a cada trimestre, no quadro abaixo.

Indicadores ESG	Unidade	2T25	2T26	Δ%
Ambiental				
Consumo de Combustíveis Renováveis na Frota Administrativa	L	247.808	222.207	-10,3%
Intensidade de Emissões de SF6	tCO2eq/GWh	0	0	-23,2%
Número de Ligações de Energia em Áreas Remotas via SIGFI (Sistema Individual de Geração de Energia Elétrica com Fonte Intermitente)	#	3.230	6.110	89,2%
Investimentos P&D e Eficiência Energética em Meio Ambiente	R\$ mil	28.642	31.225	9,0%
Social				
% de Mulheres no Grupo Equatorial	%	33%	33%	-1,3%
% de Mulheres em Cargos de Liderança x Total de Líderes	%	23%	23%	-2,0%
% de Negros em Cargos de Liderança x Total de Líderes	%	8%	7%	-18,1%
% de Fornecedores Locais	%	46%	59%	26,9%
Investimentos Sociais	R\$ mil	7.029	9.333	32,8%
TG Próprios	#	125	8	-93,6%
TG Terceiros	#	209	35	-83,3%
Número de óbitos de empregados (próprios + terceiros)	#	0	0	N/A
Número de Acidentes com a População	#	0	1	N/A
Número de Unidades Consumidoras (UCs) beneficiadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE)	#	4.457	4.302	-3,5%
Governança				
% de Conselheiros Independentes ¹	%	88%	88%	0 p.p.
% de Mulheres no Conselho	%	14%	14%	0 p.p.
% de Colaboradores Treinados na Trilha de Integridade	%	98%	91%	-7 p.p.
Casos Registrados no Canal de Ética	#	247	249	0,8%

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).



Comentário do Desempenho

2. DISTRIBUIÇÃO

2.1 DESEMPENHO COMERCIAL

Dados Operacionais		2T25								2T26							
		MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total
Energia Injetada SIN	GWh	2.494	3.710	1.340	1.290	2.341	449	4.575	16.199	2.536	3.866	1.309	1.294	2.407	443	4.677	16.532
Sistema isolado	GWh	0	75	0	0	0	14	0	90	1	67	1	0	0	16	0	85
Energia injetada pela Geração Distribuída	GWh	232	354	242	174	114	31	708	1.855	290	429	293	201	158	40	965	2.377
Energia Injetada Bruta Total	GWh	2.726	4.138	1.582	1.464	2.455	494	5.283	18.143	2.827	4.363	1.603	1.495	2.565	499	5.642	18.994
Variação Injetada Bruta Total (%)	%									3,7%	5,4%	1,3%	2,1%	4,5%	1,1%	6,8%	4,7%
Residencial - convencional	GWh	718	759	309	311	716	103	1.330	4.247	734	787	296	312	783	112	1.292	4.315
Residencial - baixa renda	GWh	432	445	200	189	129	79	254	1.727	469	487	218	200	130	81	298	1.883
Industrial	GWh	25	47	14	18	43	7	67	220	21	39	12	12	28	6	55	173
Comercial	GWh	132	269	109	113	313	49	374	1.359	128	258	102	102	296	48	333	1.267
Outros	GWh	407	397	240	169	251	43	794	2.301	415	405	227	164	226	42	780	2.259
Consumidores Cativos	GWh	1.714	1.917	872	799	1.452	281	2.820	9.855	1.766	1.977	857	790	1.462	288	2.757	9.896
Industrial	GWh	122	394	45	181	318	6	985	2.050	126	414	46	131	330	6	1.022	2.076
Comercial	GWh	154	275	79	93	263	20	244	1.129	164	301	87	70	290	22	278	1.211
Outros	GWh	12	38	21	41	75	3	73	264	19	48	26	27	96	4	83	303
Consumidores livres	GWh	288	707	144	316	656	30	1.303	3.443	309	763	159	228	716	32	1.384	3.590
Energia de Conexão - outras Distribuidoras	GWh	4	8	48	4	20	0	2	86	4	8	48	3	18	0	1	83
Energia Faturada	GWh	2.006	2.632	1.065	1.118	2.128	310	4.125	13.384	2.079	2.748	1.064	1.021	2.196	320	4.141	13.569
Variação Faturada (%)	%									3,6%	4,4%	0,0%	-8,7%	3,2%	3,0%	0,4%	1,4%
SCEE - GDII + GD IIII	GWh	68	130	70	47	24	17	184	539	104	185	96	71	50	27	409	943
Mercado Fio B	GWh	2.074	2.762	1.134	1.165	2.153	327	4.308	13.923	2.183	2.933	1.161	1.092	2.246	347	4.551	14.512
Variação Mercado Fio B (%)	%									5,3%	6,2%	2,3%	-6,3%	4,3%	6,1%	5,6%	4,2%
TOTAL Mercado Distribuído (Mercado Fio B Total + Comp. GD I)	GWh	2.194	2.913	1.251	1.246	2.192	337	4.597	14.730	2.313	3.096	1.287	1.287	2.307	356	4.839	15.484
Variação Mercado Distribuído (%)	%									5,4%	6,3%	2,8%	3,3%	5,2%	5,7%	5,3%	5,1%
Energia Medida Total + Fluxo Passante	GWh	2.167	2.901	1.298	1.234	2.180	342	4.783	14.906	2.309	3.100	1.327	1.280	2.294	361	5.043	15.714
Variação Energia Medida Total + Fluxo Passante (%)	%									6,6%	6,8%	2,2%	3,7%	5,2%	5,5%	5,4%	5,4%
Número de Consumidores	MIL	2.820	3.064	1.558	1.403	1.978	264	3.479	14.568	2.883	3.117	1.596	1.438	2.031	276	3.651	14.993
Variação Número de Consumidores (%)	%									2,3%	1,7%	2,4%	2,5%	2,7%	4,6%	4,9%	2,9%

PERDAS (12 meses)

Distribuidoras	2T25	1T26	2T26	Regulatório 2T26 Homologado Pós CP 09	Regulatório LTM Pós CP 09	Δ 2T25	Δ 1T26	Δ Regulatório²
Consolidado	18,1%	18,0%	17,9%	18,9%	-	-0,2%	-0,1%	-1,0%
Equatorial Maranhão	19,2%	19,2%	18,7%	19,1%	-	-0,5%	-0,5%	-0,4%
Equatorial Pará	29,4%	29,7%	29,5%	28,9%	-	0,1%	-0,2%	0,6%
Equatorial Piauí	17,6%	17,1%	16,9%	19,3%	-	-0,6%	-0,2%	-2,4%
Equatorial Alagoas	16,9%	16,4%	16,1%	18,0%	18,5%	-0,8%	-0,3%	-2,4%
CEEE-D	13,0%	13,1%	12,9%	12,5%	-	-0,1%	-0,2%	0,3%
CEA¹	31,3%	30,2%	29,5%	33,2%	-	-1,8%	-0,7%	-3,7%
Equatorial Goiás	10,3%	10,0%	10,3%	12,8%	-	0,0%	0,3%	-2,5%

¹ Em relação à cobertura tarifária para compra de energia da CEA, cumpre destacar que além do valor usual implícito no nível de perdas regulatórias, a Aneel disponibilizou na Sparta da RTA 2025 o valor adicional de R\$ 55,3 milhões, homologado via REH, e é referente ao parágrafo único do art. 4º b da lei 12.111, de 9 de dezembro de 2009. Este mecanismo complementar, previsto em lei, se extingue no processo tarifário de 2026.

² O delta de perdas regulatório para Alagoas já considera o resultado 12 meses das Perdas Pós CP 09. As demais serão inseridas após a próxima RTA.

As informações operacionais foram divulgadas na planilha de dados do site. Para acessar o documento, [clique aqui](#).

Comentário do Desempenho

PERCENTUAL DE CONTRATAÇÃO (12 meses)

A seguir, apresentamos a expectativa do nível de contratação das distribuidoras para o segundo trimestre de 2026 na visão com e sem ajustes decorrentes da sobrecontratação involuntária.

2T26	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO
% de contratação	101,28%	101,37%	104,31%	103,58%	101,50%	127,99%	105,87%
% desconsiderando involuntária	101,28%	101,37%	104,31%	103,58%	101,50%	100,00%	100,00%

No 2T26, AP e GO apresentaram contratação acima de 105% da carga, em ambos os casos por sobrecontratação involuntária. No Amapá, o efeito decorre de contratos legados firmados em 2015, quando a CEA ainda não integrava o SIN e se projetava crescimento superior ao realizado. Já em Goiás, o excedente foi endereçado em abril/26 com a devolução de contratos via MCSD na CCEE, recolocando a distribuidora dentro do limite. Desconsiderando a sobrecontratação involuntária, ambas se enquadram abaixo de 105%.

PECLD e ARRECADAÇÃO – TRIMESTRE

PECLD/ROB ¹	2T25	2T26	Δ	Arrecadação - IAR	2T25	2T26	Δ
Equatorial Maranhão	1,05%	2,37%	1,32 p.p.	Equatorial Maranhão	97,55%	95,12%	-2,43 p.p.
Equatorial Pará	2,43%	2,18%	-0,25 p.p.	Equatorial Pará	95,04%	95,16%	0,12 p.p.
Equatorial Piauí	1,49%	2,21%	0,72 p.p.	Equatorial Piauí	100,14%	95,96%	-4,18 p.p.
Equatorial Alagoas	1,16%	0,16%	-1 p.p.	Equatorial Alagoas	99,35%	99,36%	0,01 p.p.
CEEE-D	0,20%	-0,05%	-0,24 p.p.	CEEE-D	99,90%	100,81%	0,91 p.p.
CEA	1,20%	0,49%	-0,7 p.p.	CEA	99,49%	100,58%	1,09 p.p.
Equatorial Goiás	0,33%	0,66%	0,33 p.p.	Equatorial Goiás	98,90%	98,12%	-0,78 p.p.
Consolidado	1,11%	1,26%	0,15 p.p.	Consolidado	98,09%	97,32%	-0,77 p.p.

¹ Desconsidera Receita de Construção

Conforme mencionado na seção consolidada, neste trimestre, houve a revisão e atualização da matriz de PECLD, visando refletir de forma mais tempestiva as variações no perfil de risco da carteira de clientes, assim, de maneira consolidada, a PECLD do grupo atingiu 1,26% da ROB contra 1,11% no 2T25, com crescimento marginal entre os trimestres. Este resultado é reflexo, principalmente, do desempenho da Equatorial Maranhão, Piauí e Goiás.

Os efeitos que impactaram a linha de PECLD das distribuidoras estão detalhados na seção de custos e despesas.

A arrecadação das companhias finalizou o trimestre em um patamar consolidado de 97,32%, com destaque para os níveis de arrecadação da CEA (100,58%), CEEE-D (100,81%) e Equatorial Alagoas (99,36%). Em contrapartida, houve uma menor arrecadação na Equatorial MA, PI e GO, influenciada principalmente pelo aumento da inadimplência decorrente da possibilidade de troca de titularidade, combinado ao crescimento do faturamento no mês de junho e uma redução das ações de cobrança no período.

As distribuidoras do PI, MA e PA ainda refletem os efeitos dos processos tarifários, com o aumento das tarifas. Estamos atuando para equacionar esses desvios, por meio da intensificação da comunicação e do uso de outras ferramentas de cobrança, como mutirões e campanhas de arrecadação.

Comentário do Desempenho

2.2 DESEMPENHO OPERACIONAL

DEC e FEC (12 meses)

Distribuidoras	2T25	1T26	2T26	Regulatório	Δ 2T25	Δ 1T26	Δ Regulatório
DEC							
Equatorial Maranhão	12,5	13,2	12,3	13,7	-0,2	-0,9	-1,4
Equatorial Pará	18,1	15,5	15,4	20,3	-2,6	-0,1	-4,8
Equatorial Piauí	16,7	18,4	17,7	18,0	1,0	-0,7	-0,3
Equatorial Alagoas	16,8	13,6	13,4	14,1	-3,4	-0,3	-0,7
CEEE-D	13,9	10,2	9,8	7,6	-4,2	-0,4	2,2
CEA	30,5	26,8	24,3	44,3	-6,2	-2,5	-20,0
Equatorial Goiás	14,8	11,4	11,1	11,0	-3,7	-0,4	0,1
FEC							
Equatorial Maranhão	5,3	6,3	5,9	7,9	0,6	-0,3	-1,9
Equatorial Pará	7,4	6,8	7,0	14,6	-0,4	0,2	-7,6
Equatorial Piauí	6,2	6,6	6,2	11,0	-0,1	-0,4	-4,9
Equatorial Alagoas	6,0	5,2	5,1	10,8	-0,9	-0,2	-5,7
CEEE-D	5,7	4,5	4,4	5,3	-1,3	-0,2	-0,9
CEA	13,4	11,8	11,2	30,0	-2,2	-0,6	-18,9
Equatorial Goiás	6,9	5,3	5,2	7,1	-1,6	0,0	-1,9

No 2T26, o Grupo Equatorial apresentou melhora sequencial dos indicadores de continuidade, com redução do DEC em todas as sete distribuidoras na comparação com o 1T26. O destaque foi a Equatorial Piauí, que reduziu o DEC para 17,7h e voltou a se enquadrar no limite regulatório (18,0h), seguida pela CEA, que registrou a maior redução do trimestre (-2,5h).

Na comparação anual, o DEC recuou em seis das sete concessões frente ao 2T25, com destaque para CEA (-6,2h), CEEE-D (-4,2h), e Goiás (-3,7h), refletindo a maturação dos investimentos em rede e a assertividade dos processos de manutenção.

Atualmente, cinco das sete concessões da Equatorial estão dentro do limite regulatório do DEC, e todas as distribuidoras do grupo estão dentro do limite regulatório do FEC. A CEEE-D e a Equatorial Goiás seguem em trajetória de enquadramento, com foco no reforço da rede e no aumento da resiliência operacional.

Comentário do Desempenho

2.3 DESEMPENHO FINANCEIRO

2.4 MARGEM BRUTA

Análise da receita	2T25								2T26								Δ%
R\$ milhões	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	Total
(+) Vendas as classes	1.526	2.285	887	762	1.164	288	2.528	9.440	1.790	2.352	1.029	784	1.452	304	2.840	10.550	12%
Renda Não Faturada	33	46	12	(9)	(72)	4	(35)	(21)	9	28	13	34	(67)	2	(19)	0	-100%
(+) Ult. de demanda / reativo excedente	(5)	(12)	(3)	(4)	(9)	(1)	(22)	(56)	(5)	(13)	(4)	(3)	(9)	(1)	(24)	(59)	5%
(+) Outras receitas	404	668	194	217	336	77	594	2.490	470	849	270	224	749	76	886	3.525	42%
Subvenção baixa renda	91	121	52	49	19	11	49	392	157	184	93	73	28	15	80	630	61%
Subvenção CDE outros	62	230	55	61	55	33	149	645	87	250	75	59	90	30	232	823	27%
Uso da rede	69	172	41	70	210	17	303	882	92	193	55	55	203	18	424	1.040	18%
Atualização ativo financeiro	115	57	3	2	9	1	21	208	69	140	7	6	24	2	51	300	44%
Bandeira Tarifária	29	32	15	13	5	9	-	102	23	28	11	11	7	4	10	94	-8%
Multa por atraso de pagamento	15	22	9	8	10	3	23	91	17	23	10	8	14	3	27	102	13%
(+) Outras receitas operacionais	24	34	19	12	29	3	50	170	24	32	18	12	384	3	62	535	214%
Outras Receitas (Parcela B)	14	21	8	6	25	2	32	107	15	21	7	6	25	2	34	110	3%
(+) Suprimento	10	50	15	25	22	34	65	221	(24)	(39)	(29)	(1)	(32)	67	118	59	-73%
(+) Valores a receber de parcela A	65	42	46	28	226	37	471	915	242	344	70	157	212	133	160	1.317	44%
(+) Receita de construção	303	856	224	179	302	102	708	2.674	330	716	239	188	282	97	675	2.527	-5%
(=) Receita operacional bruta	2.305	3.889	1.363	1.207	2.040	537	4.343	15.685	2.803	4.210	1.574	1.348	2.653	676	4.656	17.920	14%
(+) Deduções à receita	(619)	(877)	(352)	(309)	(634)	(113)	(1.223)	(4.127)	(809)	(969)	(484)	(353)	(793)	(134)	(1.427)	(4.968)	20%
PIS/COFINS/ICMS/ISS	(499)	(714)	(284)	(241)	(418)	(91)	(787)	(3.036)	(633)	(742)	(389)	(266)	(488)	(103)	(864)	(3.483)	15%
Compensações Indicadores de Qualidade	(8)	(11)	(8)	(7)	(10)	(3)	(40)	(87)	(8)	(9)	(8)	(5)	(13)	(2)	(26)	(71)	-18,3%
Demais Deduções (CDE e Encargos)	(112)	(152)	(60)	(61)	(206)	(18)	(396)	(1.004)	(168)	(219)	(87)	(82)	(292)	(29)	(537)	(1.413)	41%
(=) Receita operacional líquida	1.686	3.013	1.011	898	1.406	425	3.120	11.558	1.994	3.240	1.090	996	1.860	542	3.229	12.952	12%
(-) Receita de construção	(303)	(856)	(224)	(179)	(302)	(102)	(708)	(2.674)	(330)	(716)	(239)	(188)	(282)	(97)	(675)	(2.527)	-5%
(=) Receita operac. líq. sem rec.de construção	1.383	2.157	787	719	1.104	323	2.412	8.884	1.663	2.524	851	808	1.579	444	2.554	10.424	17%
(-) Energia comprada e transporte e Encargos	(694)	(1.041)	(392)	(374)	(797)	(162)	(1.445)	(4.903)	(889)	(1.302)	(420)	(469)	(842)	(272)	(1.444)	(5.637)	15%
(=) Margem Bruta	689	1.116	395	345	307	161	967	3.980	775	1.222	432	339	737	172	1.111	4.787	20%
(+) Não-Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(322)	-	-	(322)	N/A
(-) VNR	(115)	(57)	(3)	(2)	(9)	(1)	(21)	(208)	(69)	(140)	(7)	(6)	(24)	(2)	(51)	(300)	44%
(=) Margem Bruta Ajustada (Ex-VNR)	574	1.059	392	343	299	160	946	3.772	705	1.082	424	333	391	170	1.060	4.166	10%
Δ% Margem Bruta Ajustada									22,9%	2,2%	8,2%	-3,0%	31,0%	6,5%	12,0%		

No 2T26, a Margem Bruta ajustada das distribuidoras ex-VNR alcançou R\$ 4,1 bilhões, 10% maior do que o mesmo período do ano anterior, influenciada, principalmente, pela variação positiva da tarifa fio-B (R\$ 224 milhões), crescimento de mercado (R\$ 124 milhões) e melhora do delta perdas de (R\$ 115 milhões). A Equatorial Maranhão foi a distribuidora que mais contribuiu para a variação positiva da margem do trimestre (+ R\$ 131 milhões), principalmente pelo efeito da revisão tarifária que aumentou a base de remuneração de R\$ 4,4 Bilhões para R\$ 7,4 Bilhões.

Comentário do Desempenho

2.5 DESPESAS OPERACIONAIS E PMSO/CONSUMIDOR

Custos Operacionais R\$ milhões	2T25								2T26								Δ%
	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	
(+) Pessoal	44	57	25	25	33	14	54	253	50	62	35	37	43	13	98	337	33,3%
(+) Material	5	7	2	5	5	2	19	45	8	9	4	4	(11)	1	11	26	-42,6%
(+) Serviço de terceiros	107	151	69	45	116	21	243	751	109	144	64	39	115	16	202	688	-8,3%
(+) Outros	10	6	6	4	2	1	7	37	7	14	6	4	9	2	3	45	23,5%
(=) PMSO Reportado	166	221	103	79	156	38	322	1.085	174	228	109	84	155	32	314	1.097	1,0%
Ajustes	-	(22)	(3)	(4)	6	(5)	(24)	(52)	-	-	-	-	-	-	-	-	-100,0%
PMSO Ajustado	166	199	100	76	161	32	299	1.034	174	228	109	84	155	32	314	1.097	6,1%
PECLD e perdas	21	74	17	12	3	5	12	144	59	76	30	2	(1)	3	26	194	34,5%
PECLD/ROB (Ex-Receita de Construção)	1,05%	2,43%	1,49%	1,16%	0,20%	1,20%	0,33%	1,11%	2,37%	2,18%	2,21%	0,16%	-0,05%	0,49%	0,66%	1,26%	
Provisões - contingências	4	3	2	3	22	0	18	53	5	3	2	0	18	1	21	51	-4,4%
Provisões - FUNAC	-	-	-	-	-	-	67	67	-	-	-	-	-	-	70	70	3,8%
(+) Provisões	25	77	19	15	26	5	97	265	64	79	32	2	17	4	117	315	18,9%
Ajustes Provisões	-	-	-	-	28	-	(37)	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-	-100,0%
(=) Provisões Ajustadas	25	77	19	15	54	5	60	256	64	79	32	2	17	4	117	315	23,1%
(+) Sistemas Isolados e Subv. CCC	12	25	-	-	-	4	0	41	0	35	-	-	-	7	-	42	2,0%
(+) Custo de Remoção	8	6	2	3	16	4	31	71	8	17	3	4	71	11	29	143	102,4%
(+) Outros Custos Não Caixa	(30)	11	2	6	(7)	3	(77)	(93)	11	11	(4)	(1)	43	1	1	62	-166,0%
(+) Outras receitas/despesas operacionais	(22)	17	4	9	9	6	(46)	(23)	19	28	(1)	2	114	12	29	203	1000,0%
(+) Depreciação e amortização	91	223	46	35	67	16	185	662	19	28	(1)	2	114	12	29	205	-69,1%
(=) Custos e despesas gerenciais	272	563	172	139	257	68	559	2.030	277	397	138	91	401	68	489	1.861	-8,4%
PMSO Ajustado/Consumidor (12m)	247	242	251	218	309	528	349	281	259	271	276	241	324	497	332	293	4,0%
Δ% PMSO por Consumidor	4,9%	12,3%	10,1%	10,5%	4,7%	-5,8%	-4,9%										
PMSO Ajustado + Compensações/Consumidor (12m)	256	258	268	227	344	564	400	307	271	283	294	251	343	531	362	311	1,2%
Δ% PMSO + Compensações por Consumidor	5,8%	9,5%	9,5%	10,6%	-0,5%	-5,9%	-9,4%										

MARANHÃO

No comparativo entre trimestres, o PMSO Ajustado/Consumidor, na visão 12 meses, aumentou 4,9%, totalizando R\$ 259. O PMSO ajustado do período aumentou 4,7%, ou R\$ 7,9 milhões maior do que no mesmo período do ano anterior.

O aumento do trimestre vem principalmente da linha de **Pessoal** (R\$ 5 milhões) e de **Material** (R\$ 3 milhões). Na linha de pessoal o aumento se deve ao reajuste salarial e aumento de *headcount*, além dos efeitos de ILP que representaram R\$ 12 milhões, que foram parcialmente compensados pelo maior compartilhamento de despesas operacionais com as demais distribuidoras. Enquanto em material o crescimento foi causado pela aquisição de materiais de informática e EPI/EPC.

A **PECLD** atingiu R\$ 59 milhões no 2T26 e representa 2,37% da ROB, um aumento de R\$ 38 milhões em comparação com o 2T25. O aumento reflete principalmente o maior envelhecimento da dívida, concentrado principalmente nos segmentos residencial e varejo, influenciado pelo percentual médio do reajuste tarifário do MA de 17,90%. A atualização da matriz de PECLD respondeu por R\$ 8,7 milhões.

PARÁ

No 2T26, o PMSO Ajustado/Consumidor, na visão 12 meses, aumentou 12,3%, totalizando R\$ 271. O PMSO ajustado do período atingiu R\$ 228 milhões, 14,6% maior que o 2T25, ou R\$ 29,1 milhões.

O aumento do PMSO Ajustado no trimestre está concentrado principalmente na linha de **Serviços de Terceiros** (R\$ 14 milhões) decorrente de consultorias, custos de cobrança com periculosidade e custos de manutenção. Na linha de **Outros** (R\$ 8 milhões) grande parte do crescimento é referente a antecipação da janela de contribuições ao Instituto Equatorial, que em 2025 foram pagos no terceiro trimestre.

Comentário do Desempenho

No 2T26, a **PECLD** alcançou R\$ 76 milhões, representando 2,18% da ROB, demonstrando um aumento de apenas R\$ 2 milhões na comparação com o 2T25 influenciada pelo envelhecimento de faturas do poder público, no entanto apresentou redução de 0,25 p.p. na relação sobre a ROB. A atualização da matriz contribuiu positivamente para reduzir a provisão em R\$ 2 milhões no período.

PIAUI

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) registrou R\$ 276, um aumento de 10,1% contra o 2T25, enquanto o PMSO ajustado cresceu 8,9%, ou R\$ 8,9 milhões.

Essa variação é fruto principalmente da linha de **Pessoal** (R\$ 10 milhões) que foi impactada pela maior provisão de PLR (R\$ 3 milhões), reajuste salarial e aumento de headcount.

A **PECLD** do trimestre foi de R\$ 30 milhões, 2,21% da ROB, um aumento de R\$ 12 milhões em comparação com o 2T25. O efeito da atualização da matriz impactou negativamente em R\$ 6,2 milhões, além da maior inadimplência das classes residenciais e envelhecimento da dívida.

ALAGOAS

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) foi de R\$ 241, 10,5% maior que o 2T25, enquanto o PMSO ajustado cresceu 11,5%, ou R\$ 8,7 milhões.

O aumento do PMSO do trimestre foi concentrado na linha de **Pessoal**, que cresceu R\$ 12 milhões, por reajuste salarial, aumento de horas extras e maior remuneração variável (PLR e ILP). Excluindo o ILP (R\$ 6 milhões), atrelado à performance da ação, o PMSO Ajustado teria crescido 4,5%.

Em Alagoas, a **PECLD** do trimestre foi de R\$ 2 milhões, representando 0,16% da ROB, uma redução de R\$ 10 milhões na comparação com o 2T25. O efeito de atualização da matriz foi positiva de R\$ 5,5 milhões, além da realização de grandes negociações com alguns municípios.

CEEE-D

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) foi de R\$ 324, um aumento de 4,7%. O PMSO ajustado do período caiu R\$ 6,3 milhões, ou 3,9% em relação ao 2T25.

A queda no PMSO tem como principal efeito a redução na linha de **Materiais** (R\$ 17 milhões), devido a reclassificação de itens de investimento que haviam sido lançados equivocadamente em materiais. Esse efeito foi parcialmente reduzido pelo aumento na linha de **Pessoal** (R\$ 9 milhões), por atualização do compartilhamento de despesas e bonificação de funcionários corporativos (R\$ 4 milhões) e multas de FGTS.

A **PECLD/ROB** do período atingiu uma reversão de - 0,05%, ou - R\$ 1 milhão, uma redução de R\$ 5 milhões na comparação com o 2T25, positivamente impactada pela atualização da matriz.

CEA

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) foi de R\$ 497, valor 5,8% menor que o mesmo período do ano anterior. O PMSO ajustado da CEA foi de R\$ 32 milhões, 0,6% menor que o 2T25, praticamente estável, refletindo a realocação de custo via primarização, reduzindo a linha de Materiais em R\$ 1 milhão em otimização de EPI e EPC.

Comentário do Desempenho

No 2T26, a **PECLD/ROB** foi de 0,49% ou R\$ 3 milhões, uma redução de R\$ 2 milhões na comparação com o 2T25, impactada positivamente pela atualização da matriz.

GOIÁS

O PMSO Ajustado/Consumidor (12 meses) foi de R\$ 332 no 2T26, resultado 4,9% menor no comparativo com 2T25. O PMSO ajustado foi de R\$ 314 milhões, 5% maior que o mesmo período do ano anterior, ou R\$ 14,8 milhões.

O aumento do PMSO Ajustado no trimestre foi concentrado na linha de **Pessoal** (R\$ 44 milhões) concentrado no provisionamento de remuneração variável e incentivos de longo prazo (ILP) de R\$ 14 milhões, influenciado pela performance e pela cotação da ação. O período também refletiu o avanço da primarização (com a internalização de equipes em Uruaçu, +416 vagas), reajustes contratuais e inflação. Excluindo remuneração variável e ILP, o PMSO ajustado teria crescido 0,4% no trimestre. Esses valores são parcialmente compensados pela redução de **Materiais** (R\$ 8 milhões), **Serviços de Terceiros** (R\$ 17 milhões) e **outros** (R\$ 4 milhões).

No 2T26 a **PECLD** registrou R\$ 26 milhões no trimestre, ou 0,66% da ROB, um aumento de R\$ 14 milhões em relação ao 2T25, lembrando que no 2T25 GO ainda não havia adotado integralmente a metodologia da matriz de provisão de PECLD.

Comentário do Desempenho

2.6 EBITDA

Recomposição EBITDA		2T25								2T26								Δ%
R\$ milhões	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	Total	
(+) Resultado do Exercício	276	361	96	106	(235)	12	5	620	251	386	111	56	73	(6)	(84)	789	27,2%	
(+) Impostos sobre o Lucro	40	64	41	34	-	8	(9)	178	49	84	24	62	-	12	(56)	174	-1,9%	
(+) Resultado Financeiro	101	128	86	66	285	73	412	1.152	114	208	98	87	259	78	579	1.423	23,5%	
(+) Depreciação e Amortização	91	223	46	35	67	16	185	662	103	174	58	46	117	33	212	743	12,3%	
(=) EBITDA societário (CVM)*	508	776	269	242	117	109	593	2.612	517	852	292	250	450	117	651	3.129	20%	
Ajustes Totais	(134)	(24)	2	7	(49)	7	(37)	(228)	(58)	(130)	(12)	(8)	(302)	(0)	(50)	(560)	145,0%	
(+) Outras receitas/despesas operacionais	(30)	11	2	6	(7)	3	(77)	(93)	11	11	(4)	(1)	43	1	1	62	-166,0%	
(+) Impactos Margem Bruta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(322)	-	-	(322)	N/A	
(+) Sistemas Isolados	12	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-100,0%	
(+) Ajustes de PMSO	-	22	3	4	(6)	5	24	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-100,0%	
(+) Ajustes Provisões	-	-	-	-	(28)	-	37	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-100,0%	
(-) VNR	(115)	(57)	(3)	(2)	(9)	(1)	(21)	(208)	(69)	(140)	(7)	(6)	(24)	(2)	(51)	(300)	44,2%	
(=) EBITDA Societário Ajustado	374	752	270	249	67	116	556	2.383	459	723	280	243	148	117	601	2.570	7,8%	
Δ%									22,8%	-3,9%	3,6%	-2,4%	120,1%	1,1%	8,0%			

*Calculado em conformidade com a instrução CVM 156/22 - EBITDA Calculado aqui não é o mesmo utilizado para os covenants

Os valores ajustados em "Outras receitas/despesas operacionais" referem-se exclusivamente a efeitos não caixa. Para fins de comparabilidade, os efeitos caixa, como custos de remoção, também foram contabilizados na base comparativa do 2T25.

MARANHÃO

No 2T26, o EBITDA ajustado por VNR e efeitos não recorrentes atingiu R\$ 459 milhões, 22,8% maior que o 2T25, ou R\$ 85 milhões.

A margem bruta ajustada do trimestre registrou crescimento de 22,9% ou R\$ 131 milhões, influenciada principalmente pela variação positiva de: (i) tarifa fio-b no valor de R\$ 130 milhões, (ii) delta perdas de R\$ 41 milhões, parcialmente compensados pela redução de R\$ 24 milhões na RNF.

O PMSO ajustado do período apresentou um aumento de R\$ 7,9 milhões, enquanto as provisões e contingências ajustadas do período aumentaram R\$ 39 milhões, em decorrência principalmente do aumento de Perdas esperadas por redução ao valor recuperável entre os trimestres.

PARÁ

O EBITDA Ajustado por VNR e efeitos não recorrentes do Pará atingiu R\$ 723 milhões, 3,9% menor que o 2T25, ou R\$ 29 milhões. Apesar do crescimento da margem bruta em 2,2%, ou 23 milhões, o resultado foi impactado pelo aumento do PMSO ajustado (R\$ 29 milhões) e aumento de R\$ 11 milhões na linha de custos de remoção, relacionado a atualização monetária de contratos de serviço e renovações contratuais. As provisões e contingências ajustadas do período se mantiveram em linha entre os trimestres.

PIAUI

No Piauí, o EBITDA ajustado atingiu R\$ 280 milhões, 3,6% maior, ou R\$ 10 milhões, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

A margem bruta ajustada do período aumentou 8,2% ou R\$ 32 milhões comparado ao 2T25, reflexo principalmente do aumento da tarifa fio-b (R\$ 17 milhões) e do crescimento de mercado (R\$ 8 milhões).

A linha de PECLD e Contingências ajustadas teve uma piora de R\$ 13 milhões em comparação ao 2T25, enquanto o PMSO ajustado apresentou aumento de R\$ 8,9 milhões entre períodos.

Comentário do Desempenho

ALAGOAS

O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 243 milhões, R\$ 6 milhões menor que o 2T25, ou -2,4%.

A margem bruta ajustada do período teve uma queda de 3%, ou R\$ 10 milhões, principalmente em função do menor volume de energia vendido no Mercado de Curto Prazo. O efeito da alteração na contabilização do faturamento dos clientes livres foi reconhecido na linha de Renda Não Faturada (RNF), com efeito positivo de R\$ 43 milhões.

As provisões e contingências ajustadas apresentaram uma melhora de R\$ 13 milhões, enquanto o PMSO ajustado aumentou cerca de R\$ 8,7 milhões.

CEEE-D

O EBITDA ajustado do Rio Grande do Sul atingiu R\$ 148 milhões no trimestre, 120% maior que o 2T25, ou R\$ 81 milhões.

A margem bruta ajustada da CEEE-D apresentou um crescimento de 31% ou R\$ 93 milhões, principalmente em virtude de: (i) crescimento de mercado (R\$ 21 milhões), (ii) crescimento na tarifa fio-b (R\$ 24 milhões) e (iii) redução das perdas (R\$ 21 milhões) e (iv) RNF de R\$ 11 milhões.

O PMSO ajustado do período apresentou uma redução de R\$ 6,3 milhões, enquanto as provisões e contingências ajustadas do período apresentaram uma melhora de R\$ 36 milhões. Nesse trimestre, a empresa apresentou um Custo de Remoção de R\$ 71 milhões, esse valor é referente ao maior volume de capitalização de obras antes da data de corte do processo da RTP (Revisão Periódica Tarifária), pois os custos de remoção são apropriados integralmente apenas no encerramento das obras.

CEA

O EBITDA Ajustado alcançou R\$ 117 milhões, com crescimento de 1,1% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 1,0 milhão). Esse resultado reflete, principalmente, a Margem Bruta ajustada ex-VNR, que apresentou um aumento de 6,5% ou R\$ 10 milhões, aliada à redução de R\$ 0,2 milhões no PMSO entre os trimestres. Para esse trimestre, a empresa apresentou um Custo de Remoção de 11 milhões, impactado também pelo maior volume de encerramento antes da data de corte do processo de RTP da companhia.

GOIÁS

O EBITDA ajustado por efeitos não recorrentes e VNR da Equatorial Goiás atingiu R\$ 601 milhões, um aumento de 8% em relação ao mesmo período do ano anterior ou R\$ 45 milhões.

A margem bruta ajustada neste trimestre apresentou uma variação positiva de R\$ 114 milhões em função de: (i) tarifa fio-b (R\$ 32 milhões), (ii) crescimento de mercado (R\$ 50 milhões) e (iii) Renda Não Faturada (R\$ 18 milhões).

Adicionalmente, o PMSO ajustado do período apresentou um aumento de R\$ 14,8 milhões, bem como as provisões, que na visão reportada, apresentaram um aumento de R\$ 20 milhões, é explicado, principalmente, pelo efeito do aumento da PECLD (R\$ 14 milhões). Em bases ajustadas, as provisões aumentam R\$ 57 milhões, esse incremento é explicado por um efeito não recorrente de R\$ 37 MM no provisionamento de PECLD da FUNAC ocorrido no 2T25, em função de encerramento de processos em Goiás.

Comentário do Desempenho

2.7 EFEITOS NÃO RECORRENTES EBITDA

Não Recorrentes EBITDA Distribuição	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	2T26 Total
Margem Bruta	-	-	-	-	(322)	-	-	(322)
Outros Custos Não Caixa	11	11	(4)	(1)	43	1	1	62
VNR	(69)	(140)	(7)	(6)	(24)	(2)	(51)	(300)
Ajustes EBITDA	(58)	(130)	(12)	(8)	(302)	(0)	(50)	(560)

2.8 RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro	2T25								2T26								Δ%
R\$ milhões	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	Total
(+) Rendas Financeiras	40	82	23	28	42	19	22	255	20	97	36	26	49	23	43	294	15,1%
(+) Acréscimo Moratório - Venda de Energia	22	35	14	9	61	3	15	160	30	50	18	13	11	5	19	146	-8,7%
(+) Encargos da dívida	(138)	(232)	(116)	(83)	(214)	(91)	(411)	(1.284)	(154)	(344)	(169)	(123)	(306)	(110)	(599)	(1.805)	40,5%
(+) Encargos CVA	(6)	(13)	1	(4)	4	5	5	(8)	5	2	22	7	20	11	30	96	-1257,5%
(+) AVP - Comercial	1	5	1	1	(15)	(0)	(1)	(9)	1	(5)	1	1	(4)	2	-	(4)	-52,2%
(+) Contingências	(2)	(3)	(3)	(4)	(29)	(3)	(14)	(57)	(6)	(4)	(3)	(3)	(31)	(3)	(32)	(84)	46,5%
(+) Outras Receitas / Despesas	(17)	(3)	(5)	(13)	(135)	(7)	(28)	(210)	(9)	(4)	(3)	(7)	2	(6)	(40)	(68)	-67,7%
Resultado financeiro	(101)	(128)	(86)	(66)	(285)	(73)	(412)	(1.152)	(114)	(208)	(99)	(87)	(259)	(78)	(579)	(1.424)	24%
(-/+ Efeitos Não Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(79)	-	-	(79)	N/A
Resultado financeiro ajustado	(101)	(128)	(86)	(66)	(285)	(73)	(412)	(1.152)	(114)	(208)	(99)	(87)	(337)	(78)	(579)	(1.502)	30%

Δ%

12,6% 62,6% 15,1% 31,3% 18,3% 6,3% 40,6%

2.9 LUCRO LÍQUIDO

Lucro Líquido	2T25								2T26								Δ%
R\$ milhões	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	MA	PA	PI	AL	CEEE-D	CEA	GO	Total	Total
(+) Lucro Líquido / Prejuízo	276	361	96	106	(235)	12	5	620	251	386	111	56	73	(6)	(84)	789	27%
(+) Impacto EBITDA (líquido de IR)	12	22	3	4	(33)	5	61	73	-	-	-	-	(322)	-	-	(322)	-543,4%
(+) Efeito IR e CSLL	(5)	11	17	13	11	(1)	6	54	-	-	-	38	-	-	-	38	-29,3%
(+) Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	N/A
(+) Ajustes do Resultado Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(79)	-	-	(79)	N/A
(+) Outras Receitas/Despesas Não Operacionais	-	-	-	-	-	-	(79)	(79)	-	-	-	-	-	-	-	-	-100,0%
(+) VNR Líquido de IR e CSLL	(76)	(38)	(2)	(1)	(6)	(1)	(14)	(137)	(46)	(93)	(5)	(4)	(16)	(1)	(34)	(198)	44,2%
(=) Lucro Líquido / Prejuízo Ajustado	207	356	114	121	(263)	16	(21)	530	205	294	107	90	(342)	(7)	(118)	229	-57%

Δ%

-0,9% -17,4% -6,5% -26,3% 30,1% -143,3% 461,5%

2.10 INVESTIMENTOS

Investimentos Distribuidoras	2T25								2T26								Δ%
R\$ milhões	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	MA	PA	PI	AL	RS	AP	GO	Total	Total
Ativos elétricos	270	463	188	165	274	80	662	2.101	279	362	179	169	262	71	611	1.933	-8,0%
Obrigações especiais	17	358	25	3	8	13	7	430	30	329	49	10	-	23	20	460	7,1%
Ativos não elétricos	17	35	12	11	21	9	39	144	21	25	11	10	20	3	44	134	-6,5%
Projetos Estratégicos	5	12	3	3	11	6	3	43	7	8	3	3	6	1	18	46	5,9%
Total	303	856	224	179	302	102	708	2.674	330	716	239	188	282	97	675	2.527	-5%

Δ%

9,0% -16,4% 6,7% 5,2% -6,8% -4,5% -4,7%

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).

Comentário do Desempenho

2.11 IMPOSTOS

No Grupo Equatorial, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: (i) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda, decorrente do benefício de modernização total, obtido junto à SUDENE/SUDAM (válido até 2032 para as distribuidoras Maranhão, Piauí, Alagoas e CEA; e até 2034 para a Equatorial Pará); (ii) benefício de exclusão de até 60% dos valores despendidos em PD&I do lucro líquido; e (iii) benefícios de dedução do Imposto de Renda relacionados a despesas com alimentação dos colaboradores (PAT), licença-maternidade e doações.

IRPJ / CSLL	2025						
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	CEEE-D	CEA	Goiás
R\$ Milhões							
Lair	493	911	190	224	(239)	29	(27)
Despesas IRPJ/CSLL	(118)	(177)	(48)	(83)	-	(10)	34
(+) Ativo Fiscal Diferido	46	103	(3)	31	-	-	(74)
(+) Incentivos Fiscais	109	173	18	34	-	-	-
Imposto Caixa	(72)	(75)	(50)	(51)	-	(10)	-
Alíquota Efetiva de IRPJ e CSLL	15%	8%	26%	23%	0%	33%	0%

2026							
Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	CEEE-D	CEA	Goiás	
629	928	234	284	33	6	(294)	
(105)	(157)	(52)	(108)	-	(17)	116	
45	93	39	78	-	-	(117)	
108	157	30	25	-	-	-	
(61)	(64)	(13)	(29)	-	(17)	(1)	
10%	7%	6%	10%	0%	265%	0%	

Na tabela abaixo, tem-se os ajustes por efeitos não-recorrentes:

Não recorrentes	2025						
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	CEEE-D	CEA	Goiás
Despesas IRPJ/CSLL		(37)	-	(27)	-	-	-
Ativo fiscal diferido	28	37	-	27	-	-	-
Incentivos fiscais	15	20	-	21	-	-	-

2026							
Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	CEEE-D	CEA	Goiás	
-	-	(2)	3	-	-	(7)	
-	-	(35)	(4)	-	-	13	
-	-	-	-	-	-	-	

Dessa forma, a alíquota caixa das distribuidoras atinge:

IRPJ / CSLL (c/ não recorrentes)	2025						
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	CEEE-D	CEA	Goiás
R\$ Milhões							
Lair	493	911	190	224	(239)	29	(27)
Despesas IRPJ/CSLL	(75)	(158)	(48)	(62)	-	(10)	34
(+) Ativo Fiscal Diferido	18	66	(3)	4	-	-	(74)
Imposto Calculado	(57)	(92)	(50)	(58)	-	(10)	(39)
(+) Incentivos Fiscais	93	153	18	13	-	-	-
Imposto Caixa	(57)	(92)	(50)	(58)	-	(10)	-
Alíquota Efetiva de IRPJ e CSLL	12%	10%	26%	26%	0%	33%	0%

2026							
Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	CEEE-D	CEA	Goiás	
629	928	234	284	33	6	(294)	
(105)	(157)	(90)	(109)	-	(17)	123	
45	93	74	82	-	-	(129)	
(61)	(64)	(16)	(26)	-	(17)	(7)	
108	157	30	25	-	-	-	
(61)	(64)	(16)	(26)	-	(17)	(7)	
10%	7%	7%	9%	0%	265%	-2%	

Comentário do Desempenho

3. RENOVÁVEIS

3.1 DESEMPENHO OPERACIONAL

GERAÇÃO

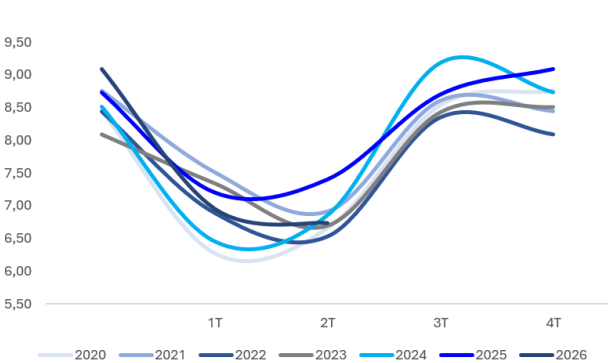
Complexos Eólicos	Geração (GWh)				Ventos (m/s)			
	2T25	2T26	Δ%	Δ	2T25	2T26	Δ%	Δ
Portfólio Eólico	963,2	788,8	-18,1%	-174,5	7,4	6,7	-9,1%	-0,7
Constrained-Off	120,4	87,3	-27,5%	-33,2				
Portfólio Eólico ex Constrained-Off	1.083,7	876,0	-19,2%	-207,7				

Complexos Solares	Geração (GWh)				Irradiância Média (W/m²)			
	2T25	2T26	Δ%	Δ	2T25	2T26	Δ%	Δ
Portfólio Solar	224,8	225,5	0,3%	0,6	289,1	305,7	5,7%	16,6
Constrained-Off	121,6	142,2	17,0%	20,6				
Portfólio Solar ex Constrained-Off	346,4	367,6	6,1%	21,2				

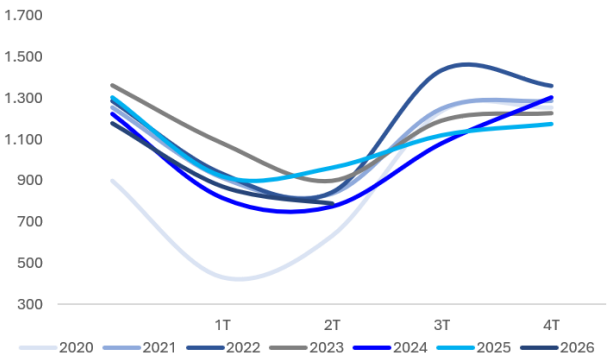
Portfólio	Geração (GWh)			
	2T25	2T26	Δ%	Δ
Portfólio Consolidado	1.188,1	1.014,2	-14,6%	-173,9
Constrained-Off	242,0	229,4	-5,2%	-12,6
Portfólio ex Constrained-Off	1.430,1	1.243,7	-13,0%	-186,4

As informações operacionais foram divulgadas no release operacional da companhia. Para acessar o documento, [clique aqui](#).

MÉDIA DOS VENTOS - PORTFÓLIO EÓLICO (m/s)



GERAÇÃO TOTAL - PORTFÓLIO EÓLICO (GWh)

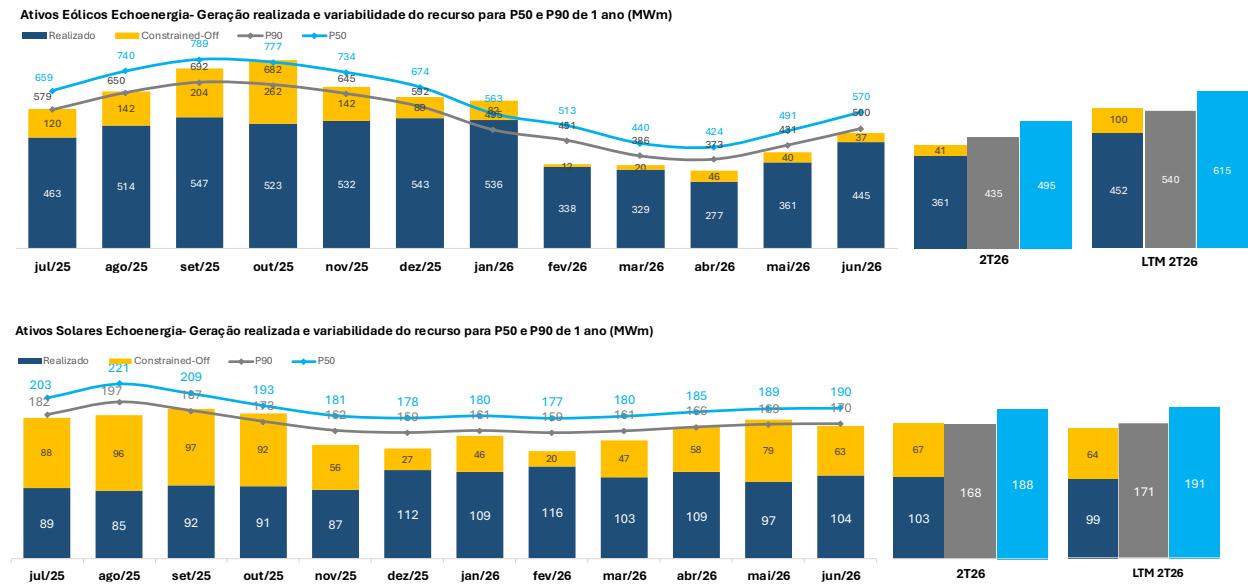
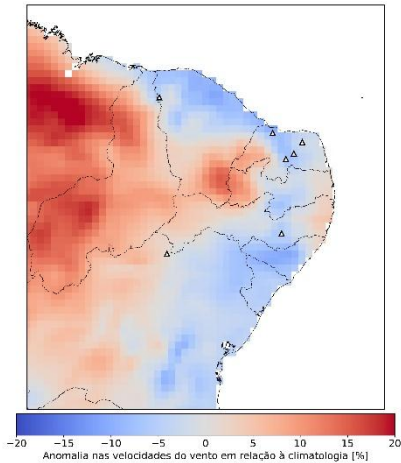


O 2T26 foi marcado por velocidades de vento abaixo da média climatológica na maior parte do Nordeste, com anomalias negativas mais acentuadas nas áreas mais a oeste da faixa costeira, abrangendo trechos dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Na comparação com o 2T25, a velocidade média dos ventos nos complexos da Echoenergia recuou 11,4%, com parte dos ativos operando abaixo da respectiva média climatológica.

Comentário do Desempenho

A figura ao lado ilustra as anomalias de vento no 2T26 em relação à média de longo prazo, evidenciando o impacto climático negativo sobre os complexos eólicos da Echoenergia. Desconsiderando os efeitos de constrained-off, a geração do período, no centro de gravidade, se aproximou de P98 nos ativos eólicos e de P88 nos ativos solares, em ambos os casos na referência de variabilidade anual.

Os gráficos a seguir apresentam a geração de energia eólica e solar da Echoenergia nos últimos 12 meses e a visão para o 2T26, comparando-a com os valores de P50 e P90 anual revisados pela empresa. Vale destacar que essas estimativas de produção de energia são consideradas robustas, pois os estudos foram elaborados utilizando metodologias consolidadas no mercado e tem como base dados operacionais para todos os complexos eólicos.



Comentário do Desempenho

EFEITOS DO CONSTRAINED-OFF

Com base nos dados do ONS e considerando as perdas relativas ao centro de gravidade, os efeitos de constrained-off totalizaram 229 GWh no 2T26, correspondentes a um percentual de restrição de 18,4% e a um impacto financeiro estimado de R\$ 30 milhões.

O volume de energia cortada concentrou-se principalmente nos complexos solares, que responderam por 142 GWh, ou aproximadamente 62% do total do portfólio. Nesse segmento, o percentual de restrição atingiu 38,7%, com impacto financeiro estimado de R\$ 12 milhões. Nos complexos eólicos, os cortes totalizaram 87 GWh ou 10,0% e a um impacto financeiro de R\$ 18 milhões.

Em comparação com o 2T25, quando os cortes totalizaram 242 GWh e R\$ 33 milhões, o volume de constrained-off recuou aproximadamente 5%, enquanto o impacto financeiro diminuiu 9%. Apesar da redução em termos absolutos, o percentual de restrição do portfólio aumentou 1,5 ponto percentual, passando de 16,9% no 2T25 para 18,4% no 2T26. A redução do volume consolidado foi determinada principalmente pelo segmento eólico, no qual os cortes diminuíram 28%, de 120 GWh para 87 GWh. No segmento solar, por outro lado, o volume restringido aumentou 16%, de 122 GWh para 142 GWh.

Quanto à natureza das restrições, os cortes de ordem energética foram predominantes, representando aproximadamente 75% do total, ou 171 GWh, com impacto financeiro estimado de R\$ 20 milhões. As restrições decorrentes de indisponibilidade externa corresponderam a cerca de 18% do total, equivalentes a 41 GWh e R\$ 6 milhões, enquanto as restrições por razões de confiabilidade representaram aproximadamente 7%, ou 17 GWh e R\$ 4 milhões. Nos complexos solares, as restrições energéticas responderam por aproximadamente 78% do volume cortado no segmento. Nos complexos eólicos essa categoria também foi predominante, representando cerca de 69% dos cortes.

		Visão ONS - Centro de Gravidade								
		Total			Confiabilidade		Indisponibilidade		Energético	
Unidade		[%]	[GWh]	[R\$ milhões]	[GWh]	[R\$ milhões]	[GWh]	[R\$ milhões]	[GWh]	[R\$ milhões]
Eólicas	2T25	11,1%	120	21	69	12	3	1	49	9
	2T26	10,0%	87	18	16	4	12	2	60	12
	3T23 a 2T26	14,0%	1.987	381	1.335	257	129	28	523	96
Solares	2T25	35,1%	122	12	20	3	13	2	89	7
	2T26	38,7%	142	12	2	0	29	4	111	8
	3T23 a 2T26	32,4%	924	96	262	36	117	14	545	46
Portfólio	2T25	16,9%	242	33	88	14	16	2	138	16
	2T26	18,4%	229	30	17	4	41	6	171	20
	3T23 a 2T26	17,0%	2.911	477	1.597	293	246	42	1.068	142

A partir do 2T26, foram implementados dois ajustes metodológicos nos dados apresentados. Os valores de constrained-off passaram a considerar a base do ONS (sistema SAGER), em substituição à base interna anteriormente utilizada, e os números de geração passaram a incorporar as perdas relativas ao centro de gravidade. A comparação com o 2T25 apresentada nesta seção considera a mesma abordagem metodológica, de forma a assegurar a comparabilidade entre os períodos. Em razão desses ajustes, os valores históricos podem diferir daqueles divulgados anteriormente. Vale ressaltar que a Portaria prevê a possibilidade de contestar os valores calculados, havendo a possibilidade de ressarcimento superior ao cálculo atual da ONS.

Adicionalmente, para os eventos de constrained-off ocorridos entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025, a Lei nº 15.269/2025 estabeleceu o direito à compensação dos custos associados às restrições de geração classificadas como indisponibilidade externa e confiabilidade elétrica para usinas eólicas e solares. Em julho de 2026, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria Normativa nº 140/2026, regulamentando a operacionalização desse mecanismo por meio da celebração de um Termo de Compromisso entre os agentes de geração e o Poder Concedente. O referido instrumento estabelece as condições para apuração, revisão, validação e pagamento das compensações elegíveis. Com base em apurações preliminares realizadas a partir da metodologia prevista na regulamentação, a Companhia estima um potencial de ressarcimento de aproximadamente R\$ 317 milhões, atualizado monetariamente pelo IPCA até junho de 2026. A efetiva compensação permanece condicionada à adesão e celebração do Termo de Compromisso, bem como à conclusão das etapas de revisão e validação dos montantes pelo ONS, CCEE e demais agentes envolvidos no processo.

Comentário do Desempenho

3.2 DESEMPENHO FINANCEIRO

Abaixo apresentamos o desempenho econômico-financeiro da Echoenergia em uma visão combinando o resultado da Echo Participações com o da Echo Crescimento, veículos de geração eólica e solar do grupo, respectivamente.

DRE	Echo Participações				Echo Crescimento			
	2T25	2T26	Δ%	Δ	2T25	2T26	Δ%	Δ
Receita Líquida	248,5	221,6	-10,8%	(26,9)	111,5	79,6	-28,6%	(31,9)
(-) Compra de Energia	(26,1)	(32,8)	25,8%	(6,7)	(39,1)	(14,5)	-62,8%	24,5
(+/-) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	-	-	N/A	-	(0,1)	(0,0)	-60,9%	0,1
Lucro Bruto de Energia	222,5	188,8	-15,1%	(33,6)	72,3	65,1	-10,0%	(7,3)
(-) Encargos de Uso do Sistema	-	(20,9)	N/A	N/A	-	(10,4)	N/A	N/A
Margem Bruta	222,5	168,0	-24,5%	(54,5)	72,3	54,6	-24,4%	(17,7)
Custos e Despesas Operacionais	(98,3)	(75,0)	-23,7%	23,3	(21,8)	(12,3)	-43,3%	9,4
(-) Custos de Operação e Produção de Energia	(78,6)	(64,8)	-17,6%	13,9	(18,3)	(9,1)	-50,1%	9,2
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(19,7)	(10,2)	-48,1%	9,4	(3,5)	(3,2)	-7,1%	0,2
EBITDA	124,2	93,0	-25,1%	(31,2)	50,6	42,3	-16,4%	(8,3)
Margem EBITDA (%)	50,0%	42,0%	-8p.p.	N/A	45,4%	53,1%	7,8p.p.	N/A
(-/+ Efeitos Não-Recorrentes	5,3	(0,7)	-113,7%	(6,1)	-	-	N/A	-
(-/+ Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	-	-	N/A	-	0,1	0,0	-57,2%	(0,1)
EBITDA Ajustado	129,5	92,3	-28,8%	(37,3)	50,7	42,3	-16,4%	(8,3)
Margem EBITDA Ajustada (%)	52,1%	41,6%	-10,5p.p.	N/A	45,4%	53,2%	7,7p.p.	N/A
(-) Depreciação/Amortização	(65,7)	(66,6)	1,3%	(0,9)	(19,4)	(19,4)	0,0%	0,0
(+/-) Resultado Financeiro	(65,3)	(68,3)	4,6%	(3,0)	(67,1)	(75,8)	13,0%	(8,7)
(-) Impostos	(16,1)	(17,6)	9,6%	(1,5)	(4,7)	(3,9)	-16,5%	0,8
Lucro (Prejuízo) Líquido Reportado	(22,9)	(59,5)	159,8%	(36,6)	(40,6)	(56,8)	-39,9%	(16,2)
Margem Líquida (%)	-9,2%	-26,8%	-17,6p.p.	N/A	-36,4%	-71,3%	-34,9p.p.	N/A

DRE	Echoenergia (Part. + Cresc.)			
	2T25	2T26	Δ%	Δ
Receita Líquida	360,0	301,3	-16,3%	(58,8)
(-) Compra de Energia	(65,1)	(47,3)	-27,3%	17,8
(+/-) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	(0,1)	(0,0)	-60,9%	0,1
Lucro Bruto de Energia	294,8	253,9	-13,9%	(40,9)
(-) Encargos de Uso do Sistema	-	(31,3)	N/A	N/A
Margem Bruta	294,8	222,6	-24,5%	(72,2)
Custos e Despesas Operacionais	(120,0)	(87,3)	-27,3%	32,7
(-) Custo de Operação e Produção de Energia	(96,9)	(73,9)	-23,8%	23,0
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(23,1)	(13,4)	-41,9%	9,7
EBITDA	174,8	135,3	-22,6%	(39,5)
Margem EBITDA (%)	48,5%	44,9%	-3,6p.p.	N/A
(-/+ Efeitos Não-Recorrentes	5,3	(0,7)	-113,7%	(6,1)
(-/+ Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	0,1	0,0	-57,2%	(0,1)
EBITDA Ajustado	180,2	134,6	-25,3%	(45,6)
Margem EBITDA Ajustada (%)	50,0%	44,7%	-5,4p.p.	N/A
(-) Depreciação/Amortização	(85,1)	(85,9)	1,0%	(0,9)
(+/-) Resultado Financeiro	(132,4)	(144,1)	8,8%	(11,7)
(-) Impostos	(20,8)	(21,5)	3,7%	(0,8)
Lucro (Prejuízo) Líquido Reportado	(63,5)	(116,2)	-83,1%	(52,8)
Margem Líquida (%)	-17,6%	-38,6%	-21p.p.	N/A

LUCRO BRUTO DE ENERGIA – ECHOENERGIA

O Lucro Bruto de Energia da Echoenergia foi de R\$ 253,9 milhões no 2T26, uma redução de 13,9% quando comparado ao mesmo período do ano passado, ou de R\$ 40,9 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da geração 14,6% inferior ao 2T25, impactada negativamente pela menor velocidade dos ventos nas usinas eólicas e pelo maior patamar de *constrained-off* nas usinas solares. Além disso, os ganhos com operações de swap de lastro incentivado, oriundas das usinas cuja geração líquida se situou abaixo da garantia física, foram inferiores aos apurados no 2T25.

Os custos com Encargos de Uso dos Sistemas de Transmissão e Distribuição totalizaram R\$ 31,3 milhões no 2T26, refletindo a redução de MUST nos parques eólicos e solares entre os períodos.

Comentário do Desempenho

Vale destacar que, a partir do 2T26, parte dos valores anteriormente classificados como Custos de Operação e Produção de Energia foi reclassificada para a linha de Encargos de Uso do Sistema, apresentada de forma segregada no quadro financeiro. Os valores referentes ao 2T25 foram mantidos conforme originalmente reportados no release e, portanto, não contemplam essa reclassificação. Em bases comparáveis, considerando a mesma reclassificação no 2T25, a variação entre os períodos é de apenas R\$ 0,5 milhão.

Sendo assim, a Margem Bruta da Echoenergia foi de R\$ 222,6 milhões, uma redução de 24,5% quando comparado ao mesmo período do ano passado, ou de R\$ 72,2 milhões.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - ECHOENERGIA

Os custos e despesas operacionais da Echoenergia totalizaram R\$ 87,3 milhões no 2T26, uma redução de 27,3%, ou de R\$ 32,7 milhões, quando comparado ao 2T25. Excluindo os efeitos não-recorrentes e não-caixa de ambos os trimestres relacionados a baixas de ativos (R\$ 5,3 milhões no 2T25 e -R\$0,7 milhão no 2T26), houve uma diminuição de 23,2%, ou de R\$ 26,7 milhões. Essa variação é justificada principalmente por:

- Aumento de R\$ 4,0 milhões em despesas com pessoal, decorrente do reconhecimento da provisão dos ILP's e dos reajustes salariais e de benefícios;
- Aumento de R\$ 2,5 milhões em engenharia e gestão de O&M, devido ao reajuste inflacionário e *escalation*¹ nos contratos de manutenção dos parques eólicos;
- Aumento de R\$ 0,8 milhão em serviços de terceiros, principalmente com vigilância das usinas e consultorias relacionadas ao Plano de Mitigação de Impacto Social;
- Redução líquida de R\$ 3,2 milhões nas demais linhas, principalmente em outros custos e despesas e materiais;
- Redução de R\$ 30,8 milhões em Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição.

Vale destacar que, a partir do 2T26, parte dos valores anteriormente classificados como Custos de Operação e Produção de Energia foi reclassificada para a linha de Encargos de Uso do Sistema, apresentada de forma segregada no quadro financeiro. Os valores referentes ao 2T25 foram mantidos conforme originalmente reportados no release e, portanto, não contemplam essa reclassificação. Em bases comparáveis, considerando a mesma reclassificação no 2T25, a variação entre os períodos é de apenas R\$ 0,5 milhão.

RESULTADO FINANCEIRO - ECHOENERGIA

O resultado financeiro líquido da Echoenergia registrado no 2T26 foi de R\$ 144,1 milhões negativos, apresentando uma piora de R\$ 11,7 milhões, ou 8,8%, quando comparado ao 2T25. Tal variação reflete, principalmente, o aumento do IPCA, que indexa ~80% das dívidas da companhia, apurado em 1,42% no período (ante 0,93% no 2T25).

¹ *Escalation* se refere aos reajustes, em termos reais, de valores previstos em contratos de O&M de longo prazo, relacionados ao aumento da taxa de falhas naturais das máquinas e equipamentos.

Comentário do Desempenho

PROFORMA – ECHOENERGIA + EQUATORIAL RENOVÁVEIS

Abaixo apresentamos o desempenho econômico-financeiro da Echoenergia em uma visão proforma combinando o resultado da Equatorial Renováveis S.A., veículo de comercialização do grupo, o qual é atualmente consolidado, na visão societária, sob a Equatorial Serviços.

DRE	Echoenergia (Part. + Cresc.)				EQTL Renováveis			
	2T25	2T26	Δ%	Δ	2T25	2T26	Δ%	Δ
Receita Líquida	360,0	301,3	-16,3%	(58,8)	510,2	437,3	-14,3%	(72,9)
(-) Compra de Energia	(65,1)	(47,3)	-27,3%	17,8	(500,0)	(466,8)	-6,6%	33,2
(+/-) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	(0,1)	(0,0)	-60,9%	0,1	(8,9)	(26,5)	198,0%	(17,6)
Lucro Bruto de Energia	294,8	253,9	-13,9%	(40,9)	1,3	(55,9)	-4288,1%	(57,3)
(-) Encargos de Uso do Sistema	-	(31,3)	N/A	N/A	-	(5,2)	N/A	N/A
Margem Bruta	294,8	222,6	-24,5%	(72,2)	1,3	(61,1)	-4676,1%	(62,5)
Custos e Despesas Operacionais	(120,0)	(87,3)	-27,3%	32,7	(12,8)	(9,5)	-26,2%	3,4
(-) Custos de Operação e Produção de Energia	(96,9)	(73,9)	-23,8%	23,0	(12,6)	(6,3)	-50,4%	6,4
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(23,1)	(13,4)	-41,9%	9,7	(0,2)	(3,2)	1288,4%	(3,0)
EBITDA	174,8	135,3	-22,6%	(39,5)	(11,5)	(70,6)	-513,5%	(59,1)
Margem EBITDA (%)	48,5%	44,9%	-3,6p.p.	N/A	-2,3%	-16,1%	-13,9p.p.	N/A
(-/+) Efeitos Não-Recorrentes	5,3	(0,7)	-113,7%	(6,1)	-	-	N/A	-
(-/+) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	0,1	0,0	-57,2%	(0,1)	8,1	26,5	225,5%	18,3
EBITDA Ajustado	180,2	134,6	-25,3%	(45,6)	(3,4)	(44,1)	-1206,1%	(40,8)
Margem EBITDA Ajustada (%)	50,0%	44,7%	-5,4p.p.	N/A	-0,7%	-10,1%	-9,4p.p.	N/A
(-) Depreciação/Amortização	(85,1)	(85,9)	1,0%	(0,9)	(0,1)	(0,1)	-24,8%	0,0
(+/-) Resultado Financeiro	(132,4)	(144,1)	8,8%	(11,7)	0,2	1,2	410,8%	1,0
(-) Impostos	(20,8)	(21,5)	3,7%	(0,8)	2,8	9,0	225,5%	6,2
Lucro (Prejuízo) Líquido Reportado	(63,5)	(116,2)	-83,1%	(52,8)	(8,6)	(60,5)	-600,5%	(51,8)
Margem Líquida (%)	-17,6%	-38,6%	-21p.p.	N/A	-1,7%	-13,8%	-12,1p.p.	N/A

DRE	Proforma (Echoenergia + EQTL Renováveis)			
	2T25	2T26	Δ%	Δ
Receita Líquida	870,3	738,6	-15,1%	(131,7)
(-) Compra de Energia	(565,2)	(514,1)	-9,0%	51,0
(+/-) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	(9,0)	(26,5)	194,7%	(17,5)
Lucro Bruto de Energia	296,1	198,0	-33,2%	(98,2)
(-) Encargos de Uso do Sistema	-	(36,5)	N/A	N/A
Margem Bruta	296,1	161,5	-45,5%	(134,6)
Custos e Despesas Operacionais	(132,9)	(96,8)	-27,2%	36,1
(-) Custo de Operação e Produção de Energia	(109,5)	(80,1)	-26,8%	29,4
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(23,3)	(16,6)	-28,7%	6,7
EBITDA	163,3	64,7	-60,4%	(98,6)
Margem EBITDA (%)	18,8%	8,8%	-10p.p.	N/A
(-/+) Efeitos Não-Recorrentes	5,3	(0,7)	-113,7%	(6,1)
(-/+) Efeito MtM (Ganhos e Perdas)	8,2	26,5	221,9%	18,3
EBITDA Ajustado	176,8	90,5	-48,8%	(86,3)
Margem EBITDA Ajustada (%)	20,3%	12,2%	-8,1p.p.	N/A
(-) Depreciação/Amortização	(85,2)	(86,0)	1,0%	(0,8)
(+/-) Resultado Financeiro	(132,1)	(142,8)	8,1%	(10,7)
(-) Impostos	(18,0)	(12,5)	-30,4%	5,5
Lucro (Prejuízo) Líquido Reportado	(72,1)	(176,7)	-145,1%	(104,6)
Margem Líquida (%)	-8,3%	-23,9%	-15,6p.p.	N/A

LUCRO BRUTO DE ENERGIA – EQTL RENOVÁVEIS

O Lucro Bruto de Energia da EQTL Renováveis foi de R\$ 55,9 milhões negativos no 2T26, uma redução de 57,3 milhões quando comparado ao 2T25. Excluindo o efeito não-caixa da marcação a mercado (MtM) dos contratos de trading nos períodos, o Lucro Bruto foi de R\$ 29,5 milhões negativos no 2T26, uma redução de R\$ 39,7 milhões contra o mesmo período do ano anterior. Essa queda é explicada, principalmente, pela maior exposição à aquisição de energia no mercado livre para recomposição de lastro em um cenário de elevada volatilidade de preços e pelos custos adicionais com modulação horária oriundos do descasamento entre as compras do portfólio de geração solar e a entrega contratual.

Comentário do Desempenho

Os custos com Encargos de Comercialização totalizaram R\$ 5,2 milhões no 2T26, em virtude do maior volume de energia entregue ao consumidor final no mercado varejista entre os períodos. Vale destacar que, a partir do 2T26, parte dos valores anteriormente classificados como Custos de Operação e Produção de Energia foi reclassificada para a linha de Encargos de Comercialização, apresentada de forma segregada no quadro financeiro. Os valores referentes ao 2T25 foram mantidos conforme originalmente reportados no release e, portanto, não contemplam essa reclassificação. Em bases comparáveis, considerando a mesma reclassificação no 2T25, a variação entre os períodos é de R\$ 1,5 milhão.

Sendo assim, a Margem Bruta da EQTL Renováveis, excluindo o efeito do MtM, de ambos os períodos, foi de R\$ 34,7 milhões negativos no 2T26, uma redução de R\$ 44,9 milhões quando comparado ao mesmo período do ano passado.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS – EQTL RENOVÁVEIS

Os custos e despesas operacionais da EQTL Renováveis totalizaram R\$ 9,5 milhões no 2T26, uma redução de 26,2%, ou de R\$ 3,4 milhão, quando comparado ao 2T25. Essa variação é justificada principalmente por:

- Aumento de R\$ 0,6 milhão em pessoal, reflexo da curva de contratação da equipe de vendas, do crescimento do compartilhamento de despesas da Echoenergia e dos ajustes em salários e benefícios;
- Aumento de R\$ 0,8 milhão em outros custos e despesas – contemplando PECLD, despesas jurídicas e legais, viagens, entre outros;
- Redução de R\$ 1,0 milhão em serviços de terceiros, devido principalmente ao menor patamar de gastos com honorários advocatícios e emolumentos BBCE;
- Redução de R\$ 5,2 milhões em Encargos de Comercialização.

Vale destacar que, a partir do 2T26, parte dos valores anteriormente classificados como Custos de Operação e Produção de Energia foi reclassificada para a linha de Encargos de Comercialização, apresentada de forma segregada no quadro financeiro. Os valores referentes ao 2T25 foram mantidos conforme originalmente reportados no release e, portanto, não contemplam essa reclassificação. Em bases comparáveis, considerando a mesma reclassificação no 2T25, a variação entre os períodos é de R\$ 1,5 milhão.

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).

Comentário do Desempenho

4. SANEAMENTO

Indicadores Operacionais - Água	2T25	2T26	Δ%
Economias faturadas (mil)	99,570	93,412	-6,2%
Volume Faturado (mil m ³)	5.532,521	5.200,786	-6,0%
Índice de cobertura (%)	70%	72%	1,7 p.p.
Índice de Perda da Distribuição (%)	65%	67%	2,7 p.p.

Indicadores Operacionais - Esgoto	2T25	2T26	Δ%
Economias faturadas (mil)	18,6	18,9	2,0%
Volume Faturado (mil m ³)	1.019,0	1.139,6	11,8%
Índice de cobertura (%)	15%	16%	0,6 p.p.

As informações operacionais foram divulgadas no release operacional da companhia. Para acessar o documento, [cli-que aqui](#).

4.1 DESEMPENHO FINANCEIRO

Demonstração de Resultado	2T25	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões				
Receita Operacional	41,6	44,9	7,9%	3,3
Abastecimento de água e serviços de esgoto	26,5	31,4	18,8%	5,0
Receita de construção	12,9	12,0	-6,8%	-0,9
Outras receitas	2,3	1,4	-35,7%	-0,8
Deduções à receita operacional	-2,8	-3,1	10,4%	-0,3
Receita operacional líquida	38,8	41,8	7,8%	3,0
Custos de construção	-12,9	-12,0	-6,8%	0,9
Custo da Operação	-18,6	-23,3	25,0%	-4,6
PMSO	-15,5	-17,4	12,4%	-1,9
<i>Pessoal</i>	-5,1	-5,6	8,7%	-0,4
<i>Material</i>	-2,2	-2,6	20,4%	-0,4
<i>Serviços de terceiros</i>	-4,1	-5,7	41,0%	-1,7
<i>Outros</i>	-4,1	-3,4	-15,8%	0,6
PDD/Provisões	-5,0	-5,7	-13,2%	-0,7
Outras Receitas e Despesas Operacionais	1,9	-0,2	-110,7%	-2,1
EBITDA	7,3	6,6	-10,4%	-0,8
(-/+ Efeitos Não Recorrentes)	0,0	0,0	N/A	0,0
EBITDA Ajustado	7,3	6,6	-10,4%	-0,8
Depreciação e amortização	-7,6	-9,6	26,2%	-2,0
Resultado financeiro	-46,8	-51,0	8,9%	-4,2
Receita financeira	1,4	1,3	-12,5%	-0,2
Despesa financeira	-48,3	-52,3	8,3%	-4,0
Tributos	0,0	0,0	N/A	0,0
Resultado do exercício Ajustado	-47,1	-54,0	14,8%	-6,9

Comentário do Desempenho

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA - CSA

No 2T26, a receita operacional líquida da CSA totalizou R\$ 41,8 milhões. Desconsiderando a receita de construção nos períodos, a Receita Operacional Líquida registrou crescimento de R\$ 3,9 milhões, ou 15% em relação ao 2T25. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo crescimento das receitas de abastecimento de água e serviços de esgoto, que avançaram 18,8%, refletindo o reajuste tarifário de 8,11%, aplicado em setembro de 2025, além da continuidade do processo de hidrometração e da evolução do consumo faturado.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - CSA

Os custos da operação totalizaram R\$ 23,3 milhões no 2T26, aumento de R\$ 4,6 milhões (25,0%) em relação ao mesmo período do ano anterior. O PMSO atingiu R\$ 17,4 milhões, crescimento de R\$ 1,9 milhão (12,4%), refletindo aumento nas despesas com pessoal, serviços de terceiros e materiais. Na linha de serviços de terceiros, no 2T25, houve uma recuperação de R\$ 1,0 milhão relacionada ao descumprimento de obrigações contratuais por fornecedor, enquanto no 2T26 foi reconhecida despesa de R\$ 0,7 milhão com honorários advocatícios intermediários. Já o aumento em materiais acompanhou o maior volume de água captada no período.

A PECLD totalizou R\$ 5,7 milhões no trimestre, aumento de R\$ 0,7 milhão (13,2%) em relação ao 2T25, em função do crescimento do contas a receber e da maior concentração de créditos em faixas de vencimento mais antigas, que demandam maiores níveis de provisionamento.

EBITDA - CSA

O EBITDA Reportado da CSA atingiu R\$ 6,6 milhões no 2T26, redução de R\$ 0,8 milhão, ou 10,4%, em relação ao 2T25, impactado pelo aumento dos outros custos operacionais, onde tivemos reconhecimento de ganho de inventário (R\$ 1,8 milhão) e no 2T26 tivemos efeito de Perdas e desativação de Bens e Direitos (R\$ 0,2 milhão). Desconsiderando esses efeitos, o EBITDA apresentaria crescimento de 24% na comparação anual.

RESULTADO FINANCEIRO - CSA

No 2T26, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 51,0 milhões, piora de R\$ 4,2 milhões (8,9%) em relação ao 2T25. A variação decorreu, principalmente, do aumento das despesas financeiras, em função do crescimento do IPCA no comparativo entre períodos.

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).

Comentário do Desempenho

5. EQUATORIAL SERVIÇOS

Demonstração de Resultado ¹	2T25	2T26	Δ%	Δ
R\$ milhões				
Receita Operacional Bruta	89,5	108,8	21,6%	19,3
Deduções	(11,3)	(13,2)	16,5%	(1,9)
Receita Operacional Líquida	78,2	95,6	22,3%	17,4
Custos Operacionais	(2,2)	(2,5)	16,4%	(0,4)
Despesas Operacionais	(41,2)	(53,3)	29,4%	(12,1)
EBITDA	34,8	39,8	14,2%	5,0
Margem EBITDA	44,6%	41,6%	-6,6%	N/A
EBITDA Ajustado	34,8	39,8	14,2%	5,0
Depreciação e Amortização	(7,3)	(8,1)	10,6%	(0,8)
Resultado do serviço (EBIT)	27,6	31,7	15,2%	4,2
Resultado financeiro	(3,0)	(1,8)	-41,4%	1,2
Equivalência	-	-	-	-
Tributos	(9,3)	(8,7)	-6,0%	0,6
Lucro Líquido	15,3	21,3	39,2%	6,0

¹ Os resultados apresentados excluem os efeitos da Comercializadora

DESEMPENHO FINANCEIRO – SERVIÇOS

O resultado da Equatorial Serviços reflete o desempenho positivo das linhas de Afinidades (arrecadação e vendas) e Digital, além de um crescimento expressivo na Equatorial Telecom e Enova. A Equatorial Telecom registrou crescimento de 66,7% na Receita Operacional Líquida, impulsionado principalmente pela expansão das linhas de Revenda e Dados, esta última beneficiada por novos contratos de conectividade e pela regularização contratual. No canal Digital, a receita avançou R\$ 3,9 milhões na Equatorial Serviços, sustentada pela maior adesão dos clientes aos serviços de autoatendimento e às campanhas de fatura digital via WhatsApp.

A Enova também contribuiu positivamente para o resultado, com crescimento de 25,0% na Receita Operacional Líquida, impulsionado pela evolução das linhas de Assinatura, em função do faturamento integral da energia gerada para a Associação, e de Locação, refletindo a incorporação societária de novas usinas.

O EBITDA Ajustado consolidado atingiu R\$ 39,8 milhões, crescimento de 14,2% em relação ao 2T25, refletindo principalmente o desempenho da Equatorial Telecom e da Enova. Na Enova, o EBITDA foi impactado por uma base de comparação mais elevada em despesas com pessoal, em razão da reversão de provisão de PLR registrada no 2T25. Desconsiderando esse efeito não recorrente, o EBITDA da companhia apresentou crescimento orgânico de R\$ 1,6 milhão.

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).

Comentário do Desempenho

6. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Por fim, durante o período findo em 30 de junho de 2026, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., auditor independente da Companhia, prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações contábeis e da revisão de informações intermediárias, tais como: revisão da tradução das demonstrações financeiras para o inglês; emissão de relatório de asseguração limitada sobre *covenants*; auditoria de demonstrações regulatórias; asseguração limitada sobre outras contas a receber; asseguração limitada sobre indicadores de sustentabilidade; diagnóstico de aderência às normas relacionadas à sustentabilidade; emissão de laudo de avaliação de patrimônio líquido contábil; e procedimentos previamente acordados sobre relatório de controle patrimonial.

A política de contratação adotada pela Companhia observa a regulamentação aplicável e assegura a independência do auditor, conforme previsto na Instrução CVM nº 381/03, conforme alterada pela Resolução CVM nº 162/2022, especialmente no que se refere à vedação de que o auditor audite o próprio trabalho, exerça funções gerenciais na Companhia ou atue na promoção de seus interesses.

As seguintes informações constantes deste Relatório da Administração não foram revisadas pelos auditores independentes: (i) dados operacionais; (ii) informações financeiras proforma e suas comparações com resultados societários; e (iii) expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia.

Para retornar ao Sumário, clique [aqui](#).

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

**Informações contábeis
intermediárias em 30 de junho de
2026**

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.****Informações contábeis intermediárias****Índice**

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS	13
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	15
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	16
7	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	18
8	PARTES RELACIONADAS	20
9	OUTRAS CONTAS A RECEBER	23
10	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	24
11	INTANGÍVEL	24
12	ATIVOS DE CONTRATO	25
13	FORNECEDORES	25
14	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	26
15	DEBÊNTURES	28
16	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS	30
17	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	32
18	VALORES A PAGAR DE ACORDO COM PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	33
19	OUTRAS CONTAS A PAGAR	34
20	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35
21	PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO	36
22	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	39
23	CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	40
24	CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	41
25	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	42
26	RESULTADO FINANCEIRO	43
27	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	44
28	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	48
29	COMPROMISSOS FUTUROS	49
30	EVENTOS SUBSEQUENTES	49

Notas Explicativas

**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias, (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Notas Explicativas

**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos*Demonstração do valor adicionado*

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 12 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



Ativo	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	773.740	807.202
Aplicações financeiras	5	1.660.947	1.923.169
Contas a receber de clientes	6	2.309.965	2.272.072
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	106.455	-
Almoxarifado		40.116	28.545
Serviços pedidos		211.348	200.192
Subvenção CCC		121.653	117.440
Depósitos judiciais	17	341	5.497
Impostos e contribuições a recuperar		158.086	146.243
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		243.255	145.076
Outras contas a receber	9	665.912	647.714
Total do ativo circulante		6.291.818	6.293.150
Não circulante			
Aplicações financeiras	5	20.206	23.185
Contas a receber de clientes	6	211.322	217.165
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		334.434	349.930
Serviços pedidos		38.033	38.033
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	67.448	-
Impostos e contribuições a recuperar		457.252	440.688
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		43.683	61.251
Depósitos judiciais	17	152.532	138.481
Benefício pós-emprego		12.955	12.193
Outras contas a receber	9	3.318	4.364
Ativo financeiro da concessão	10	301.073	8.877.170
Investimentos		4.731	5.565
Intangível	11	11.183.679	1.422.477
Ativos de contrato	12	861.989	913.973
Direito de uso		9.491	11.934
Total do ativo não circulante		13.702.146	12.516.409

Total do ativo	19.993.964	18.809.559
-----------------------	-------------------	-------------------

Passivo	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Circulante			
Fornecedores	13	1.020.088	1.111.437
Fornecedores - risco sacado	13.1	182.612	202.487
Empréstimos e financiamentos	14	372.253	353.380
Debêntures	15	154.741	135.770
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	18	204.086	155.691
Instrumentos financeiros derivativos	27	1.983	91
Passivo de arrendamento		8.128	5.288
Impostos e contribuições a recolher		267.567	245.569
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		62.360	5.792
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		30.530	26.064
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	100.644
Contribuição de iluminação pública		57.492	60.632
Encargos setoriais		79.853	79.548
Participação nos lucros		18.116	44.768
Provisões para riscos judiciais	17	10.339	10.063
Dividendos a pagar	8	702.512	299.251
Benefício pós-emprego		1.794	1.708
Outras contas a pagar	19	498.357	491.482
Total do passivo circulante		3.672.811	3.329.665
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	1.824.832	1.968.891
Debêntures	15	6.516.271	5.738.109
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	18	999.859	1.014.917
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	116.036
Passivo de arrendamento		3.358	8.845
Impostos e contribuições a recolher		129.605	134.474
Encargos setoriais		117.346	91.218
Instrumentos financeiros derivativos	27	266.923	116.329
Provisões para riscos judiciais	17	140.296	140.944
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	903.700	810.503
Benefício pós-emprego		81.591	79.512
Outras contas a pagar	19	85.588	81.071
Total do passivo não circulante		11.069.369	10.300.849
Patrimônio líquido			
Capital social	20.1	1.633.752	1.633.607
Ajuste de avaliação patrimonial		(6.044)	(6.164)
Reserva de capital		39.021	37.215
Reserva de reavaliação	20.2	14.328	18.088
Reservas de lucros		2.796.154	3.496.299
Lucros Líquido do período		774.573	-
Total do patrimônio líquido		5.251.784	5.179.045

Total do passivo e patrimônio líquido	19.993.964	18.809.559
--	-------------------	-------------------

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.****Demonstração do resultado**

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



		01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
	Nota				
Receita operacional líquida	22	3.240.375	6.253.783	3.012.828	5.707.792
Custos com energia elétrica	24	(1.302.086)	(2.348.102)	(1.040.564)	(1.977.886)
Custo de construção		(716.053)	(1.502.754)	(856.164)	(1.575.963)
Custo da operação		(285.718)	(526.371)	(350.212)	(565.067)
Custos de energia elétrica, construção e operação	23	(2.303.857)	(4.377.227)	(2.246.940)	(4.118.916)
Lucro bruto		936.518	1.876.556	765.888	1.588.876
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	23	(67.811)	(135.073)	(63.653)	(120.839)
Despesas gerais e administrativas	23	(80.295)	(182.948)	(52.401)	(100.995)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	23	(70.447)	(148.863)	(67.456)	(120.753)
Outras despesas operacionais, líquidas	25	(39.755)	(98.019)	(29.550)	(59.761)
Total de despesas operacionais		(258.308)	(564.903)	(213.060)	(402.348)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		678.210	1.311.653	552.828	1.186.528
Receitas financeiras	26	326.606	637.235	273.653	539.414
Despesas financeiras	26	(534.568)	(1.021.086)	(401.528)	(814.536)
Resultado financeiro, líquido		(207.962)	(383.851)	(127.875)	(275.122)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		470.248	927.802	424.953	911.406
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	(34.638)	(63.855)	(63.549)	(91.693)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	16	(49.212)	(93.134)	(724)	(65.889)
Impostos sobre o lucro		(83.850)	(156.989)	(64.273)	(157.582)
Lucro líquido do período		386.398	770.813	360.680	753.824
Resultado por ação básico e diluído - R\$					
Ação ordinária	20.3	0,17491	0,34893	0,16327	0,34124
Ação preferencial nominal - A	20.3	0,17491	0,34890	0,16337	0,34105
Ação preferencial nominal - B	20.3	0,17506	0,34919	0,16308	0,34090
Ação preferencial nominal - C	20.3	0,17482	0,34880	0,16316	0,34131
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do período (em milhares de ações)		2.209.074	2.209.074	2.209.074	2.209.074

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)



		01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
	Nota				
Lucro líquido do período		386.398	770.813	360.680	753.824
Outros resultados abrangentes					
Resultados abrangentes (<i>hedge accounting</i> e benefícios pós-emprego)		673	183	30.851	35.974
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de <i>hedge accounting</i> e benefícios pós-emprego	16.2	(229)	(63)	(10.489)	(12.231)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Realização da reserva de reavaliação	20.2	1.837	3.760	2.149	4.302
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos		2.281	3.880	22.511	28.045
Total resultados abrangentes		388.679	774.693	383.191	781.869

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)



Notas	Reservas de lucros									
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Incentivos fiscais	Reserva de Investimentos	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.624.459	34.092	26.676	(31.766)	326.866	1.903.361	11.230	1.093.583	-	4.988.501
Pagamento baseado em ações - Stock option	-	872	-	-	-	-	-	-	-	872
Pagamento baseado em ações - Matching Shares	-	709	-	-	-	-	-	-	-	709
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(4.302)	-	-	-	-	-	4.302	-
Dividendos adicionais de 2024	-	-	-	-	-	-	-	(1.093.583)	-	(1.093.583)
Resultado abrangente do período	-	-	-	35.974	-	-	-	-	-	35.974
Resultados de hedge accounting	-	-	-	(12.231)	-	-	-	-	-	(12.231)
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	753.824	753.824
Saldos em 30 de junho de 2025	1.624.459	35.673	22.374	(8.023)	326.866	1.903.361	11.230	-	758.126	4.674.066
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.633.607	37.215	18.088	(6.164)	326.866	2.257.860	911.573	-	-	5.179.045
Pagamento baseado em ações - Stock option	21.1	-	343	-	-	-	-	-	-	343
Pagamento baseado em ações - Matching Shares	21.3	-	1.463	-	-	-	-	-	-	1.463
Aumento de capital	20.1	145	-	-	(145)	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	20.2	-	-	(3.760)	-	-	-	-	3.760	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(700.000)	-	-	(700.000)
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados de hedge accounting	27.4	-	-	183	-	-	-	-	-	183
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	16.2	-	-	(63)	-	-	-	-	-	(63)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	770.813	770.813
Saldos em 30 de junho de 2026	1.633.752	39.021	14.328	(6.044)	326.721	2.257.860	211.573	-	774.573	5.251.784

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
 (Em milhares de reais)



	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	770.813	753.824
Ajustes para:		
Amortização	341.621	330.092
Baixa de intangível e ativo financeiro	24.606	20.126
Atualização do ativo financeiro	(318.444)	(209.036)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias, cambiais líquidas e marcação a v	578.287	210.013
Marcação a valor justo da dívida	(135.000)	68.520
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	148.863	120.753
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	973	1.245
Baixa de recebíveis incobráveis	13.375	12.428
Provisão e atualização de processos judiciais	20.462	14.430
Provisão e atualização de encargos setoriais	45.239	38.873
Provisão (reversão) para perdas de estoques	(2.179)	10.954
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	154.588	157.965
Valor justo das opções de compra	10.546	3.556
Valores a (receber) pagar de parcela A e outros itens financeiros	(396.499)	(28.764)
Rendimentos de aplicações financeiras	(122.316)	(151.205)
Imposto de renda e contribuição social correntes	63.855	91.693
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	93.134	65.889
Participação nos lucros	15.299	17.959
Plano de aposentadoria e pensão	1.403	1.002
Encargos com geração distribuída	-	(255.388)
Ajuste a valor presente	15.946	5.139
Subtotal	1.324.572	1.280.068
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(200.459)	(166.474)
Serviços pedidos	(7.560)	(28.139)
Depósitos judiciais	(8.895)	7.395
Subvenção CCC	(4.213)	(1.600)
Almoxarifado	(11.571)	(7.786)
Impostos e contribuições a recuperar	(28.407)	48.588
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(80.611)	(43.173)
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	15.496	-
Outros créditos a receber	(17.493)	(182.800)
Fornecedores	(125.339)	(159.286)
Fornecedores risco sacado	(19.875)	61.567
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(65.034)	(45.032)
Impostos e contribuições a recolher	17.129	(105.701)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	48.995	20.512
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	5.916	6.806
Contribuição de iluminação pública	(3.140)	(72)
Participação nos lucros	(41.951)	(33.018)
Encargos setoriais	(22.402)	(33.411)
Pagamento de processos judiciais	(20.834)	(16.602)
Plano de aposentadoria e pensão	-	120
Outras contas a pagar	2.652	289.815
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(567.596)	(388.291)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(56.282)	(25.040)
Juros recebidos de aplicações financeiras	86.829	23.176
Juros pagos	(368.567)	(307.268)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	418.956	582.645
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo contratual	(1.035.016)	(1.268.736)
Resgates (aplicações) financeiras	299.282	541.151
Rendimento de aplicações financeiras	1.406	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(734.328)	(727.585)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(176.866)	(169.808)
Amortização de debêntures	-	(722.127)
Captação de debêntures	771.908	-
Amortização de valores pagos de acordos com plano de recuperação judicial	(13.727)	(13.728)
Amortização do passivo de arrendamento	(2.666)	(2.625)
Dividendos pagos	(296.739)	(54)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	281.910	(908.342)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(33.462)	(1.053.282)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	807.202	1.318.174
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	773.740	264.892
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(33.462)	(1.053.282)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.****Demonstração do valor adicionado****Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025****(Em milhares de reais)**

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	6.579.896	5.729.629
Receitas de construção	1.502.754	1.575.963
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(148.863)	(120.753)
Outras receitas	-	642
Subtotal	7.933.787	7.185.481
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(3.850.856)	(3.553.849)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(312.462)	(310.916)
Subvenção CCC	(66.471)	(47.409)
Outras despesas	(109.927)	(68.722)
Subtotal	(4.339.716)	(3.980.896)
Valor adicionado bruto	3.594.071	3.204.585
Amortização	(341.621)	(334.726)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	3.252.450	2.869.859
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	653.477	552.616
Valor adicionado total a distribuir	3.905.927	3.422.475
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	76.121	64.585
Benefícios	21.584	18.617
FGTS	6.857	6.041
Subtotal	104.562	89.243
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.046.157	880.583
Estaduais	958.544	879.762
Municipais	493	631
Subtotal	2.005.194	1.760.976
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	897.390	692.187
Aluguéis	4.272	3.896
Encargos com partes relacionadas	3.259	3.309
Outros despesas financeiras	120.437	119.040
Subtotal	1.025.358	818.432
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos	770.813	753.824
Subtotal	770.813	753.824
Valor adicionado	3.905.927	3.422.475

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



1 Contexto operacional

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Pará"), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no estado do Pará, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A. tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o estado do Pará, com 1.245.829 km²(*), atendendo, em 30 de junho de 2026, 3.116.517(*) consumidores em 144 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não revisada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 6 de maio de 2026, a Companhia celebrou o Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998-ANEEL, prorrogando sua vigência por mais 30 (trinta) anos, com novo prazo final em 28 de julho de 2058. O aditivo promoveu a atualização das condições contratuais, contemplando aperfeiçoamentos relacionados à qualidade e continuidade da prestação do serviço público, governança corporativa, sustentabilidade econômico-financeira da concessão, alocação de riscos e atendimento aos indicadores regulatórios aplicáveis.

Como consequência da celebração do Sétimo Termo Aditivo, a Companhia reavaliou a natureza dos direitos econômicos associados à infraestrutura da concessão existentes na data da assinatura do aditivo. Com base nessa avaliação, concluiu que a recuperação dos investimentos então registrados como ativo financeiro ocorrerá por meio da exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica ao longo do período adicional da concessão. Como consequência da celebração do Quinto Termo Aditivo, a Companhia reavaliou a natureza dos direitos econômicos associados à infraestrutura da concessão existentes na data da assinatura do aditivo. Nesse contexto, o ativo financeiro, que representava o direito contratual de receber indenização pelos investimentos ainda não amortizados ao término da concessão vigente, foi considerado a contrapartida econômica utilizada para a obtenção do direito de explorar a concessão pelo período adicional de 30 anos. Em razão da renúncia ao direito de indenização, a recuperação desses investimentos passará a ocorrer por meio da exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica e da cobrança de tarifas aos usuários ao longo do período adicional da concessão. Dessa forma, diante da alteração da natureza do direito contratual, a Companhia promoveu, em maio de 2026, a reclassificação dos respectivos saldos do ativo financeiro para o ativo intangível, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 10.1 – Movimentação do ativo intangível.

A classificação dos direitos decorrentes da renovação da concessão como ativo intangível está fundamentada na ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, que estabelece que o direito do concessionário de cobrar os usuários pela prestação do serviço público deve ser reconhecido como ativo intangível. A partir da assinatura do Sétimo Termo Aditivo, os investimentos realizados pela Companhia continuam sendo avaliados de acordo com os critérios previstos na ICPC 01 (R1), podendo resultar no reconhecimento de ativos financeiros e/ou ativos intangíveis, conforme a natureza dos direitos contratuais associados a cada investimento.

Notas Explicativas Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



Embora o Sétimo Termo Aditivo tenha sido formalizado em 6 de maio de 2026, o período adicional de exploração decorrente da prorrogação terá início apenas em 28 de julho de 2028. Dessa forma, os benefícios econômicos associados ao prazo adicional de 30 anos da concessão somente passarão a ser consumidos a partir dessa data.

Consequentemente, a Companhia concluiu que a amortização do ativo intangível decorrente da renovação da concessão deve ter início em 28 de julho de 2028, data em que o referido direito estará disponível para uso, em conformidade com a ICPC 01 (R1), com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e com as disposições contratuais previstas no Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 182/1998-ANEEL.

Adicionalmente, o processo tarifário com efeitos a partir de 07 de agosto de 2026 será conduzido com base nas disposições do contrato de concessão prorrogado, observando as regras, parâmetros e mecanismos tarifários estabelecidos no novo modelo contratual aplicável às distribuidoras de energia elétrica.

1.2 Fornecimento de energia elétrica aos sistemas isolados

Em leilão promovido pela ANEEL em abril de 2016 (Leilão nº 02/2016-ANEEL), o Consórcio Energia do Pará (CEPA), formado por empresas privadas e sem participação societária da Distribuidora, foi o vencedor para a prestação dos serviços de geração de energia elétrica nos sistemas isolados do Estado do Pará. Como consequência, a partir de fevereiro de 2017, o CEPA passou a operar as 23 Usinas Termelétricas (UTES) localizadas nos municípios ainda não interligados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), substituindo o modelo anteriormente previsto no Contrato nº 181/1998.

Nesse novo arranjo operacional, a Companhia manteve suas atividades de distribuição de energia elétrica aos consumidores localizados nesses municípios, enquanto o CEPA passou a ser responsável pela geração da energia. Adicionalmente, permanecem aplicáveis os mecanismos regulatórios de reembolso dos custos de geração e suprimento de energia elétrica nos Sistemas Isolados, atualmente disciplinados pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.016/2022. Esses custos são reembolsados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). Este mecanismo que tem por objetivo compatibilizar o custo de atendimento dos Sistemas Isolados com o custo médio de suprimento do Sistema Interligado Nacional (SIN), mitigando o sobrecusto da geração isolada e evitando impactos tarifários relevantes para a concessão.

Os contratos decorrentes do Leilão nº 02/2016-ANEEL possuíam prazo originalmente previsto de cinco anos, prorrogável por até doze meses. Contudo, em função dos cronogramas de interligação dessas localidades ao SIN previstos nas Resoluções Autorizativas ANEEL nº 9.536/2020 e nº 10.986/2021, o MME autorizou, através das Portarias 341/2020 e 791/2024, o aditamento do contrato até dezembro de 2027 para a última usina, prorrogável por 120 dias.

1.3 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, cujos efeitos se iniciam em 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, que altera a Lei Complementar nº 214/2025 e dispõe sobre a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e, em 29 de abril de 2026, foi editado o Decreto nº

Notas Explicativas Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continua  
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



12.955/2026, que regulamenta a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

O exercício de 2026 corresponde ao período de teste operacional, no qual ocorrem os fatos geradores e aplicam-se as alíquotas previstas em lei, permanecendo exigível o cumprimento das obrigações acessórias e ficando dispensado o recolhimento do IBS e da CBS para os contribuintes adimplentes com tais obrigações. A contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins permanecem integralmente exigíveis, e eventual recolhimento de IBS e CBS seria compensável ou ressarcível nos termos do art. 348, incisos I e II, da Lei Complementar n  214/2025, de modo que o período de teste não representa  nus tributário adicional.

Em 20 de julho de 2026, o Conselho Federal de Contabilidade publicou a Orientação Técnica CFC n  1/2026, de caráter não vinculante, que não adota posição prescritiva quanto ao reconhecimento contábil no período de teste, atribuindo a decisão ao julgamento profissional. No exercício desse julgamento, a Administração avaliou a conformidade da Companhia com as obrigações acessórias e concluiu não se configurar obrigação presente com potencial de exigir a transferência de recursos econ micos, nos termos dos itens 4.43,  linea "b", e 4.45 da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)). Consequentemente, até 30 de junho de 2026, não foram reconhecidos passivos tributários de IBS e CBS nem os correspondentes créditos das operações de entrada. Eventual descumprimento das obrigações acessórias configuraria obrigação de natureza contingente, cuja saída de recursos não é considerada provável e que, portanto, não é objeto de reconhecimento, conforme CPC 25 / IAS 37 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A conclusão poderá ser revisada caso ocorram alterações legislativas, regulamentares ou interpretativas que modifiquem a avaliação atualmente adotada.

A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação, avaliando os impactos contábeis   medida que novas definições forem estabelecidas.

Quando a cobrança se tornar efetiva, haverá mudança na forma de apresentação da receita. Atualmente, o ICMS, o PIS/Pasep e a Cofins integram a receita bruta e são apresentados como deduções até a receita líquida. O IBS e a CBS, por serem destacados do valor da operação e não representarem benefício econômico que permaneçam com a Companhia, não integrarão a receita em nenhuma linha da demonstração do resultado, conforme o CPC 47 / IFRS 15 — Receita de Contrato com Cliente. A receita passará a ser apresentada líquida desses tributos, com reflexos na comparabilidade entre exercícios, em razão da mudança estrutural da base de apresentação das operações.

Na data-base destas informações trimestrais, a Reforma Tributária sobre o Consumo não produziu impactos relevantes sobre o reconhecimento e a mensuração das operações da. Os impactos atualmente identificados referem-se, principalmente, às divulgações requeridas acerca dos efeitos esperados da implementação do novo modelo tributário e, quando da efetiva cobrança da CBS e do IBS,   forma de apresentação da receita na demonstração do resultado, o que poderá afetar a comparabilidade das informações entre os períodos.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com o CPC 21 (R1) – *Demonstração Intermediária* (práticas adotadas no Brasil) e devem ser

Notas Explicativas Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As informações contábeis intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamento e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas   taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas, incluindo assuntos relacionados ao clima, que possam gerar dívidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As informações contábeis intermediárias apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de agosto de 2026.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis a essas informações contábeis intermediárias, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

3.1 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.1.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

A Companhia avaliou as normas novas ou alteradas que se tornaram aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026, resumidas no quadro abaixo, e não identificou impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias, não tendo sido necessário alterar suas políticas contábeis nem realizar ajustes retrospectivos em decorrência de sua adoção.

Norma	Descrição da alteração	Vigência	Impactos contábeis
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros (CPC 48 e CPC 40)	O IASB emitiu duas alterações às referidas normas, com igual vigência: (i) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: esclarece o momento da baixa (derecognition) de passivos financeiros liquidados por meios eletrônicos de pagamento, com a introdução de opção contábil para reconhecer a extinção antes da entrega efetiva dos recursos quando atendidas condições determinadas, e a forma de análise dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros cujas taxas ou retornos estejam vinculados a metas ambientais, sociais e de governança (ASG), definindo se tais ativos qualificam-se para mensuração ao custo amortizado. Amplia, ainda, as exigências de divulgação relativas a participações societárias designadas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a instrumentos com cláusulas contingentes. (ii) Contratos que referenciam eletricidade dependente da natureza: aplica-se a contratos de compra e venda de energia de fontes cuja geração depende de condições naturais não controláveis (eólica e solar), tipicamente estruturados como contratos de longo prazo (power purchase agreements — PPAs). Esclarece a aplicação da exceção de “uso próprio” (own-use), permite a designação desses contratos como instrumentos de hedge em relações de fluxo de caixa e introduz novos requisitos de divulgação sobre seus efeitos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.	01/01/2026	Sem impactos relevantes na aplicação inicial.
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Promovem alterações de esclarecimento, simplificação e correção nas seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial (CPC 37), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (CPC 40), IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48), IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas (CPC 36) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 (R2)).	01/01/2026	Sem impactos relevantes.

Notas Explicativas Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



3.1.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Vigência	Avaliação de possíveis impactos
CPC 51/IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que todas as entidades classifiquem as receitas e despesas em cinco categorias — operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas —, das quais as três primeiras são novas, e forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51/IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas relacionadas à demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração, incluindo a reconciliação com o subtotal mais diretamente comparável. A norma introduz, ainda, novos requisitos para a agregação e desagregação de informações com base nas funções identificadas nas demonstrações financeiras primárias e nas notas explicativas. Foram feitas alterações de escopo restrito ao CPC 03 (R2)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida do método indireto de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade na classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros, além de alterações consequentes em outras normas.	Aplicável aos períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. A norma substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.	A Companhia está avaliando os impactos da norma, que se concentram na forma de apresentação e divulgação, sem afetar o reconhecimento ou a mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. Estão em revisão: (i) o mapeamento do plano de contas às cinco categorias e a reclassificação de receitas e despesas; (ii) a definição e a reconciliação das medidas de desempenho da Administração; (iii) os ajustes na demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto; e (iv) a preparação dos dados comparativos de 2026. A adoção da norma não deverá gerar ajustes nos saldos patrimoniais, sendo identificada a necessidade de reclassificação e reapresentação das informações comparativas dos relatórios citados na descrição da norma.
IFRS 20: Ativos e passivos regulatórios (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento)	A IFRS 20 estabelece que a compensação por bens ou serviços regulados deve ser reconhecida no mesmo período em que tais bens ou serviços são fornecidos. A norma disciplina o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de ativos e passivos regulatórios, bem como de receitas e despesas regulatórias, complementando as informações já divulgadas sob outras IFRS, em especial o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos de clientes. A IFRS 20 introduz o conceito de "diferença temporal" entre o momento em que a entidade fornece os bens ou serviços regulados e o momento em que os cobra dos clientes por meio das tarifas, exigindo o reconhecimento de ativo ou passivo regulatório e da correspondente receita ou despesa regulatória, mensurados por técnica baseada em fluxo de caixa descontado à taxa de juros regulatória. Sua aplicação visa refletir, de forma fiel, os efeitos da regulação sobre o desempenho financeiro e a posição patrimonial da entidade, além de fornecer maior transparência quanto aos impactos nos fluxos de caixa futuros.	Aplicável aos períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2029. A norma substituirá a IFRS 14 – Contas de Diferimento Regulatório. A norma ainda não foi recepcionada no Brasil, estando pendente de edição do pronunciamento correlato pelo CPC e de referendo pela CVM, dos quais dependerá a eventual permissão de adoção antecipada.	A Companhia está acompanhando a evolução da norma, cujos efeitos são potencialmente relevantes por atuar em atividade regulada por tarifas. Contudo, a avaliação dos impactos e a definição do tratamento contábil a ser adotado dependem do posicionamento do CPC quanto à recepção e à disciplina de aplicação da norma no Brasil. A Companhia ainda não concluiu a quantificação dos efeitos e adotará as medidas necessárias após a manifestação do referido órgão.

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	38.612	46.452
Equivalentes de caixa		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB (a)	735.128	760.750
Subtotal de equivalentes de caixa	735.128	760.750
Total	773.740	807.202

(a) Vide item (a) da nota de nº 5 Aplicações financeiras.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada, no período findo em 30 de junho de 2026, equivale a 101,30% do CDI (100,15% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

5 Aplicações financeiras

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Fundos de investimentos		
Cotas de fundos de investimento (a)	670.197	1.025.638
Cotas de fundos de investimento FIDC	189.894	88.514
Fundo aberto	756.340	764.706
Recursos vinculados	44.516	44.311
Total circulante	1.660.947	1.923.169
Não circulante		
Recursos vinculados	20.206	23.185
Total	1.681.153	1.946.354

(a) A redução em nas cotas de Fundos de investimento decorre do pagamento de dívidas no período, bem como da realocação de recursos entre fundos de investimento e Certificados de Depósito Bancário (CDB), em adequação aos critérios estratégicos de aplicação do Grupo.

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no período findo em 30 de junho de 2026 equivale a 101,09% do CDI (101,65% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	30/06/2026				31/12/2025			
	Vencidos				Vencidos			
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	211.663	291.536	806.060	1.309.259	257.475	284.659	762.919	1.305.053
Industrial	72.215	7.512	31.217	110.944	73.042	7.716	29.197	109.955
Comercial	121.602	39.543	97.992	259.137	130.052	39.099	93.619	262.770
Rural	26.251	34.172	267.872	328.295	26.819	39.035	241.614	307.468
Poder público	94.276	25.237	38.542	158.055	77.133	26.155	32.144	135.432
Iluminação pública	4.044	431	8.623	13.098	4.506	1.812	7.716	14.034
Serviço público	17.970	13.854	141.487	173.311	23.778	32.034	94.955	150.767
Contas a receber de consumidores faturados	548.021	412.285	1.391.793	2.352.099	592.805	430.510	1.262.164	2.285.479
Residencial	283.899	24.876	370.882	679.657	289.282	24.670	388.034	701.986
Industrial	10.479	981	13.367	24.827	9.692	847	13.507	24.046
Comercial	25.281	2.682	37.593	65.556	25.352	2.139	40.557	68.048
Rural	28.676	2.819	30.914	62.409	27.570	2.838	30.967	61.375
Poder público	71.118	2.026	5.285	78.429	68.782	2.284	7.318	78.384
Iluminação pública	15.028	235	623	15.886	13.960	133	534	14.627
Serviço público	54.121	13.621	64.342	132.084	82.206	13.501	41.876	137.583
Parcelamentos (a)	488.602	47.240	523.006	1.058.848	516.844	46.412	522.793	1.086.049
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	282.128	-	-	282.128	266.514	-	-	266.514
Baixa renda (c)	152.784	-	-	152.784	114.057	-	-	114.057
Outras (d)	142.821	-	-	142.821	134.658	-	-	134.658
Subtotal	1.614.356	459.525	1.914.799	3.988.680	1.624.878	476.922	1.784.957	3.886.757
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(159.334)	(82.054)	(1.226.005)	(1.467.393)	(160.885)	(85.254)	(1.151.381)	(1.397.520)
Total	1.455.022	377.471	688.794	2.521.287	1.463.993	391.668	633.576	2.489.237
Circulante				2.309.965				2.272.072
Não circulante				211.322				217.165

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, cujo saldo acumulado totaliza R\$ 12.999 em 30 de junho de 2026 (R\$ 7.460 em 31 de dezembro de 2025), a variação desse saldo no período, no montante líquido de R\$ 5.539, representa o efeito reconhecido no resultado financeiro, conforme nota explicativa nº 26 – Resultado Financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos, é após o período de encerramento contábil;
- (c) A variação na rubrica de Baixa Renda decorre do envio dos valores complementares referentes às competências de novembro/2025 a março/2026. Como esses valores ainda não foram homologados pela ANEEL, permanecem registrados em aberto no Contas a Receber das empresas, aguardando a definição da Agência. No período comparativo, permaneciam em aberto apenas as estimativas de Direcionamento para Envio de Faturas Retroativas (DMR) encaminhadas pela área referentes às competências de novembro e dezembro/2025. Atualmente, além das estimativas de DMR das competências de maio e junho/2026, também permanecem em aberto os valores complementares mencionados; e
- (d) Corresponde aos saldos de juros de mora, multas por auto religação, por inadimplências e atrasos.

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	31/12/2025	Provisões /Reversões (a)	Baixas	30/06/2026
Contas a receber de consumidores faturados	(799.942)	(107.905)	39.314	(868.533)
Parcelamentos	(541.828)	(34.928)	36.785	(539.971)
Contas a receber de consumidores não faturados	(10.074)	(252)	-	(10.326)
Outras (b)	(45.676)	(6.410)	3.523	(48.563)
Total	(1.397.520)	(149.495)	79.622	(1.467.393)

- (a) A movimentação líquida do período, gerou um complemento de provisão, no montante de R\$ 149.495, com impacto no resultado operacional e financeiro de R\$ 148.522 e R\$ 973, respectivamente, conforme notas explicativas nº 23 – Custos do serviço e despesas operacionais e nº 26 – Resultado Financeiro. A Companhia revisou e atualizou a matriz de provisão utilizada na apuração da PECLD, visando refletir de forma mais tempestiva as variações no perfil de risco da carteira de clientes. Não houve alteração da política contábil divulgada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, nem da metodologia de mensuração nela descrita. A alteração decorre da atualização dos parâmetros e premissas utilizados na elaboração da estimativa, caracterizando-se como mudança de estimativa contábil, nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com efeitos reconhecidos prospectivamente e sem reapresentação de períodos anteriores; e
- (b) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 7 de dezembro de 2021.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2025	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	30/06/2026
Parcela A						
CDE – Conta de desenvolvimento energético (a)	6.277	57.610	26.139	4.582	-	94.608
PROINFA – Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (b)	9.016	(6.602)	(7.589)	125	-	(5.050)
Rede básica	64.649	32.017	(21.160)	4.312	-	79.818
Compra de energia CVA (c)	138.099	265.409	(23.085)	15.383	-	395.806
ESS – Encargos do serviço do sistema	(5.977)	15.421	(9.242)	(592)	-	(390)
Subtotal	212.064	363.855	(34.937)	23.810	-	564.792
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (d)	(692)	30.032	(4.261)	814	-	25.893
Neutralidade	(47.440)	(5.493)	12.150	(1.958)	-	(42.741)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(221.984)	(24.617)	7.292	(13.909)	-	(253.218)
Risco hidrológico	(137.608)	-	(324)	(861)	-	(138.793)
Compensação créditos PIS/COFINS	472	-	(388)	-	-	84
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo	(5.190)	-	4.065	(219)	(5.682)	(7.026)
Outros (e)	(16.302)	8.824	34.182	(1.558)	(234)	24.912
Subtotal	(428.744)	8.746	52.716	(17.691)	(5.916)	(390.889)
Total	(216.680)	372.601	17.779	6.119	(5.916)	173.903
Circulante						
Valores a receber	-					106.455
Valores a devolver	(100.644)					-
Efeito líquido passivo	(100.644)					106.455
Não circulante						
Valores a receber	-					67.448
Valores a devolver	(116.036)					-
Efeito líquido passivo	(116.036)					67.448
Efeito líquido total	(216.680)					173.903

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



- (a) A conta de CDE foi impactada no período de 2026 principalmente pelos custos com a quota CDE USO, de acordo com a REH nº 3.564 de 09 de dezembro de 2025 ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2025, no valor de constituição de R\$ 57.610;
- (b) A conta de PROINFA foi impactada no período de 2026 principalmente pelos custos com a quota mensal, de acordo com a REH nº 3.558 de 09 de dezembro de 2025 ser menor que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2025, gerando uma constituição negativa de R\$ 6.602;
- (c) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no período: (i) o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, com movimento positivo de constituição de R\$ 251.178; (ii) o efeito negativo da variação da compra de energia em relação a cobertura tarifária de R\$ 13.067; e (iii) o efeito positivo de R\$ 27.298 referente a provisão de neutralidade de receita bandeira tarifária faturada de maio e junho não homologada ANEEL, totalizando um movimento de constituição de R\$ 265.409;
- (d) A constituição ativa (positiva) de R\$ 30.032 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio inferior ao preço médio de compra de energia das distribuidoras; e
- (e) O saldo de amortização foi afetado, principalmente, pelas amortizações da Quitação da Conta Covid, pela Neutralidade COVID, pelos saldos financeiros de Garantia Financeira, CUSD, além de encargos financeiros relacionados.

No mês de agosto de 2025, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e atualizando a Parcela B pelo IGPM deduzindo do Fator X. As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória ANEEL nº 3.507, de 05 de agosto de 2025, foram reajustadas, em média 3,74%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora, vigente de 7 de agosto de 2025 a 6 de agosto de 2026.

Além dos efeitos acima descritos no período findo em 30 de junho de 2026 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 3.596 (R\$ 237.697 em 31 de dezembro de 2025) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 118 (R\$ 171.540 em 31 de dezembro de 2025) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes, e R\$ 3.478 (R\$ 66.157 em 31 de dezembro de 2025) recebido via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e é administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



8 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		30/06/2026		31/12/2025	30/06/2025
	Notas	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber de clientes					
Associação para Assinatura de Energia	(a)	219	1.260	217	1.271
Total		219	1.260	217	1.271
Outras contas a receber (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	3.968	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	1.461	-	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	300	-	57	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(b)	-	-	3	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	337	-	204	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(b)	46	-	1.221	-
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(c)	-	-	-	4
Total		6.112	-	1.485	4
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	4.737	8.667	6.378	5.580
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	1.755	3.348	703	2.953
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(d)	2.675	4.830	977	3.417
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(d)	2.356	4.310	818	4.017
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(d)	663	1.602	228	1.294
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(d)	7.249	11.866	3.155	12.184
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(f)	-	-	-	39
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(f)	-	-	-	37
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(f)	-	-	-	57
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(f)	-	-	-	134
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(f)	-	-	-	43
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(f)	-	-	-	48
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(f)	-	-	-	76
Total		19.435	34.623	12.259	29.879
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(g)	(242)	-	(281)	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(g)	(811)	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(g)	(2.822)	-	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(g)	(3.127)	-	(1.786)	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(g)	(355)	-	(52)	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(g)	(3.801)	-	(233)	-
Equatorial Telecomunicações S.A.	(h)	(1.148)	(4.866)	(1.511)	(1.047)
Equatorial Serviços S.A.	(i)	(4.690)	(17.971)	(13.852)	(27.244)
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(j)	-	-	-	(21)
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial	(k)	(1.471)	-	(231)	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(886)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(791)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(1.156)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(2.075)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(951)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(1.192)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(13.649)
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(m)	(1)	-	-	-
Total		(18.468)	(22.837)	(17.946)	(49.012)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



		30/06/2026		31/12/2025	30/06/2025
	Notas	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outras contas a pagar – bens materiais					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(23.015)	(41.896)	(13.044)	(26.803)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(2.818)	(5.100)	(962)	(3.964)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(1.855)	(3.724)	(881)	(3.380)
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(d)	(273)	(645)	(139)	(1.091)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(d)	(2.149)	(4.505)	(748)	(3.458)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(5.160)	(10.038)	(2.098)	(9.248)
Instituto Equatorial	(e)	-	(5.535)	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(3)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(27)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(5)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(765)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(4)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(4)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(6)
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(m)	-	-	-	(7.464)
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência - EQTPREV	(n)	-	-	-	(2.109)
Total		(35.270)	(71.443)	(17.872)	(58.331)
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial					
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(o)	(143.487)	(6.147)	(138.663)	(1.154)
Outros tipos de partes relacionadas					
AXIA Energia S.A.	(p)	(680.616)	(28.195)	(652.421)	(26.910)
Total		(824.103)	(34.342)	(791.084)	(28.064)
Dividendos a pagar					
(q)					
Controladora direta					
Equatorial Energia Distribuição S.A.		(675.494)	-	(286.846)	-
Outros tipos de partes relacionadas					
AXIA Energia S.A.		(9.869)	-	(2.942)	-
Outros (minoritários)		(17.149)	-	(9.463)	-
Total		(702.512)	-	(299.251)	-

- (a) Valores provenientes do contrato de uso da rede de energia;
- (b) Os valores entre *intercompany* são provenientes das vendas de bens materiais;
- (c) O saldo é referente ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual a Companhia atua como arrendador;
- (d) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021. De acordo com a Nota Técnica nº 182/2022-SFF/ANEEL, processo nº 48500.007194/2022-83, as despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 42.051 mil ao ano, por um período de 60 meses;
- (e) Refere-se ao reconhecimento de despesas com doações concedidas a parte relacionada, sem expectativa de contraprestação, registradas no resultado do período;
- (f) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a junho de 2025 do contrato de compartilhamento, e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (g) Os valores referentes às transações *intercompany* são provenientes de compra de bens materiais;
- (h) A contratação de serviço é proveniente a serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos, administrativos e despesas incorridas, durante tempo indeterminado;
- (i) Os valores são provenientes do contrato de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminados;

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



- (j) Os valores são provenientes da compra de material para custeio;
- (k) Os valores referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa.
- (l) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a junho de 2025 dos serviços prestados por meio da tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (m) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a companhia (Contratante) e a Equatorial S.A. (Contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval/fiança em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (n) Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar;
- (o) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, no valor de R\$ 139.049. O valor original da transação na data da compra, em 1º de dezembro de 2014, desses créditos era de R\$ 84.396;
- (p) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da Companhia. As obrigações, no entanto, só se encerram com seu cumprimento integral. A AXIA Energia, é detentora de créditos homologados originalmente no valor de R\$ 423.463. Para maiores detalhes, ver nota explicativa nº 18 - Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial. O saldo a pagar em 30 de junho de 2026 é de R\$ 666.374 (R\$ 652.421 em 31 de dezembro de 2025);
- (q) Em 29 de abril de 2026 conforme a ata da Assembleia Geral Ordinária, houve a aprovação da distribuição de dividendos no montante de R\$ 297.252, oriundos de dividendos mínimos obrigatórios, conforme divulgado na nota explicativa nº 20.5 - Dividendos a pagar das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, em 30 de junho de 2026 já foram liquidados R\$ 296.739 conforme Demonstração do Fluxo de Caixa. Em 18 de junho de 2026 conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração houve aprovação de distribuição de dividendos no montante de R\$ 700.000 a título de dividendos intermediários oriundos da Reserva de Investimentos; e
- (r) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, de forma não onerosa pelo prazo de 12 (doze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, e prorrogado conforme Termo Aditivo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes.

8.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração e Fiscal, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Presidente e Diretores. A remuneração global dos administradores foi fixada em até R\$ 27.045, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2026 (R\$ 32.400, conforme Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 29 de abril de 2025).

Os Diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-emprego estão descritos na nota explicativa nº 27 – Benefício pós-emprego das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 e referem-se aos planos de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar o sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 21 – Planos de incentivos de longo prazo.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



A proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente aos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Remuneração fixa anual	1.366	2.732	1.379	3.227
Salário ou Pró-labore	1.237	2.470	1.240	2.942
Benefícios diretos e indiretos	129	262	139	285
Remuneração variável	6.359	6.359	6.360	8.883
Benefícios pós emprego	77	156	34	68
Remuneração baseada em ações	1.213	2.679	1.161	1.839
Valor total	9.015	11.926	8.934	14.017

8.2 Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia podem contar com aval e/ou fiança do controlador, bem como com conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

9 Outras contas a receber

9.1 Composição dos saldos

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Adiantamento a fornecedores (a)	188.680	99.807
Neutralidade PIS/COFINS	13.965	-
Subvenção descontos tarifários (b)	244.214	331.884
Uso mútuo de poste	3.680	3.925
(-) PECLD	(7.996)	(4.788)
Partes relacionadas	25.547	13.744
Reinvestimento SUDAM	185.209	156.421
Outras contas a receber	12.613	46.721
Total circulante	665.912	647.714
Não circulante		
Outras contas a receber	3.318	4.364
Total não circulante	3.318	4.364
Total	669.230	652.078

- (a) A variação decorre de adiantamentos realizados a fornecedores no curso normal das operações, conforme condições contratuais, para viabilizar a execução dos contratos; e
- (b) Os valores a receber referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários de serviço público de distribuição de energia elétrica, a serem recebidos do Poder Concedente, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, homologados pela Resolução nº 3.507, de 05 de agosto de 2025;

Notas Explicativas Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



10 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2025	Atualização do ativo financeiro	Transferência - Ativos de contrato	Baixas	Reclassificação (a)	30/06/2026
Ativo financeiro	13.280.965	549.658	590.057	(14.205)	(14.105.402)	301.073
Obrigações especiais	(4.403.795)	(231.214)	(211.441)	-	4.846.450	-
Total	8.877.170	318.444	378.616	(14.205)	(9.258.952)	301.073

- (a) Em decorrência da renovação da concessão descrita na Nota Explicativa nº 1.1, a Companhia promoveu a reclassificação de R\$ 14.105.402 do ativo financeiro da concessão e de R\$ 4.846.450 de obrigações especiais para a rubrica de ativo intangível, totalizando efeito líquido de R\$ 9.258.952. A movimentação representa exclusivamente reclassificação entre rubricas patrimoniais, sem impacto no resultado ou no fluxo de caixa do período. Os efeitos da reclassificação no ativo intangível estão apresentados na Nota Explicativa nº 11.1.a.

11 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

30/06/2026				
Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço 5,45%	23.135.938	(6.130.473)	(5.821.786)	11.183.679
Total	23.135.938	(6.130.473)	(5.821.786)	11.183.679

31/12/2025				
Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço 5,45%	8.069.381	(5.724.261)	(922.643)	1.422.477
Total	8.069.381	(5.724.261)	(922.643)	1.422.477

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até julho de 2058, conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

11.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferências Ativos de contrato	Reclassificações (a)	30/06/2026
Em serviço	8.069.381	-	(108.586)	1.069.741	14.105.402	23.135.938
(-) Amortização	(5.724.261)	(504.397)	98.185	-	-	(6.130.473)
Total em serviço	2.345.120	(504.397)	(10.401)	1.069.741	14.105.402	17.005.465
Obrigações especiais em serviço	(2.643.985)	-	-	(218.765)	(4.846.450)	(7.709.200)
(-) Amortização	1.721.342	166.072	-	-	-	1.887.414
Total em obrigações especiais	(922.643)	166.072	-	(218.765)	(4.846.450)	(5.821.786)
Total	1.422.477	(338.325)	(10.401)	850.976	9.258.952	11.183.679

- (a) Ver informações no item (a) da nota explicativa nº 10 - Ativo financeiro da concessão.

Notas Explicativas Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



A Companhia avaliou e concluiu não haver indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

12 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	31/12/2025	Adições (a)	Transferências		30/06/2026
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Ativos de contrato	2.975.204	1.502.754	(1.069.741)	(590.057)	2.818.160
Obrigações especiais	(2.061.231)	(325.146)	218.765	211.441	(1.956.171)
Total	913.973	1.177.608	(850.976)	(378.616)	861.989

- (a) O montante de R\$ 1.177.608 refere-se às adições líquidas dos ativos de contratos reconhecidas no período. Deste total, R\$ 1.035.016 impactou o caixa da Companhia, menos o montante de R\$ 2.179 refere-se a reversão para perda de estoques e obras líquidas, conforme nota explicativa nº 25 – Outras despesas operacionais, líquidas e, conforme nota explicativa nº 28.1 – Transações não envolvendo caixa, R\$ 33.990 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 69.500 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R\$ 36.923 trata-se de capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do IAS 23/ CPC 20(R1) – Custos de empréstimos.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos Ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

13 Fornecedores

	30/06/2026	31/12/2025
Suprimento de energia elétrica (a)	433.441	517.478
Encargos de uso da rede elétrica	132.405	121.426
Materiais e serviços	435.774	454.587
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	18.468	17.946
Total	1.020.088	1.111.437

- (a) O saldo em 30 de junho de 2026 apresentou uma redução de R\$ 84.037 em relação a 31 de dezembro de 2025, em função das seguintes variações: (i) redução de R\$ 86.837 nas despesas do Mercado de Curto Prazo; e (ii) aumento de R\$ 2.800 nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia.

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 53 dias (52 dias em 31 de dezembro de 2025).

13.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas através de uma plataforma 100% digital que também é acessada pelo fornecedor para selecionar as faturas que deseja antecipar, e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 30 de junho de 2026, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 182.612 (R\$ 202.487 em 31 de dezembro de 2025), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade ele recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 616.581 em 30 de junho de 2026 (R\$ 507.898 em 30 de junho de 2025). O prazo médio de pagamento destes títulos em 30 de junho de 2026 é de 53 (54 dias em 31 de dezembro de 2025).

14 Empréstimos e financiamentos

14.1 Composição do saldo

		30/06/2026		
	Custo da dívida (% a.a.)	Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira				
CDI	1,09%	8.719	258.475	267.194
Total moeda estrangeira		8.719	258.475	267.194
Moeda nacional				
Pré-fixado	6,00%	7.637	5.066	12.703
IPCA	4,11% até 4,81%	356.426	1.566.133	1.922.559
Subtotal		364.063	1.571.199	1.935.262
(-) Custo de transação		(529)	(4.842)	(5.371)
Total moeda nacional		363.534	1.566.357	1.929.891
Total		372.253	1.824.832	2.197.085

		31/12/2025		
	Custo da dívida (% a.a.)	Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira				
CDI	1,09%	977	278.695	279.672
Total moeda estrangeira		977	278.695	279.672
Moeda nacional				
Pré-fixado	6,00%	7.654	8.862	16.516
IPCA	4,11% até 4,81%	345.278	1.686.441	2.031.719
Subtotal		352.932	1.695.303	2.048.235
(-) Custo de transação		(529)	(5.107)	(5.636)
Total moeda nacional		352.403	1.690.196	2.042.599
Total		353.380	1.968.891	2.322.271

Notas Explicativas Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



14.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	352.403	1.690.196	977	278.695	2.322.271
Encargos (a)	40.875	-	7.742	-	48.617
Varição monetária e cambial	11.274	52.860	-	(20.220)	43.914
Transferências	176.699	(176.699)	-	-	-
Amortizações de principal	(176.866)	-	-	-	(176.866)
Pagamentos de juros	(41.116)	-	-	-	(41.116)
Custo de transação (b)	265	-	-	-	265
Saldos em 30 de junho de 2026	363.534	1.566.357	8.719	258.475	2.197.085

- (a) O montante de R\$ 48.617 refere-se a encargos reconhecidos no período, onde R\$ 11.694 impactou o resultado financeiro da Companhia e R\$ 36.923 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 12 – Ativos de contrato; e
- (b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

14.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de junho de 2026, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/06/2026	
	Valor	%
Circulante	372.253	17%
2027	437.148	20%
2028	188.783	9%
2029	102.446	5%
2030	102.446	5%
Após 2030	998.851	44%
Subtotal	1.829.674	83%
(-) Custo de transação (não circulante)	(4.842)	0%
Não circulante	1.824.832	83%
Total	2.197.085	100%

14.4 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, recebíveis e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos

Bank of America

1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5

1,9

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

Notas Explicativas Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos financeiros junto ao BNDES sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, apurados anualmente com base em informações auditadas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em conformidade com os limites estabelecidos contratualmente.

15 Debêntures

15.1 Composição dos saldos

		30/06/2026		
	Custo da dívida (% a.a.)	Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional				
CDI	-0,79% até 0,95%	168.842	6.627.243	6.796.085
Subtotal		168.842	6.627.243	6.796.085
(-) Custo de transação		(14.101)	(110.972)	(125.073)
Total moeda nacional		154.741	6.516.271	6.671.012
Total		154.741	6.516.271	6.671.012

		31/12/2025		
	Custo da dívida (% a.a.)	Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional				
CDI	-0,03% até 0,95%.	147.301	5.830.016	5.977.317
Subtotal		147.301	5.830.016	5.977.317
(-) Custo de transação		(11.531)	(91.907)	(103.438)
Total moeda nacional		135.770	5.738.109	5.873.879
Total		135.770	5.738.109	5.873.879

15.2 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	135.770	5.738.109	5.873.879
Ingressos	-	800.000	800.000
Encargos	340.675	-	340.675
Transferências	(9.026)	9.026	-
Pagamento de juros	(319.135)	-	(319.135)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo	-	132.228	132.228
Marcação a valor justo da dívida	-	(135.000)	(135.000)
Custo de transação (a)	6.457	(28.092)	(21.635)
Saldos em 30 de junho de 2026	154.741	6.516.271	6.671.012

(a) Refere-se movimentação de custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

Notas Explicativas Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



15.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	30/06/2026	
	Valor	%
Circulante	154.741	2%
2028	333.333	5%
2029	633.333	9%
2030	633.334	9%
Após 2030	5.027.243	76%
Subtotal	6.627.243	99%
(-) Custo de transação (não circulante)	(110.972)	-1%
Não circulante	6.516.271	98%
Total	6.671.012	100%

15.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	7ª debêntures	8ª debêntures	9ª debêntures	10ª debêntures	11ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Notas Explicativas Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

16.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos de:		
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos judiciais	59.781	59.908
PECLD	501.821	477.998
Receita – CPC 47 / IFRS 15	1.998	2.028
Variação <i>swap</i>	91.428	39.584
Outras despesas não dedutíveis	6.631	6.633
Arrendamentos – CPC 06 (R2) / IFRS 16	678	747
Provisão para participação nos lucros	4.143	11.781
Provisão para pagamento baseado em ações	18.729	15.841
Provisão atuarial	21.264	20.640
Provisão para perda de estoque	20.673	21.414
Subtotal	727.146	656.574
Passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Depreciação acelerada	(173.765)	(180.347)
Instrumentos financeiros	(528.162)	(511.497)
Atualização do ativo financeiro VNR	(804.345)	(696.074)
Variação cambial	(17.503)	(10.628)
Marcação a mercado – Valor Justo	(54.463)	(8.564)
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	(4.881)	(6.818)
Ajuste a valor presente	(47.727)	(53.149)
Total	(1.630.846)	(1.467.077)
Total	(903.700)	(810.503)

16.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2025	Reconhecimento no resultado	Resultado abrangente	30/06/2026	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
				Valor líquido		
Provisão para riscos judiciais	59.908	(127)	-	59.781	59.781	-
PECLD	477.998	23.823	-	501.821	501.821	-
Instrumentos financeiros – CPC 48/IFRS 09	(511.497)	(16.665)	-	(528.162)	-	(528.162)
Ajuste a valor presente	(53.149)	5.422	-	(47.727)	-	(47.727)
Valor novo de reposição – VNR	(696.074)	(108.271)	-	(804.345)	-	(804.345)
Receitas/Custos– CPC 47/IFRS 15	2.028	(30)	-	1.998	1.998	-
Arrendamentos – IFRS 16/CPC 06	747	(69)	-	678	678	-
Depreciação acelerada	(180.347)	6.582	-	(173.765)	-	(173.765)
Variação <i>swap</i>	39.584	51.907	(63)	91.428	91.428	-
Marcação a valor justo	(8.564)	(45.899)	-	(54.463)	-	(54.463)
Variação Cambial	(10.628)	(6.875)	-	(17.503)	-	(17.503)
Provisão para participação nos lucros	11.781	(7.638)	-	4.143	4.143	-
Provisão para pagamento baseado em ações	15.841	2.888	-	18.729	18.729	-
Provisão atuariais	20.640	624	-	21.264	21.264	-
Provisão para perda de estoque	21.414	(741)	-	20.673	20.673	-
Outras despesas não dedutíveis	6.633	(2)	-	6.631	6.631	-
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	(6.818)	1.937	-	(4.881)	-	(4.881)
Total	(810.503)	(93.134)	(63)	(903.700)	727.146	(1.630.846)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



16.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) reconhecida em resultado, nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

	01/04/2026 a 30/06/2026		01/01/2026 a 30/06/2026		01/04/2025 a 30/06/2025		01/01/2025 a 30/06/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	470.248	470.248	927.802	927.802	424.953	424.953	911.406	911.406
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(117.562)	(42.321)	(231.951)	(83.502)	(106.238)	(38.246)	(227.852)	(82.027)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro								
Outras (adições) exclusões permanentes	(109)	47	(879)	106	674	340	364	434
Incentivo PAT	1.209	-	2.391	-	811	-	1.310	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	12	-	15	-	25	-	28	-
IRPJ Subvenção Governamental	74.874	-	156.831	-	81.216	-	153.015	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	-	-	-	-	(2.563)	(292)	(2.562)	(292)
IRPJ e CSLL correntes/diferidos no resultado	(41.576)	(42.274)	(73.593)	(83.396)	(26.075)	(38.198)	(75.697)	(81.885)
Alíquota efetiva	9%	9%	8%	9%	6%	9%	8%	9%
Imposto corrente	(6.268)	(28.370)	(6.768)	(57.087)	(26.415)	(37.134)	(28.998)	(62.695)
Imposto diferido	(35.308)	(13.904)	(66.825)	(26.309)	340	(1.064)	(46.699)	(19.190)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



17 Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/06/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis (a)	91.322	109.234	92.635	98.786
Fiscais	25.845	25.689	25.862	25.684
Trabalhistas	33.468	17.950	32.510	19.508
Total	150.635	152.873	151.007	143.978
Circulante	10.339	341	10.063	5.497
Não circulante	140.296	152.532	140.944	138.481

- (a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 8.298 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

17.1 Movimentação dos processos no período

	31/12/2025			30/06/2026		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	92.635	14.371	(19.556)	(3.645)	7.517	91.322
Fiscais	25.862	-	-	(8)	(9)	25.845
Trabalhistas	32.510	4.507	(1.278)	(3.317)	1.046	33.468
Total	151.007	18.878	(20.834)	(6.970)	8.554	150.635

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(2) Reversões realizadas no período; e

(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic. Nessa movimentação também estão as reversões de atualização de processos extintos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e assessores jurídicos.

No período findo em 30 de junho de 2026, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

Notas Explicativas Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis	556.647	529.213
Fiscais	17.766	21
Trabalhistas	103.944	105.172
Total	678.357	634.406

18 Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da Companhia. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S/A e Pine S/A. Em novembro de 2017, a Companhia firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Em função da matéria, acredita-se que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório que conduz o processo. Espera-se que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

18.1 Composição

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Outras concessionárias	7.802	5.695
Credores financeiros (a)	33.169	27.821
Partes relacionadas	163.115	122.175
Total circulante	204.086	155.691
Não circulante		
Outras concessionárias	81.746	83.854
Credores financeiros (a)	299.986	308.158
Partes relacionadas	771.498	786.683
(-) Ajuste a valor presente (b)	(153.371)	(163.778)
Total não circulante	999.859	1.014.917
Total	1.203.945	1.170.608

- (a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a *Bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; e
- (b) Em 30 de junho de 2026, o saldo é composto por: R\$ 30.383 de empréstimos e financiamentos, R\$ 12.478 de outras concessionárias e R\$ 110.510 de partes relacionadas (R\$ 32.770 de empréstimos e financiamentos, R\$ 13.234 de outras concessionárias e R\$ 117.774 de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



18.2 Cronograma de amortização

O cronograma de pagamento das parcelas relativas aos valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial é o seguinte:

	30/06/2026	
Vencimento	Valor	
Circulante	204.086	17%
2027	28.685	2%
2028	92.321	8%
2029	57.370	5%
2030	57.370	5%
Após 2030	917.484	76%
Subtotal	1.153.230	96%
(-) Ajuste a valor presente (não circulante)	(153.371)	-13%
Não circulante	999.859	83%
Total	1.203.945	100%

18.3 Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

	Saldo em 31/12/2025	Juros e encargos	Variação monetária	Amortização	Juros pagos	AVP (a)	Saldo em 30/06/2026
Outras concessionárias	76.315	2.494	-	-	(2.495)	756	77.070
Partes relacionadas - nota explicativa nº 8	791.084	23.173	3.905	(567)	(756)	7.264	824.103
Credores financeiros	303.209	2.847	10.282	(13.160)	(2.793)	2.387	302.772
Total	1.170.608	28.514	14.187	(13.727)	(6.044)	10.407	1.203.945

(a) Ver item (d) da nota de nº26 Resultado Financeiro.

19 Outras contas a pagar

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Devoluções a consumidores (a)	32.658	33.107
Convênios de arrecadação	173.738	167.537
Encargos tarifários	11.834	11.210
Créditos de geração distribuída (b)	106.773	119.604
Cauções	89.604	71.213
Neutralidade PIS/COFINS	-	22.480
Partes relacionadas - nota explicativa nº8	35.270	17.872
Outras contas a pagar	48.480	48.459
Total circulante	498.357	491.482
Parcelamento - ANEEL	54.764	51.257
Phantom - liquidação caixa	17.971	15.527
Outras contas a pagar (c)	12.853	14.287
Total não circulante	85.588	81.071
Totais	583.945	572.553

- (a) Valores referentes às obras de autoconstrução, seguindo os preceitos da Resolução nº 1.000/2021 da ANEEL, art. nº 104 a 110, incluídas na base de remuneração da Companhia, registradas para ressarcimento ao cliente, através de transferência bancária ou desconto em fatura, com anuência do interessado;
- (b) Corresponde ao excedente de créditos de energia das modalidades de microgeração ou minigeração, de acordo com a Lei nº 14.300 que incentivou a adesão de consumidores à Microgeração e da Minigeração Distribuídas de Energia Elétrica (MMGD). Para maiores detalhes, ver nota explicativa nº 24 - Custos com Energia Elétrica; e
- (c) Refere-se, principalmente, a reclassificação de parcelamento REFIS.

Notas Explicativas Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado no período findo em 30 de junho de 2026 é de R\$ 1.633.752 (R\$ 1.633.607 em 31 de dezembro de 2025) representado por 2.209.074.007 ações, escriturais e sem valor nominal, e o capital autorizado é de R\$ 2.500.000 (R\$ 2.500.000 em 31 de dezembro de 2025), e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Ações preferenciais nominativas Classe C	Total	%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	2.131.276.838	346.012	2	115.903	2.131.738.755	96,50%
AXIA Energia S.A.	20.664.721	121.339	1.074.634	-	21.860.694	0,99%
Outros (minoritários)	52.679.010	1.699.465	10.737	1.085.346	55.474.558	2,51%
Total (a)	2.204.620.569	2.166.816	1.085.373	1.201.249	2.209.074.007	100%

- (a) Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o período findo em 30 de junho de 2026.

O aumento de capital de R\$ 145, foi realizado sem emissão de novas ações, mediante a capitalização parcial do saldo da Reserva Legal, nos termos do § 1º do artigo 169 da Lei das S.A, conforme ata da Reunião do Conselho de Administração de 25 de março de 2026.

Dentro do limite do capital autorizado e das espécies e classes das ações existentes, independente de reforma estatutária, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em quaisquer emissões de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja alocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do art.172 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, não são conversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) a.a. para as de classe "A" e 10% (dez por cento) a.a. para as de classe "B", calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do exercício a que se referir o dividendo. Não há outros direitos ou restrições na distribuição de dividendos ou em reembolso de capital. As ações preferenciais classe C terão direito a dividendo mínimo de 3% (três por cento) a.a. sobre o valor do capital representado por essa classe de ações.

20.2 Reserva de reavaliação

Procedimento admitido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) até 1º de janeiro de 2008, pelo qual a Companhia decidiu adotar a reavaliação dos bens componentes do ativo imobilizado a valores de mercado, obedecendo os dispositivos legais pertinentes. As diferenças entre valores de mercado e valores contábeis deram origem ao saldo credor da reserva de reavaliação no patrimônio líquido. A movimentação da reserva de reavaliação está conforme demonstrada a seguir:

Notas Explicativas Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



	31/12/2025	Quota de reavaliação	Amortização	30/06/2026
Reserva de reavaliação	20.506	(5.697)	-	14.809
Encargo tributário	(2.418)	-	1.937	(481)
Total	18.088	(5.697)	1.937	14.328

20.3 Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Resultado por ação), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Em 30 de junho de 2026 e 2025, a Companhia não possuía categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

	30/06/2026				
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	Total
Numerador					
Lucro líquido do período	769.259	756	379	419	770.813
Denominador					
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	2.204.621	2.167	1.085	1.201	2.209.074
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	0,34893	0,34890	0,34919	0,34880	0,34893

	30/06/2025				
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	Total
Numerador					
Lucro líquido do período	752.305	739	370	410	753.824
Denominador					
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	2.204.621	2.167	1.085	1.201	2.209.074
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	0,34124	0,34105	0,34090	0,34131	0,34124

21 Planos de incentivos de longo prazo

A Equatorial S.A. instituiu planos de incentivo de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo").

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

21.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



a. Movimentação durante o período

	Número de opções	Média ponderada do preço de período	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025
Em opções				
Existentes em 1º de janeiro	547.000	-	793.100	-
Encerrados ao fim do período/exercício	(47.000)	-	(246.100)	-
Existentes ao fim do período/exercício 4ª Outorga	85.000	22,12	132.000	22,67
Existentes ao fim do período/exercício 5ª Outorga	15.000	22,64	15.000	22,64
Existentes ao fim do período/exercício 6ª Outorga	400.000	25,34	400.000	25,73
Total existentes ao fim do período/ exercício	500.000	-	547.000	-

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 30 de junho de 2026 era de 4,50 anos (4,14 anos, em 31 de dezembro de 2025). Não houve novas outorgas durante o período/ exercício encerrado em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para o período/ exercício findo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Premissas	30/06/2026	31/12/2025
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	12,48	12,00
	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
Rendimento de dividendos (%)	30,87	31,45
Volatilidade esperada (%)		
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	12,23	10,85
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,50	4,14
Média ponderada do preço das ações (R\$)	26,76	30,93
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

Foi reconhecida uma despesa no resultado da Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 30 de junho de 2026, de R\$ 343 (de R\$ 872 em 30 de junho de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

21.2 Plano de outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom shares" referente aos anos de 2023, 2025 e 2026.

O valor justo da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2025, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de *performance* definidas, a Companhia fez jus aos referidos programas. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial, caso as métricas de *performance* forem atingidas, considerando todos os programas ativos:

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	606.706	38,41	633.423	31,60
Outorgadas durante o período/exercício	255.528	-	333.284	-
Cancelamento/transferência (a)	(18.703)	-	(240.001)	-
Pagamentos	(100.000)	-	(120.000)	-
Existentes ao fim do período/exercício	743.531	38,41	606.706	38,41

- (a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

O plano de 2019 está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas. As quantidades de ações para esse plano podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%. O referido plano foi encerrado em maio de 2026.

Para os planos de 2023, 2025 e 2026, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o período findo em 30 de junho de 2026, foi reconhecida uma despesa de R\$ 8.740 para a Companhia, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 1.975 em 30 de junho de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

21.3 Plano de outorga de "Matching Shares"

As Ações *Matching Shares* referentes ao Programa de 2024 serão entregues aos participantes em quatro *tranches* iguais, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do total em cada data de aniversário da outorga. A entrega ocorrerá em até 60 (sessenta) dias contados de cada data de cumprimento do respectivo período de carência.

As Ações *Matching Shares* referentes aos Programas de 2025 e 2026 foram entregues aos participantes na Data de Outorga, permanecendo bloqueadas até o cumprimento do respectivo período de carência. O desbloqueio ocorrerá em até 60 (sessenta) dias contados da data de cumprimento da carência.

O valor justo por ação para cálculo da despesa é equivalente à média ponderada por volume de negociação em Reais das ações de emissão da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à Data de Outorga ou ao preço do pregão no dia anterior à Data de Outorga, o que for menor.

	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	195.707	31,65	111.340	31,12
Outorgadas durante o período/exercício	89.833	40,44	94.975	32,22
Cancelamentos durante o período/exercício	(10.784)	-	(10.608)	-
Existentes ao fim do período/exercício 1º Plano	100.732	31,12	100.732	31,12
Existentes ao fim do período/exercício 2º Plano	84.191	32,22	94.975	32,22
Existentes ao fim do período/exercício 3º Plano	89.833	40,44	-	-
Existentes ao fim do período/ exercício	274.756	31,65	195.707	31,65

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 1.463 (R\$ 709 em 30 de junho de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

22 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receita de distribuição	2.547.110	4.568.614	2.198.311	4.061.553
Remuneração financeira WACC (a)	6.426	230.123	234.144	461.239
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	330.870	390.380	30.124	45.625
Subvenção CDE – Outros	249.567	486.727	229.956	435.676
Fornecimento de energia elétrica	3.133.973	5.675.844	2.692.535	5.004.093
Suprimento de energia elétrica (c)	(38.843)	27.449	49.976	70.077
Receita pela disponibilidade – uso da rede (d)	193.193	405.386	171.733	320.774
Receita de construção	716.053	1.502.754	856.164	1.575.963
Atualização do ativo financeiro (e)	140.202	318.444	57.082	209.036
Outras receitas	64.925	152.773	61.981	125.649
Receita operacional bruta	4.209.503	8.082.650	3.889.471	7.305.592
Deduções da receita				
ICMS sobre venda de energia elétrica	(504.482)	(958.544)	(467.931)	(879.762)
PIS e COFINS	(236.985)	(416.948)	(246.148)	(395.777)
Encargos do consumidor	(26.338)	(49.249)	(23.551)	(44.405)
ISS	(153)	(493)	(297)	(631)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (f)	(192.163)	(384.326)	(124.852)	(249.705)
Penalidades DIF/FIC e outras	(9.007)	(19.307)	(13.864)	(27.520)
Deduções da receita operacional	(969.128)	(1.828.867)	(876.643)	(1.597.800)
Receita operacional líquida	3.240.375	6.253.783	3.012.828	5.707.792

- (a) A redução decorre da renovação do contrato de concessão, que resultou na redução do saldo do ativo financeiro da concessão após a bifurcação dos ativos, reduzindo consequentemente a base de incidência da remuneração financeira;
- (b) A variação positiva de R\$ 344.755 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) variação positiva entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$30.724; (ii) em relação a constituição não houve alteração de posição entre anos, os movimentos se mantiveram ativos, entretanto, no exercício atual houve uma receita maior, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL, gerando uma variação positiva de R\$ 341.105 quando comparado com o exercício anterior; (iii) efeito negativo de R\$ 24.865 em CVA da Bandeira Faturada; e (iv) a variação negativa entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R\$ 2.209;
- (c) A receita de suprimento de energia elétrica diminuiu em 30 de junho de 2026 em razão do movimento da conta contábil. No segundo trimestre de 2026, houve reversão de provisões de receita constituídas no primeiro trimestre, em razão da realização de valores inferiores aos anteriormente estimados, resultando em apuração menor de receita nas vendas desse mercado;
- (d) No período findo em 30 de junho de 2026 a Companhia havia registrado um incremento de 462 clientes Livres representando aumento de 27,2% no número de consumidores Livres comparado ao mesmo período do ano anterior, elevando assim a Receita de uso da Rede Consumidor Livre;
- (e) O aumento decorre da renovação do contrato de concessão, que resultou no aumento do saldo do ativo financeiro da concessão após a bifurcação dos ativos; e
- (f) A variação observada na linha de Conta de Desenvolvimento Energético-CDE decorre, principalmente, da atualização dos valores estabelecidos pela Resolução Homologatória nº 3.564, de 09 de dezembro de 2025 e REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025, a qual definiu as quotas da CDE USO e CDE GD aplicáveis ao exercício de 2026 em valores superiores aos vigentes em 2025. Essa variação é composta por: (i) aumento de R\$ 112.483 para CDE USO; e (ii) aumento de R\$ 22.138 na CDE GD. O aumento verificado para 2026 reflete, entre outros fatores, a necessidade de recomposição dos recursos da CDE para cobertura de subsídios tarifários, encargos associados à geração distribuída, programas sociais (como a Tarifa Social de Energia Elétrica) e outros custos regulatórios definidos pela agência reguladora.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



23 Custos do serviço e despesas operacionais

01/04/2026 a 30/06/2026						01/01/2026 a 30/06/2026					
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas (b)	PECLD	Total		Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas (b)	PECLD	Total
Pessoal	(21.150)	(8.893)	(32.013)	-	(62.056)		(41.765)	(19.496)	(65.705)	-	(126.966)
Material	(3.907)	(3.513)	(1.239)	-	(8.659)		(8.725)	(7.614)	(2.039)	-	(18.378)
Serviços de terceiros	(63.315)	(56.145)	(24.041)	-	(143.501)		(118.486)	(109.297)	(40.142)	-	(267.925)
Custos com energia elétrica (a)	(1.302.086)	-	-	-	(1.302.086)		(2.348.102)	-	-	-	(2.348.102)
Custo de construção	(716.053)	-	-	-	(716.053)		(1.502.754)	-	-	-	(1.502.754)
PECLD do contas a receber de clientes	-	-	-	(70.157)	(70.157)		-	-	-	(148.522)	(148.522)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(2.900)	-	(2.900)		-	-	(11.908)	-	(11.908)
Amortização	(162.042)	-	(12.090)	-	(174.132)		(290.014)	-	(51.607)	-	(341.621)
Subvenção CCC	(34.900)	-	-	-	(34.900)		(66.471)	-	-	-	(66.471)
Outros	(404)	740	(8.012)	(290)	(7.966)		(910)	1.334	(11.547)	(341)	(11.464)
Total	(2.303.857)	(67.811)	(80.295)	(70.447)	(2.522.410)		(4.377.227)	(135.073)	(182.948)	(148.863)	(4.844.111)

01/04/2025 a 30/06/2025						01/01/2025 a 30/06/2025					
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas (b)	PECLD	Total		Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas (b)	PECLD	Total
Pessoal	(21.196)	(9.511)	(26.231)	-	(56.938)		(42.494)	(19.609)	(47.053)	-	(109.156)
Material	(4.377)	(1.781)	(641)	-	(6.799)		(10.734)	(4.059)	(1.028)	-	(15.821)
Serviços de terceiros	(73.978)	(53.287)	(23.723)	-	(150.988)		(133.781)	(98.682)	(37.000)	-	(269.463)
Custos com energia elétrica (a)	(1.040.564)	-	-	-	(1.040.564)		(1.977.886)	-	-	-	(1.977.886)
Custo de construção	(856.164)	-	-	-	(856.164)		(1.575.963)	-	-	-	(1.575.963)
PECLD do contas a receber de clientes	-	-	-	(67.491)	(67.491)		-	-	-	(120.702)	(120.702)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(3.426)	-	(3.426)		-	-	(8.319)	-	(8.319)
Amortização	(225.241)	-	2.394	-	(222.847)		(330.161)	-	(4.565)	-	(334.726)
Subvenção CCC	(24.953)	-	-	-	(24.953)		(47.409)	-	-	-	(47.409)
Outros	(467)	926	(774)	35	(280)		(488)	1.511	(3.030)	(51)	(2.058)
Total	(2.246.940)	(63.653)	(52.401)	(67.456)	(2.430.450)		(4.118.916)	(120.839)	(100.995)	(120.753)	(4.461.503)

(a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 24 – Custos com Energia Elétrica; e

(b) O aumento decorre, principalmente, do processo de primarização, considerando que, em 2025, ainda havia vagas pendentes de contratação. Em 2026, o quadro de pessoal encontra-se mais completo, além da realização de contratações para áreas operacionais que ainda não possuíam equipes estruturadas no exercício anterior.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



24 Custos com energia elétrica

	01/04/2026 a 30/06/2026		01/01/2026 a 30/06/2026		01/04/2025 a 30/06/2025		01/01/2025 a 30/06/2025	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	2.847	(731.509)	5.202	(1.217.194)	2.603	(596.584)	5.176	(1.136.572)
Contratos Eletronuclear	42	(20.207)	88	(38.833)	80	(26.343)	159	(52.414)
Contratos cotas de garantias (b)	266	(55.724)	509	(164.945)	314	(76.854)	611	(140.630)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS/Energia reserva (b)	-	(78.844)	-	(152.464)	-	(15.709)	-	(77.741)
Energia bilateral	56	(24.536)	112	(48.539)	56	(23.695)	112	(49.450)
Energia de curto prazo – CCEE (c)	-	(243.550)	-	(436.215)	-	(124.354)	-	(173.465)
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	38	(24.800)	80	(49.599)	40	(28.101)	81	(56.201)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (d)	-	115.450	-	228.282	-	95.911	-	190.978
Geração distribuída (e)	-	6.196	-	12.832	-	(17.221)	-	(33.435)
Subtotal	3.249	(1.057.524)	5.991	(1.866.675)	3.093	(812.950)	6.139	(1.528.930)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (f)	-	(244.562)	-	(481.427)	-	(227.614)	-	(448.956)
Total	3.249	(1.302.086)	5.991	(2.348.102)	3.093	(1.040.564)	6.139	(1.977.886)

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits), com preço médio do período em R\$ 233,99/MWh em relação a 30 de junho de 2025 de R\$219,59/MWh e aumento de volume contratado em 0,50%;
- (b) Compreende as despesas com os Contratos de Cotas de Garantia Física e os respectivos custos no Mercado de Curto Prazo (MCP). No período, a rubrica apresentou incremento de R\$ 24.315, refletindo, principalmente, o aumento de R\$ 29.015 nas liquidações do MCP, em decorrência das condições hidrológicas desfavoráveis. Esse efeito foi parcialmente mitigado pela redução de 17% no volume contratado das cotas, que resultou em diminuição de despesas de R\$ 4.700;
- (c) O aumento na despesa do item Energia Curto Prazo - CCEE está relacionado a ocorrência do aumento do PLD e falta de geração das usinas com energia contratada no tipo por disponibilidade. Com a menor geração térmica e eólica (devido à forte geração solar - GD), a distribuidora assume a despesa na CCEE através dos Efeitos por Disponibilidade. O preço que valora essa despesa é o PLD que estava elevado no primeiro semestre de 2026 em relação ao ano anterior;
- (d) Saldo decorre do diferimento do crédito do PIS/COFINS sobre a CVA realizado pela Companhia (regime caixa);
- (e) Os valores referem-se à contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia excedente (kWh) gerada por consumidores de Micro e Minigeração Distribuída conforme Lei 14.300/2022, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). A variação compreende as compensações dos créditos gerados antes do processo tarifário de 2025, mas com vencimento posterior, período em que a energia injetada de MMGD (Mini e Micro Geração Distribuída) não era considerada na composição da energia requerida dos processos tarifários até a aprovação da REN 1.114/2025; e
- (f) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, RAP, cujos valores são reajustados anualmente. As tarifas em vigor foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.482 de 15 de julho de 2025 com vigência a partir de julho de 2025 até junho de 2026 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, e contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

(*) não revisado.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



25 Outras despesas operacionais, líquidas

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Outras receitas operacionais				
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	-	-	631	642
Reversão de provisão para perda de estoque (a)	-	2.179	-	-
Outras receitas operacionais	173	358	1.447	1.530
Total de outras receitas operacionais	173	2.537	2.078	2.172
Outras despesas operacionais				
Perdas pela desativação de bens e direitos (b)	(26.537)	(73.008)	(16.601)	(24.888)
Indenização por danos a terceiros	(649)	(1.182)	(565)	(1.018)
Provisão para perda de estoque (a)	(1.064)	-	(1.676)	(10.954)
Baixa de recebíveis incobráveis (c)	(5.656)	(13.375)	(6.253)	(12.428)
Outras despesas operacionais	(6.022)	(12.991)	(6.533)	(12.645)
Total de outras despesas operacionais	(39.928)	(100.556)	(31.628)	(61.933)
Total	(39.755)	(98.019)	(29.550)	(59.761)

- (a) A Companhia realiza avaliações periódicas de seus estoques/obras a fim de identificar materiais com baixa movimentação, constituindo provisão para perdas como forma de refletir o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado corresponde, em sua maioria, a itens obsoletos, de baixa rotatividade e/ou danificados. Para os materiais sem expectativa de benefício econômico, a distribuidora constitui provisão, uma vez que esses itens atendem às premissas previamente estabelecidas. Quando tais premissas deixam de ser atendidas, procede-se à reversão da respectiva provisão;
- (b) Foram registradas baixas de ativos que apresentaram avarias e deixaram de ser utilizados nas operações, sendo desativados ao longo do período. Esses ativos não foram reaproveitados, o que justificou o reconhecimento da perda. O aumento das perdas de desativação da Companhia decorre do crescimento de 60% na quantidade de obras baixadas no comparativo entre os trimestres; e
- (c) No período findo em 30 de junho de 2026 foram realizadas baixas de títulos a receber, vencidos acima de 5 anos, e a reversão da respectiva PECLD, nos montantes de R\$ 93.290 e R\$ 79.915 (sendo R\$ 76.622 do contas a receber de clientes conforme nota explicativa nº 6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e R\$ 293 de outros contas a receber), respectivamente, resultando em um montante líquido de 13.375.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



26 Resultado financeiro

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	96.829	198.174	82.224	174.382
Valores a receber/devolver parcela A (b)	23.936	42.269	9.797	18.301
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	(12.990)	119.878	65.823	77.110
Acréscimo moratório de energia vendida	49.905	88.866	35.227	71.615
Receita financeira de AVP (d)	512	854	4.855	9.487
PIS/COFINS sobre receita financeira	(8.559)	(16.242)	(6.277)	(13.202)
Variação monetária e cambial (e)	3.404	23.280	74.273	182.117
Marcação a mercado da dívida (f)	160.186	160.186	-	-
Outras receitas financeiras	13.383	19.970	7.731	19.604
Total de receitas financeiras	326.606	637.235	273.653	539.414
Despesas financeiras				
Encargos da dívida	(194.942)	(386.622)	(127.423)	(265.879)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	(158.954)	(274.466)	(101.397)	(235.074)
Valores a receber/devolver parcela A	(21.959)	(36.150)	(18.032)	(35.162)
Variação monetária e cambial (e)	(90.611)	(213.609)	(49.982)	(125.206)
Marcação a mercado da dívida	(25.186)	(25.186)	(68.520)	(68.520)
Despesa financeira de AVP (d)	(10.517)	(16.800)	(5.204)	(14.626)
Atualização de contingências	(3.566)	(8.554)	(2.711)	(6.111)
Juros, multas s/ operação de energia	-	(43)	(185)	(185)
Descontos concedidos	(17.966)	(36.523)	(12.592)	(28.470)
Encargos com partes relacionadas	(387)	(766)	(401)	(817)
Juros de mora sobre PECLD	(839)	(973)	(923)	(1.245)
Despesa com Aval	-	-	(1.844)	(7.464)
Outras despesas financeiras	(9.641)	(21.394)	(12.314)	(25.777)
Total de despesas financeiras	(534.568)	(1.021.086)	(401.528)	(814.536)
Resultado financeiro líquido	(207.962)	(383.851)	(127.875)	(275.122)

- (a) A variação positiva nos rendimentos financeiros decorre, principalmente, do aumento do CDI, que passou de 6,26% no acumulado até 30 de junho de 2025 para 6,65% no mesmo período de 2026;
- (b) A variação positiva de valores a receber/devolver de parcela A se deve: ao crescimento dos montantes constituídos de Parcela A em 2026, que são atualizados mensalmente pela SELIC e por diferença de processos tarifários, onde as constituições das CVA variam de acordo com as coberturas homologadas;
- (c) Refere-se às operações de *swap* designadas como *hedge* de fluxo de caixa, cuja despesa nos períodos de janeiro a junho de 2025 e 2026 foi impactada principalmente pela variação cambial. Entre dezembro de 2024 e junho de 2025, o dólar apresentou redução de R\$ 6,19 para R\$ 5,46 (-13,47%), enquanto entre dezembro de 2025 e junho de 2026 passou de R\$ 5,50 para R\$ 5,18 (-6,29%).
- (d) Valor refere-se ao reconhecimento de ajuste a valor presente líquido negativo de R\$ 15.946, composto de R\$ R\$ 5.539 e de R\$ 10.407, conforme notas explicativas nº 6 - Contas a receber de clientes e nº 18.3 - Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial;
- (e) No acumulado até 30 de junho de 2026, a variação é explicada principalmente pela menor exposição a dívidas em moeda estrangeira, que passou a representar 2,6% do total da dívida, em comparação a 17,4% em 30 de junho de 2025; e
- (f) O saldo contempla a marcação a valor justo das dívidas que são objeto de *swaps*, contabilizados pelo método de *hedge* a valor justo.

Notas Explicativas Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



27 Instrumentos financeiros

27.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, valores a receber (devolver) parcela A e outros itens financeiros, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 14.4 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 15.4 – *Covenants* das debêntures.

27.2 Estratégia de utilização de derivativos

A Companhia realiza hedge de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia utiliza contratos de *swap* para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de hedge de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

27.3 Aspectos da relação de *hedge*

(a) Teste de efetividade do *hedge*

A efetividade das relações de *hedge* é avaliada com base na comparação entre os termos críticos do instrumento de *hedge* e do item protegido, incluindo *notional*, prazo, indexador e cronograma de fluxos de caixa. Essa avaliação visa demonstrar a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, de forma que as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa do derivativo sejam capazes de compensar as variações correspondentes do item protegido.

A Companhia utiliza o método dos termos críticos (*critical terms match*) para avaliação prospectiva da efetividade no momento da designação da relação de *hedge*.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

**(b) Índice de *hedge***

A Companhia adota índice de *hedge* de 1:1, considerando a correspondência entre o instrumento de *hedge* e o item protegido em relação ao montante notional, prazo e risco objeto da proteção.

(c) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras que atuam como contrapartes nos instrumentos derivativos. Para mitigar essa exposição, as operações são realizadas apenas com instituições financeiras com elevado nível de classificação de crédito, sendo a exposição monitorada periodicamente.

(d) Fontes de inefetividade

Potenciais fontes de inefetividade podem decorrer de descasamentos residuais entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, incluindo diferenças pontuais nos cronogramas de fluxos de caixa, alterações nos indexadores aplicáveis, bem como demais características específicas dos instrumentos.

27.4 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das informações contábeis intermediárias em que ocorrerem as mudanças. Para período findo em 30 de junho de 2026 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, e em relação ao período findo em 30 de junho de 2025, conforme descrito no item a seguir.

Notas Explicativas

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	1.681.153	1.681.153	1.946.354	1.946.354
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	2.521.287	2.521.287	2.489.237	2.489.237
Sub-rogação da CCC – valores aplicados	3	Custo amortizado	334.434	334.434	349.930	349.930
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	173.903	173.903	-	-
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	301.073	301.073	8.877.170	8.877.170
Total do ativo			5.011.850	5.011.850	13.662.691	13.662.691

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedor	-	Custo amortizado	1.020.088	1.020.088	1.111.437	1.111.437
Fornecedor - risco sacado	-	Custo amortizado	182.612	182.612	202.487	202.487
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	2.197.085	2.198.691	2.322.271	2.324.998
Debêntures	-	Custo amortizado	3.092.925	3.092.926	3.116.176	3.138.473
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	3.578.087	3.578.087	2.757.703	2.757.703
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	-	Custo amortizado	1.203.945	1.203.945	1.170.608	1.170.608
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	11.486	11.486	14.133	14.133
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	268.906	268.906	116.420	116.420
Valores a pagar de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	-	-	216.680	216.680
Total do passivo			11.555.134	11.556.741	11.027.915	11.052.939

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



27.5 Instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado em Moeda estrangeira	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo de Hedge	Juros	Indexadores	Valor justo	
									30/06/2026	31/12/2025
Bank of America	10/12/2024	10/12/2027	USD 50.000	300.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Anual	6,0118% a.a./ CDI +1,09% a.a.	(60.759)	(26.053)
BTG	20/12/2024	15/12/2036	-	1.475.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,7477% a.a./ CDI + 0,38% a.a.	(99.079)	(43.575)
Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	-	1.300.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,0606% a.a./ CDI - 0,025% a.a.	(99.690)	(46.792)
Bradesco	13/02/2026	15/01/2038	-	800.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 6,57% a.a./ CDI - 0,7875% a.a.	(9.378)	-
Total				3.875.000					(268.906)	(116.420)
									Passivo circulante	(1.983)
									Passivo não circulante	(266.923)
									Efeito líquido total	(268.906)
										(116.420)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge*, na Companhia, foram os seguintes:

Risco	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor contábil				Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	
		30/06/2026		31/12/2025			
		Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Valor Nominal	Ativo (Passivo)		
Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	3.875.000	(268.906)	3.075.000	(116.420)	(183)	35.974

Notas Explicativas Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



27.6 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria avalia e monitora as exposições de risco da Companhia, acompanhando a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco e a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. A área de gestão de riscos e controles internos realiza revisões regulares nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2025.

28 Demonstrações dos fluxos de caixa

28.1 Transações não envolvendo caixa

O IAS 7/ CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo contratual e intangível	850.976
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual	378.616
Transferência entre ativo financeiro e intangível	9.258.952
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor	33.990
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas	69.500
Total de atividades de investimento	10.592.034
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos	36.923
Hedge accounting de fluxo de caixa	(183)
Dividendos intermediários	700.000
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	19
Total de atividades de financiamento	736.759
Total	11.328.793

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



28.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2025	Fluxos de caixa	Pagamento de juros	Novos arrendamentos	Mudanças no valor justo	Outros (a)	30/06/2026
Empréstimos e financiamentos	2.322.271	(176.866)	(41.116)	-	-	92.796	2.197.085
Debêntures	5.873.879	771.908	(319.135)	-	(135.000)	479.360	6.671.012
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial	1.170.608	(13.727)	(5.827)	-	-	52.891	1.203.945
Passivos de arrendamento	14.133	(2.666)	(570)	19	-	570	11.486
Dividendos a pagar	299.251	(296.739)	-	-	-	700.000	702.512
Instrumentos financeiros derivativos	116.420	-	(1.919)	-	(183)	154.588	268.906
Totais	9.796.562	281.910	(368.567)	19	(135.183)	1.480.205	11.054.946

(a) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar.

29 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028 ^(*)
Energia contratada (R\$ Mil)	2026 a 2037	1.511.778	3.681.186	3.780.150	44.518.089
Energia contratada (MWh)	2026 a 2037	6.792.643	12.746.026	12.628.440	124.833.714

(*) estimado 9 anos após 2028.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028 ^(**)
Sistemas isolados (R\$ Mil)	2026 à 2028	464.333	40.430	22.015	215.430
Sistemas isolados (MWh)	2026 à 2028	233.850	51.406	25.543	257.307

(**) estimado até a data de interligação ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

30 Eventos subsequentes

Captação de empréstimo

Em 20 de julho de 2026 foi liquidada a operação contratada junto ao Bocom BBM nos termos da Lei nº 4.131, com prazo de 3 anos, amortização bullet e juros semestrais, no valor de CNY 266.453 ao custo de CNY + 2,20% a.a., com SWAP de câmbio para CDI + 0,90% a.a., perfazendo o montante de R\$ 200.000.

Notas Explicativas

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Armando de Souza Nascimento

João Alberto da Silva Neto

Marcos Antônio Souza de Almeida

Conselho Fiscal

Titulares

Cristiane do Amaral Mendonça

Maria Salete Garcia Pinheiro

Marizio Martins da Costa

Saulo de Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Eduardo Ramos da Silva

Adilson Celestino de Lima

Francisco Renato da Costa Garcez

Dorgival Soares da Silva

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho

Notas Explicativas

Comitê de Auditoria Estatutário

Tinn Freire Amado
Coordenador

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Diretoria Executiva

Márcio Caires Vasconcelos
Diretor Presidente

Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Nierbeth Costa Brito
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA 011842-O-3 S-PA

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias, (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 12 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., os Srs. Márcio Caires Vasconcelos, Diretor-Presidente; Tatiana Queiroga Vasques, Diretora de Relações com Investidores; Marcos Antônio Souza de Almeida, André Luiz Barata Pessoa e Nierbeth Costa Brito, nos termos do inciso VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias, referente ao período findo em 30 de junho de 2026.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao inciso V, do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM no 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia Srs. Márcio Caires Vasconcelos, Diretor-Presidente; Tatiana Queiroga Vasques, Diretora de Relações com Investidores; Marcos Antônio Souza de Almeida, André Luiz Barata Pessoa e Nierbeth Costa Brito, declaram que revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no relatório emitido em 12 de agosto de 2026 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Informações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2026.